PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Edenir Vitoria de Araujo Santos

PCA/PROFET: UM PROJETO DE FORMAÇÃO DE APRENDIZES PARA O TRABALHO (ARAXÁ, 2007-2009)

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Edenir Vitoria de Araujo Santos

PCA/PROFET: UM PROJETO DE FORMAÇÃO DE APRENDIZES PARA O TRABALHO (ARAXÁ, 2007-2009)

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, Área de Concentração em Sociologia, sob a orientação do Prof. Doutor Luiz Eduardo W. Wanderley.

SÃO PAULO

2010

BANCA EXAMINADORA

____

____

____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha família, pela compreensão em relação às minhas ausências por causa das constantes viagens e por todas as vezes que não pude estar presente, a fim de me dedicar aos estudos;

À direção do Cefet.MG, um especial agradecimento ao professor Flavio Antonio dos Santos, por realizar o Minter em Ciências Sociais, além dos incentivos na liberação das atividades e apoio financeiro;

Aos professores e colegas Ana Lúcia Barbosa Faria e Milney Chasin, por ajudarem na concretização do sonho do mestrado;

A todos os meus colegas do mestrado, pela ajuda mútua e companheirismo em todos os momentos difíceis e de vitórias;

A todos os colegas do Campus-Araxá, que participaram direta ou indiretamente deste trabalho. Agradeço primeiramente à Íris, pelo apoio e compreensão incondicionais em todas as etapas do mestrado; às professoras Valdirene e Alayne, pelas correções e revisões cuidadosas dos textos;

Agradeço às minhas colegas Elisa, por sempre acreditar em meu trabalho; e Jacqueline, por contribuir com sugestões valiosas nas fases iniciais do mestrado;

Agradeço também ao professor José Fernando Ganime, pela disponibilidade em me orientar na interpretação de dados, sempre que se fez necessário;

Não posso deixar de agradecer à professora Leni Nobre, pela hospitalidade concedida a mim em sua casa, durante as aulas do mestrado, e ainda pela força e incentivo;

À Diretoria do Campus-Araxá, pela liberação para as atividades do mestrado;

Ao meu orientador, professor Dr. Luiz Eduardo W. Wanderley, um especial agradecimento pela paciência e mensagem de otimismo e de tranqüilidade em todas as fases da elaboração deste trabalho;

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pelos conhecimentos que me acrescentaram nas aulas: Drª Carmem Sylvia de Alvarenga Junqueira, Dr. Claudio Gonçalves Couto, Drª Lucia Helena Vitalli Rangel, Drª Maria Helena Villas Bôas Concone, Drª Marisa do Espírito Santos Borin, Drª Noêmia Lazzareschi e Drª Terezinha Bernardo;

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela abertura dada para fazer este trabalho. Em especial aos funcionários do setor: Kátia e Rafael,

pela cordialidade, e por todas as vezes que me atenderam, sempre com muita eficiência;

Aos funcionários do Programa para a Criança e o Adolescente, que muito contribuíram, com informações importantes e a colaboração durante as entrevistas: Cristiane Mirza, Ana Carolina, Adélia, Rafael, Érico Feres e a todos que me receberam com atenção no dia a dia das pesquisas;

Aos funcionários de outros setores da Prefeitura Municipal de Araxá, que demonstraram disposição e pronto atendimento às minhas solicitações; as informações prestadas foram essenciais para o delineamento do trabalho: sr. Heriberto e equipe (Secretaria de Desenvolvimento Humano); Mauro (Secretaria de Desenvolvimento Econômico); Keyla Barbosa (Fundação Calmon Barreto); Jessy, Sueli e Madalena Amâncio (Secretaria Municipal de Educação); Daniel (Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá); sr. Eleazar Moreira (coordenador do SOS) e Wellington (Bit Company);

Ao senhor Jorge Feres e à senhora Selma Feres, especial agradecimento pelas valiosas informações e indicação de fontes documentais do PCA/PROFET;

E agradeço a Deus: sem a força e a luz divina que iluminam os nossos caminhos este trabalho não seria possível.

RESUMO

O foco central do trabalho busca analisar uma política pública do município de Araxá, o Programa para a Criança e o Adolescente (PCA), que desenvolve vários Subprogramas para o atendimento desse público, dentre eles, e objeto desta análise, o Projeto de Formação e Encaminhamento para o Trabalho (PROFET).

A base empírica da investigação se concentrou nessa instituição e foi realizada por meio de consultas a documentos do período de 2007 a 2009 e de entrevistas. No primeiro momento, partiu da percepção do funcionamento e das etapas do Projeto desde a prova de seleção, dos cursos de capacitação e do encaminhamento dos jovens ao mercado de trabalho. Na pesquisa aos documentos foram utilizadas algumas amostras de relatórios descritivos produzidos pela assistente social, para a constatação da condição social dos adolescentes participantes. No segundo momento, foram realizadas entrevistas com a utilização de roteiros semi-estruturados com diversas pessoas envolvidas no Projeto, de distintas funções e de formas de participação: Representante da política local, gestores que trabalham diretamente no PROFET, a Coordenadora de Recursos Humanos (RH) e de Cursos, Representante de empresas, mãe ou responsável e adolescentes participantes atuais e egressos, tanto na condição de desistente como também de sucesso. As entrevistas objetivaram a percepção das pessoas sobre diversas questões de cunho específico, tendo por base o tipo de participação dos entrevistados. Com a pesquisa concluiu-se que, o PROFET representa para os jovens uma grande oportunidade e que por isso, eles valorizam a experiência vivida no trabalho. Os jovens entrevistados, como a maior parte dos participantes, originam-se de famílias pobres de renda baixa. Normalmente, esses jovens tendem a conciliar o trabalho com os estudos. A Representante de empresa, os gestores e o Representante de política local consideram os adolescentes esforçados e motivados, ao que atribuem também a oportunidade do primeiro emprego. A pesquisa demonstrou que o Programa representa um elemento significativo na política de inclusão social.

Palavras-chave: adolescentes, qualificação profissional, primeiro emprego, inclusão social.

ABSTRACT

This work central focus is to analyze Araxá public politic, the kid and teenager program, which develop lots of subprograms to offer services to this public, like this analysis object, the formation and routing to work project. The empiric foundation of this research was about this institution and was realized by looking up documents from the period of time from 2007 to 2009 and by interviews. At the first moment, began with the perception of the project running and stages, the selection test, the capacitation courses, and the youth routing to the job market. In the document research it was used some descriptive reports made by the caseworker to observe the social condition of the teenagers included in the program. At the second moment, using semi-structured guides, interviews were realized with lots of people involved in the project, of different functions and participation forms: the local police agents, managers who work directly at the project, the human resources and courses coordinator, companies agents, mothers or guarantors of the teenagers who are actual participants or egressions, in the condition of dropout or success. The interviews objective was people perception about some specific questions, basing on the kind of the interviewee participation. With this research it was conclude that the project represent to the youth a big opportunity and because of this, they value the experience they live at work. The youth interviewee, like the participants major part, comes from poor family, with low income. Usually, these youths have to conciliate work and studies. The company agents, the managers and the police agents consider that the diligent and motivated teenagers, have also the opportunity of the first work. The research showed that the program represent a significant element at the social inclusion politic.

Key words: teenagers, professional qualification, first work, social inclusion.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS

ACIA – Associação Comercial, Industrial, de Turismo, Serviços e Agronegócios de Araxá
BIRD – Banco Internacional para Recuperação e Desenvolvimento
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
CBMM – Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CCQs – Círculos de Controle de Qualidade
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEMEI's Centros Municipais de Educação Infantil
CETEM – Centro de Tecnologia Mineral
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CME – Conselho Municipal de Educação
COMBEM – Conselho Municipal do Bem Estar do Menor
CONJUV – Conselho Nacional de Juventude
CTA – Conselho Tutelar de Araxá
DNPM/G0 – Departamento Nacional de Produção Mineral/Goiás
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EMEI's – Escolas Municipais de Educação Infantil
FADA - Associação de Assistência a Pessoa Com Deficiência de Araxá
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPDSA – Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITI – Instituto de Tecnologia Industrial
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG's – Organizações Não Governamentais
PBF – Programa Bolsa Família
PCA – Programa para a Criança e o Adolescente

PCS –	Programa Comunidade Solidária
PDDE –	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE –	Programa de Desenvolvimento Educacional
PDME –	Plano Decenal Municipal de Educação
PDS –	Partido Democrático Social
PEA –	População Economicamente Ativa
PETI –	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMA –	Prefeitura Municipal de Araxá
PNAD –	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE –	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE –	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNE –	Plano Nacional de Educação
PNUD –	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROFET –	Projeto de Formação e Encaminhamento para o Trabalho
Projovem –	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
RAIS –	Relatório Anual de Informações Sociais
RDH –	Relatório de Desenvolvimento Humano
SAEB –	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SDH –	Secretaria de Desenvolvimento Humano
SEAD –	Sistema Educacional de Análise de Dados
SENAC –	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI –	Serviço Social da Indústria
SME –	Secretaria Municipal de Educação
SNJ –	Secretaria Nacional de Juventude
SOS –	Serviço de Obras Sociais
UFMG –	Universidade Federal de Minas Gerais
UNIARAXA –	Centro Universitário do Planalto de Araxá
USA –	United States of America

INTRODUÇÃO

[...] no local/no território,
no espaço imediato, que se encontram as
maiores possibilidades de integrar
diferentes políticas públicas para lograr
melhoria de qualidade de vida para a
juventude.

(Novaes, 2006, p. 69)

O objetivo maior deste trabalho é estudar uma política pública municipal voltada para a inserção de adolescentes e jovens no mercado de trabalho. Nesta perspectiva ele busca identificar, dentre as políticas sociais implementadas no município de Araxá, aquelas que têm como objetivo a inclusão social. O Projeto escolhido para análise é o Programa Para a Criança e o Adolescente (PCA), uma entidade pública, sem fins lucrativos, destinada ao trabalho de inclusão social de crianças e adolescentes. Sendo o PCA uma política social de natureza pública, esta pesquisa pretende analisar como as políticas locais condicionam esse Programa, considerando que existem entidades sociais em Araxá desenvolvendo projetos específicos que buscam atender o seu público, seja ele individual ou no âmbito da família, em diferentes faixas etárias.

O PCA existe em Araxá há 25 anos e tem como meta promover atividades de caráter de integração e acolhimento do público de 0 a 23 anos. Desde a sua fundação, o PCA trabalha com educação e cidadania, e seu maior desafio é a inclusão social de crianças e adolescentes. O Programa criou vários Subprogramas: *Adolescentro, Casa de Abrigamento Social da Adolescente (Casa), Casa Lar, Casa do Pequeno Jardineiro, Centro de Convivência, Centro de Reeducação do Adolescente (CERAD), Núcleo de Apoio à Família, Serviço Sentinela e o Projeto de Formação e Encaminhamento para o Trabalho (PROFET).*

Este estudo tratará do detalhamento do Subprograma PROFET, voltado para adolescentes e jovens carentes de 14 a 23 anos[1]. Sua dinâmica envolve o cumprimento de algumas premissas básicas de formação, que vão da capacitação a inserção dos jovens no mercado de trabalho na cidade, conforme descrito no capítulo três. Portanto, o objeto desta análise é estudar a inclusão social em Araxá a partir de uma política pública do município: o PCA/PROFET.

Como política pública do município voltada para a juventude, o PROFET visa à qualificação profissional de adolescentes e jovens, promovendo os cursos de capacitação, primeiramente com a fase teórica e depois com a inserção no mercado de trabalho como aprendiz, que constitui a parte prática. Visto por esta forma, o PROFET

---

[1] Segundo Novaes (2006) jovens são as pessoas da faixa etária entre 15 a 29 anos. Dentro desta faixa etária, consideram-se as pessoas com idades de 15 a 17 anos como sendo adolescentes-jovens; de 18 a 24 anos: jovens-jovens e de 25 a 29 anos: jovens-adultos.

pode ser entendido como um projeto de inclusão social. Além de garantir a permanência na escola, que é um requisito para a participação no Projeto, por outro lado, o jovem tem a oportunidade de conseguir o primeiro emprego. De maneira que os jovens aprendizes têm acesso às primeiras noções, na prática, de emprego e de renda.

Na atualidade, pesquisas têm demonstrado que os jovens retardam a saída da casa dos pais, no entanto têm assumido papéis de adulto mais cedo, nas funções de chefes de família ou como cônjuges, sendo esta situação verificada com mais freqüência na faixa de 18 a 24 anos (Aquino, 2009, p. 34). Neste cenário, para o jovem oriundo de família sem recursos financeiros suficientes, torna-se necessário a entrada precoce no mercado de trabalho. Desta forma e na condição de participante do PROFET, espera-se que o jovem possa contribuir para aumentar a renda da família, e ainda no período em que estiver contratado como aprendiz, manter as suas próprias despesas.

Com todas as suas dificuldades e limites pretende-se demonstrar com este trabalho que o PROFET promove a inclusão social de adolescentes e jovens, garantindo-lhes o acesso ao mundo do trabalho.

É fundamental levar, a todas as esferas governamentais, a compreensão da dinâmica das políticas sociais. Nos últimos tempos, foram divulgados vários tipos de projetos e programas sociais que buscam atender todas as faixas etárias. Inúmeras são as contribuições já produzidas que tratam dos avanços na área. Portanto, este estudo não se esgota em si mesmo. Pretende-se com este trabalho abrir novos horizontes de pesquisas para a investigação da eficácia das políticas e ações que visam à inclusão social.

A grande questão é saber se o PROFET constitui-se efetivamente em uma política de inclusão social em Araxá, e se ele tem conseguido atingir suas metas e objetivos. É essencial que sejam respondidas, a contento, algumas perguntas basilares: a sociedade de Araxá conhece o PROFET? Como as pessoas tiveram conhecimento do Projeto? Os participantes encontram dificuldade no processo de formação de aprendiz? Quais são essas dificuldades? E quais as conquistas do PROFET? Qual a percepção da inclusão social dos entrevistados?

Como abordagem teórica, proponho a discussão do conceito de exclusão social tomando por referência divergentes proposições analíticas de autores que tratam

do assunto. As referências, *a posteriori*, irão possibilitar subsídios para o entendimento da inclusão social, no caso em estudo, de adolescentes e jovens.

Nos últimos tempos, a *exclusão social* surge como um fenômeno em escala mundial que atinge todos os países, indistintamente, sejam estes de economia dominante, ou emergentes e subdesenvolvidos. Autores clássicos das ciências sociais já demonstravam preocupação com a exclusão social, desde o século XIX. Na atualidade, esse tema tem sido motivo de discussão em meios acadêmicos, políticos, na imprensa e na sociedade em geral. Várias correntes teóricas analisam a exclusão social, de forma tanto convergente como divergente. Nesse trabalho, enfatizarei as referências de autores como Wanderley (2008), Pochmann (2004), Martins (2002), Véras (1999) e Castel (2008). Para Martins (2002) a exclusão social:

> [...] é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social que resultou do desenvolvimento capitalista. Mais do que uma definição precisa de problemas, ela expressa uma incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea (2002, p. 27).

A teoria de Martins é sustentada na crítica quanto ao conceito de exclusão. Para ele, a categoria exclusão não deve ser tomada como absoluta, por existirem as contradições na sociedade originadas por suas próprias diversidades e armadilhas, tanto materiais, quanto nas ideologias formadas pelos discursos dos militantes. A exemplo, ele toma a idéia de exclusão como uma “expressão ideológica de uma práxis limitada, de classe média.” (p. 43) De modo que as pessoas, que se pensam e se acham incluídas (ou *humanizadas*), tendem a estigmatizar outras como excluídas. Assim, a exclusão acaba sendo entendida como sendo:

> [...] expressão de uma não inserção efetiva, de quem elegeu essa categoria para explicar os problemas da sociedade contemporânea, no processo de produção e reprodução das relações sociais. A categoria “exclusão” expressa, ao mesmo tempo, uma verdade e um equívoco. [...] Para enfrentar essa dificuldade é essencial reconhecer os ardis da sociedade contemporânea, os obscurecimentos de que ela se reveste para fazer do auto-engano um meio de sua persistência e reprodução. Em particular, a exclusão nos fala de situações objetivas de privação, mas não nos fala tudo nem nos fala o essencial (2002, p. 43).

Outro autor que tomo por referência é Pochmann (2004). Para ele, o ideal é retomar os processos dos modos de produção ao longo dos tempos, para situar o conceito de exclusão. Pochmann lembrou que, no século XVIII Rousseau entendeu dois tipos de desigualdade, em um tempo que o termo exclusão social não era conhecido: a desigualdade nata, considerando as diferenças de gênero, sexo, etnias, faixa etária etc. e a desigualdade política, que dava ao homem poder em detrimento da riqueza.

Mas é o capitalismo, especialmente, que produz e (re)produz a exclusão social, em grande parte ocasionada pela reestruturação das forças produtivas, nas últimas décadas do século passado. Depreende-se disso que a exclusão social advém do processo de desenvolvimento do capitalismo. Diz o autor:

> [...] as raízes da exclusão estão inseridas nos problemas mais gerais da sociedade, sendo que o modo de produção capitalista apenas suficiente para permitir o abandono das condições pretéritas da exclusão, ao mesmo tempo em que recolocou novas e mais complexas condicionalidades incapazes de alcançar à plena inclusão social (Pochmann, 2004, p. 18).

Em tempos mais recentes, esse caráter anômalo da sociedade despertou preocupação de sociólogos, intelectuais e acadêmicos, devido ao aumento expressivo de componentes da classe *lumpen*[2], que foram cada vez mais degradados e deserdados socialmente e longamente situados na condição de *"apartheid social"*. Aos excluídos, as relações assalariadas de produção, garantidas pelo mercado formal de trabalho, passaram a ser uma possibilidade remota e vislumbrada em tempos distantes.

A exclusão social adquire visibilidade quando aumenta o "estado de privação" de segmentos sociais, tanto em gênero, homens e mulheres, como em todas as faixas etárias, principalmente entre os jovens e adultos em fase produtiva, devido, principalmente, à perda do emprego. A situação deficitária de bens necessários à sobrevivência, e neste caso, considerando a questão relativa deste estado - cada pessoa

---

[2] Martins (2002) atribuiu os *lumpen* como sendo os que não compunham a classe operária, sendo assim, para ele, *"operário é classe social; excluído não o é*." E enfatiza que, o operário é "sujeito social e histórico, sujeito de contradições, que personifica possibilidades históricas, que é o trabalhador *assalariado*." (p. 30) Assim, pessoas rotuladas como excluídas, seria fruto de uma orientação conservadora, a de vitimas das transformações do capitalismo. Autores como Véras (2000), designam os *lumpen* como *underclass*, que são a classe dos excluídos a saber: desempregados, sazonais, moradores das favelas, moradores de rua, etc.

tem consciência do que precisa para viver - ocasiona o empobrecimento da classe média e trabalhadora. Deste modo, a exclusão social é recorrente e tende a ocasionar o desemprego em massa. Muitas pessoas são excluídas do mercado de trabalho (por longa duração), caminhando para outra realidade, que é ter a sua cidadania limitada ou deficitária. Os excluídos não conseguem usufruir de todos os serviços públicos básicos e essenciais como saúde, educação, habitação, transportes etc., que deveriam ser garantidos de forma universal. Isto se dá em função das peculiaridades das políticas sociais em países pobres, como o Brasil, que são focalizadas e fragmentadas, inviabilizando o acesso aos programas e projetos sociais do governo, por toda a população.

Como o objetivo deste trabalho é tratar de uma política pública específica voltada à *qualificação de adolescentes carentes* para a inserção no mercado de trabalho, faz-se necessário retornar ao final do século XX, contexto este em que surgem, no âmbito das representações políticas as discussões dos problemas sociais inerentes aos jovens. Vários setores da sociedade se mobilizaram para encontrar soluções para jovens em situação de vulnerabilidade e de "risco social", como também se percebeu "um conjunto de referências ligadas às novas desigualdades e processos de exclusão decorrentes das conjunturas neoliberais que atingem, sobretudo, o segmento juvenil" (Spósito e Carrano 2007, p. 208). As ações destinadas aos jovens envolveriam as instâncias do poder (federal, estadual e municipal) em parceria com a sociedade civil. Assim, a juventude brasileira passou a ser tema de discussões para novas formulações das políticas públicas, voltadas a atender as especificidades dos "problemas sociais" daquela conjuntura.

Grande parte dos problemas dos jovens era atribuída ao ócio negativo, que ocasionava a violência, uso de drogas e a inserção no mundo do crime (Pochmann, 2000, p. 23). Para este autor, a década de 1990, por ter sido marcada pelo "baixo dinamismo econômico", foi aquela em que os jovens foram os mais afetados pela falta de empregos. Fatores como os de ordem demográfica, mais especificamente, explicam esta tendência: a população jovem aumentou expressivamente no final do século, e enquanto a População Economicamente Ativa (PEA) atingiu um patamar de 1,3 milhões de jovens, foram criados somente 448 mil novas vagas (Pochmann, 2000, p. 36).

Por causa disto, os jovens sem perspectivas de um futuro melhor, por meio do ingresso no mercado de trabalho, passaram a vislumbrar novas formas de valores, como violência, as drogas e o crime. O trecho a seguir revela o cenário vivido pelos jovens:

> Nos anos 90, as figuras juvenis mais em evidência são os jovens pobres que parecem nas ruas, divididas entre o hedonismo e a violência: meninos de rua, jovens infratores, gangues, galeras, tribos; e, principalmente, jovens em "situação de risco" (risco pra si próprios e para a ordem social), dos quais aqueles envolvidos no tráfico, matando e morrendo muito cedo, são uma das imagens mais dramáticas e ameaçadoras de nosso tempo (Abramo, 2007, p.86).

Dentre as soluções apontadas para conter a crise em que se deparava o segmento juvenil, duas linhas de ação prevaleceram:

> [...] naquele momento prevaleceu o enfoque dos jovens como *capital humano*. O que na prática, significava responder ao desemprego de jovens por meio de projetos de capacitação ocupacional e inserção produtiva com ênfase no chamado empreendedorismo juvenil. [...] Ao mesmo tempo, buscava-se enfrentar a violência por meio da idéia de *prevenção de delitos*. Para os jovens em *situação de risco*, foram reservados projetos específicos para *conter a violência* e para garantir sua *ressocialização* (Novaes, 2009, p. 16).

Para Novaes, somente no final do século XX é que as políticas públicas voltadas para a juventude ultrapassam a perspectiva da inclusão social dirigida à *"reinserção escolar e capacitação para o trabalho"* (2009, p. 16), passando ao entendimento das crianças e jovens como *"sujeitos de direitos"*[3]. Desse modo, as políticas apontam para um novo paradigma, que viria dar formas concretas, por meio da publicação do Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, em 1990.

Atualmente, os problemas relacionados à juventude são imensuráveis, levando em conta a renda baixa da família, e a educação, pela proporção elevada de jovens fora da escola, que são um dos fatores mais relevantes. Há, ainda, um percentual elevado de jovens moradores de favelas e bairros localizados nas grandes cidades, onde muito destes lugares carecem de infra-estrutura adequada e de segurança (Brasil,

---

[3] Segundo Novaes (2009), esta expressão foi popularizada em fins do século passado com a associação dos direitos de cidadania com a de direitos humanos. Antes, eram áreas de delimitação diferentes e a globalização possibilitou a ampliação das idéias de direitos de cidadania em sentido planetário.

2009a). As desigualdades sociais da juventude no Brasil podem ser verificadas pelos indicadores sociais, dos lugares onde estão concentrados, se em áreas urbanas ou rurais e regiões, quanto à renda da família, e em termos de freqüência e nível escolar.

Atualmente, a maioria dos jovens vivem em áreas urbanas, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006, ao revelaram que a população juvenil da faixa etária de 15 a 17 anos corresponde a 10.424.755 jovens, e deste público, apenas 25% residem na zona rural[4] (Brasil, 2009a, p. 22).

Pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea (2009), em consulta aos microdados da PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2007, revelaram dados significativos sobre a juventude. Com a finalidade de uma proposição analítica da realidade vivida pelos jovens nos dias atuais, parte desses dados será demonstrada a seguir.

Quanto à faixa etária jovem, em termos da condição financeira das famílias, ela se divide em: 30,6% são jovens pobres de famílias com renda *per capita* de até meio salário; 53,3% são de renda média que situa entre meio e dois salários; e os de renda mais alta são 15,7%, que percebem mais de dois salários. Os dados constataram ainda, a diferença em gênero. As mulheres são um pouco mais pobres do que os homens, cujo indicador é de 53% do total de pesquisados. Por meio das pesquisas constatou-se também que os jovens pobres estão concentrados na região Nordeste, perfazendo 51,7% do total, sendo que destes, 19,3% vivem na zona rural. Já em relação à etnia, a maioria da população jovem negra é pobre, representado 70,9% comparados aos brancos. Dos jovens brancos 53,9% não são pobres (Aquino, 2009, pp. 31-32).

Em termos de escolaridade, os negros estão em desvantagem. A exemplo, se comparado a presença do analfabetismo na faixa etária de 15 a 29 anos, entre as etnias negra e branca, essa diferença é mais atenuante ao negro, aproximadamente duas vezes mais. Quanto à freqüência no ensino médio na idade certa, ou seja, entre 15 a 17 anos, os jovens brancos têm *freqüência líquida* de 58,7% e os jovens negros de 39,3% (Aquino, 2009, p. 32).

---

[4] Na opinião de Spósito e Carrano (2007) as políticas públicas de juventude estão ainda direcionadas aos jovens da cidade. Os autores ressaltaram que, no campo há muitos desafios a enfrentar, considerando os problemas que atingem os jovens do campo e os movimentos políticos que são bastante influentes no meio rural.

O desemprego, na atualidade, é outro problema social da juventude que merece a atenção dos idealizadores das políticas públicas como também da sociedade civil. Os dados constantes no Ipea (2009) da PNAD (2007) demonstraram a seguinte realidade: de um percentual de 60,74% de todos os desempregados no Brasil, 4,8 milhões eram jovens, superando três vezes mais os adultos (Silva e Andrade, 2009, p. 45).

A educação e o ingresso no mercado de trabalho são duas fases essenciais na vida do jovem, que irá definir as oportunidades profissionais na idade adulta. Pesquisadores do Ipea (2009) demonstraram a proporção de jovens por faixa etária nos subgrupos de idades (15 a 17, 18 a 24 e 25 a 29 anos) em relação à condição de estudo ou trabalho e as faixas de renda[5]. Tomando como referência a faixa etária de 15 a 17 anos, a partir da tabulação dos dados feita pelo Ipea, inferiu-se que a probabilidade do jovem dessa faixa etária dedicar-se integralmente aos estudos está condicionada à renda da família. Assim, quanto maior a renda, maior o percentual de jovens que apenas estudam e não trabalham. Em contrapartida, se a renda da família é menor, maior o percentual de jovens ociosos, que não estudam e não trabalham. No primeiro caso, dos homens jovens com renda acima de um salário mínimo, 61,7% apenas estudam; enquanto as jovens representam 70,7%. No segundo caso, para os inativos (desempregados e fora da escola) o percentual dos que tem renda menor de meio salário mínimo é de 10,2%; os de renda entre meio e um salário mínimo são 7,5% e os de renda de um salário ou mais representam apenas 3,5%. Já as mulheres inativas são respectivamente, 17,2%, 11,5% e 5,5% (Gonzalez, 2009, p. 116).

Face à análise acima, referente ao nível escolar e a entrada no mercado de trabalho do jovem, pode-se concluir que:

> [...] as diferenças na renda familiar influem profundamente nas condições de escolarização e na incorporação de papéis no mundo do trabalho e na família, criando nas novas gerações diferenças quanto às perspectivas profissionais futuras (Gonzalez, 2009, p. 116).

É necessário estabelecer diretrizes para construir os alicerces para uma

---

[5]Maiores detalhes ver Ipea (2009), capítulo 4, p. 116.

melhor distribuição de renda no país, com a finalidade de aumentar o tempo livre[6] da juventude, e também de garantir a eles um futuro melhor, evitando os trabalhos precários ou instáveis, como por meio da adoção de políticas públicas que propiciem a inclusão social. Pois, "é na juventude que se conforma uma estratégia mais clara do tempo livre e da trajetória ocupacional do ser humano" (Pochmann, 2000, p. 18).

Metodologia

O estudo do PCA/PROFET foi por meio da análise dos documentos produzidos pela instituição, tais como o histórico do PCA e de seus Subprogramas, estatuto, leis e outros, que tiveram a finalidade de demonstrar a origem, o processo de criação, os objetivos e funcionamento.

Outro recurso utilizado na pesquisa foi a entrevista feita com autoridades, dirigentes atuais, profissionais envolvidos no Projeto, como a assistente social, a coordenadora dos cursos de capacitação, antigos dirigentes e/ou fundadores do PCA.

O período de referência para a análise da performance do PROFET foi de 2007 a 2009. O PCA atua deste o ano de 1984 na cidade, mas a escolha do período de estudo justifica-se pelo fato de o acesso a documentos dos participantes do Projeto somente ter sido possível no período em questão. Questionados sobre o período anterior os responsáveis alegaram que os documentos estão dispersos e sem avaliação no que se referem aos dados estatísticos, gráficos etc. Dados gerais compõem o período (2003 a 2007) e, portanto, as informações de Araxá quanto ao emprego formal, desemprego e a educação, foram correspondentes ao período em questão, como também os indicadores de desigualdade social do município. Também foram analisados os relatórios sociais produzidos pela assistente social, em ocasião de visitas domiciliares feitas às famílias dos adolescentes por meio da caracterização das famílias em termos da maneira de como elas vivem: sob o critério renda *per capita*; do número de pessoas do domicílio;

---

[6] O tempo livre do jovem, na perspectiva do ócio positivo, destina-se ao *lazer, a educação e solidariedade*. Para que esta realidade seja possível e que venha a garantir a inclusão de um maior número de pessoas ao bem-estar e qualidade de vida, necessita-se de recursos e investimentos em educação, cultura e lazer (Pochmann, 2000).

número de filhos ou dependentes; dos níveis escolares dos pais; da faixa etária das pessoas; de quantas pessoas exercem atividade remunerada e outros.

A fim de atingir o objetivo principal do trabalho utilizou-se pesquisa qualitativa com roteiro semi-estruturado para entrevista[7]. Essa metodologia possibilitou a percepção de distintas visões acerca do Projeto. As pessoas escolhidas para a entrevista foram aquelas ligadas diretamente ao PROFET ou que a ele já estiveram vinculadas: dois participantes atuais e/ou adolescentes vinculados, uma mãe ou responsável por adolescentes, um egresso que alcançou sucesso, um desistente do Projeto, o gestor e/ou coordenador geral, representado pela Coordenadora de Recursos Humanos, a Coordenadora dos cursos de capacitação, uma autoridade que representa a política local, um dos ex-presidentes do PCA[8] e um empresário parceiro ou representante de empresa.

A amostra é aleatória, uma vez que dos contatos estabelecidos, as pessoas, não determinadas especificamente, foram as únicas que se mostraram interessadas e disponíveis para colaborarem com as entrevistas.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro apresenta a cidade de Araxá, mostrando aspectos singulares da formação histórica e do desenvolvimento das principais atividades econômicas, bem como a situação social da população. Destaca também os indicadores de pobreza e desigualdade social do município do ano de 2002/3, publicadas pelo IBGE, já que representam a publicação mais recente e por estarem mais próximos do período escolhido para análise: de 2003-2007. Em seguida, houve mapeamento, em termos demográficos e/ou de políticas, da situação do emprego formal, do desemprego e da educação dos últimos anos (2003-2007).

O capítulo dois trata da revisão de bibliografia. Inicialmente, foi apresentado um estudo da globalização econômica, mostrando como ela incide na exclusão social, decorrente das mudanças adversas no mundo do trabalho. Em seguida, expõe conceitos relacionados à desigualdade social, pobreza e exclusão social, segundo a concepção de cientistas sociais e estudiosos do assunto. E por fim, o histórico das

---

[7] Todos os roteiros dirigidos aos entrevistados que foram concedidos para a pesquisa constam no anexo 1.

[8] A escolha é devido ao fato do Presidente atual do PCA ter sido recentemente empossado no cargo como interino.

políticas sociais no Brasil, em seus aspectos gerais: de como surgiram, as formas como são conduzidas pelos governos em suas nuanças históricas, nas fases autoritárias e democráticas. Nesse item foi dado enfoque às políticas públicas de juventude, no contexto do novo paradigma que surge a partir dos anos de 1990.

O capítulo três trata do histórico, objetivos e funcionamento da instituição PCA, que remonta ao ano de 1984, e do seu Subprograma PROFET: processos de inserção dos jovens no Projeto e etapas de formação de aprendizes. Este capítulo também abordou a condição social dos participantes e das famílias envolvidos no Projeto como subsídios na análise do PCA/PROFET.

Por fim, o capítulo quatro apresenta os resultados da pesquisa de campo, de acordo com o procedimento metodológico adotado, por meio de entrevistas com roteiro semi-estruturado para perceber a visão das diversas pessoas que estiveram ou estão envolvidas no Projeto: Representante da política local, ex-presidente do PCA/PROFET e atual funcionário público, a Coordenadora de Recursos Humanos e a Coordenadora de cursos, uma Representante de Empresa, que exerce a função de *Gerente de Talentos Humanos*, uma mãe ou responsável, dois adolescentes participantes atuais, em gênero e, dois jovens egressos, um na condição de bem-sucedido e outro de evadido do Projeto.

Por último, este trabalho apresenta as considerações finais e constata se o PROFET tem propiciado a inclusão social, de acordo com objetivos e metas do Programa.

CAPÍTULO I

A cidade de Araxá: Origem e mudanças

[...]És fonte de conhecimentos pra ciência
Prova fiel da existência
Dos primitivos animais
Cenário onde índios e negros
Em luta constante
Contra bravos bandeirantes
O sangue fluía a todo instante
Nasceu enfim, São Domingos do Araxá
[...]Tem cheiro bom no ar
Este tempero nos convida a viajar
Quero renascer em tuas águas
Para prolongar a vida [...]

Wilsinho Paz, Noel Costa, Serginho do Porto (1999)

1.1 Araxá: breve histórico da formação da "Terra de Dona Beja"

É surpreendente a história de Araxá. O nome "Araxá" é de origem indígena que, pela língua Tupi-Guarani expressa: "lugar alto onde primeiro se avista o sol". A formação desta cidade é marcada por acontecimentos inusitados, que desperta interesse entre pesquisadores de diversas áreas, como arqueólogos, geógrafos, antropólogos e outros profissionais, além de visitantes dos mais diferentes lugares do país e do exterior, e da própria comunidade araxaense em geral.

Existem muitos aspectos históricos da formação de Araxá que são singulares, senão podendo os considerar como únicos: o Quilombo do Ambrósio (1759)**,** o maior de Minas Gerais, formado na região que hoje pertence ao município de Ibiá, a influência dos índios Araxás (1766)[9] e o mito Dona Beja, uma personagem integrante à formação da cidade. Fatos estes que são envoltos por mitos e lendas, o que torna a história de Araxá ainda mais interessante, seja em sua esfera cultural, social e política.

Muitos dos acontecimentos históricos ocorridos na região, e que contribuíram para o crescimento da cidade estão vinculados à riqueza natural desta terra, as águas sulfurosas e radioativas do Barreiro[10] (Estância Hidromineral a 5 km de Araxá).

Araxá nasce em terras pertencentes à Igreja Católica[11], formada a partir de um povoamento que foi intensificando com a vinda dos primeiros criadores de gado com interesse pelas águas do Barreiro. Os criadores de gado originaram-se de

---

[9] Ao fato da inexistência de documentos sobre os índios Araxás, a referência a eles neste texto é feita apenas no que se refere à datação. Nas fontes documentais pesquisadas em arquivos públicos da cidade, o referido ano de 1766 data a destruição da aldeia desses indígenas, que teriam sido dominados por uma *legião* chefiada por um bandeirante, a serviço do governo colonial. Enfim, o que se permite afirmar é que, a história dos indígenas Araxás, ainda carece de um estudo aprofundado em seus aspectos culturais e históricos. Esta visão também reflete o pensamento de historiadores locais que se dedicam ao estudo da história de Araxá.

[10] O Barreiro é hoje uma grande Estância Hidromineral, e um dos principais atrativos turísticos da cidade.

[11] Nos tempos do Brasil colônia, existiu o sistema sesmaria, que consistia na distribuição de terras para o cultivo agrícola. Um donatário, de posses legais por vias jurídicas da terra, doava parte delas a um "cristão" que manifestasse interesse em cultivar a terra. Era costume o sesmeiro doar parte da sua propriedade para a igreja para depois ser erguida uma capela simples em devoção a um santo, no caso desta cidade, o santo foi São Domingos. As terras pertenciam à sesmaria do Barreiro, doadas pelo proprietário, Alexandre Gondim (O Trem da História, 1998, p. 6).

Desemboque, hoje Distrito do município de Sacramento que era um povoado formado na região, em função da exploração do ouro no Rio das Velhas. Quando, porém, a reserva aurífera se esgotou, houve a migração dos moradores para outras localidades, na busca de outras possibilidades para garantir a sobrevivência. E à medida que aumentava a procura dos criadores de gado pelas águas houve a demarcação[12] das terras do Barreiro.

A constituição da cidade de Araxá ocorreu na medida em que foi aumentando o povoado e com a edificação da antiga *Igreja Matriz de São Domingos*. No ano de 1791, Araxá foi elevada a Freguesia (Paróquia) e passou a chamar *Freguesia de São Domingos do Araxá*. Na condição de Freguesia, em 1811, passou à condição de julgado com o nome de *Julgado de São Domingos do Araxá* e começa a realizar a jurisdição cível e criminal. Araxá foi elevada a vila, em 1831, *Vila de São Domingos de Araxá*, estabelecendo neste período a Câmara Municipal. Já no ano de 1865, foi conferida a vila o título de cidade.

Localizada na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, é interessante ressaltar que Araxá[13], na época da sua formação, pertencia à Capitania de Goiás desde 1766, segundo o interesse dos exploradores de ouro do Desemboque. No ano de 1816, fazendeiros locais fizeram um movimento solicitando que esta região voltasse a fazer parte de Minas Gerais. Embora esse episódio tenha ocorrido em tempos remotos, ainda na contemporaneidade, no final do século XX, surgiram debates separatistas para a Região do Triângulo Mineiro, com Projetos de formação de um Estado independente de Minas Gerais.

Araxá foi um forte atrativo para os “aquáticos”,[14] que tinham interesse em utilizar as águas sulfúricas para o tratamento de doenças. Já nas primeiras décadas do

---

[12] A demarcação das terras do Barreiro ocorreu em 1785, a partir daí, começa a definição do Projeto urbano da cidade, após ser construída a primeira igreja (Lima, 1999, p. 37).

[13] O município de Araxá perdeu parte de seu território entre os anos de 1923 e 1938, período em que o turismo se sobrepôs à vocação agropecuária.

[14] O termo é análogo à *banhistas* por designar as pessoas que vinham de fora para utilizarem as casas de banho no Barreiro depois de ser constatado o valor das águas para fins terapêuticos por meio de estudos científicos.

século XIX, pesquisadores estrangeiros iniciam os estudos científicos sobre as águas do Barreiro, e os representantes da coroa portuguesa no Brasil foram comunicados sobre os resultados.

Essas terras despertaram também o interesse de imigrantes vindos dos países europeus, em fins do século XIX, em busca de alternativas melhores de vida, em função dos efeitos da crise que assolou a Europa, provocada pela Revolução Industrial. Enquanto a Europa os expulsava, a América recebeu-os de *portas abertas*, quais fossem as nacionalidades dos imigrantes. No Brasil, eles vieram em grande quantidade no início do século XX, ao serem favorecidos pela "Política de Imigração" do governo para trabalharem nas lavouras de café no Oeste Paulista (Sevcenko, 1998). Muitos se deslocaram para Araxá, como sírio-libaneses, franceses, alemães, italianos e outros, que em muito contribuíram para o desenvolvimento e crescimento da cidade. Os imigrantes possibilitaram a diversificação da economia na cidade com a introdução de outras atividades, como comerciais, serviços de hotelaria e oficinas. É interessante ressaltar, ainda, os novos costumes, os valores, as tradições dos estrangeiros que contribuíram para diversificar como também mesclar os vários aspectos da cultura araxaense.

Como foi referido anteriormente, o Barreiro, por ser formado de fontes de águas minerais, assinalou o começo do povoamento nesta região. Em fins do século XIX, o Barreiro foi explorado por particulares com o consentimento da Câmara Municipal, sob forma de concessões. No entanto, não houve muito avanço nas instalações no local, quanto a melhoramentos dos aspectos físicos e de infra-estrutura. Em 1915, a Câmara Municipal fez uma doação ao Estado de Minas Gerais, das águas minerais e das terras nas proximidades das fontes, em troca do estabelecimento da Prefeitura na cidade.

Quanto ao desenvolvimento de Araxá, foi na virada do século passado[15],

---

[15] Já no limiar do referido século, as marcas do progresso estavam evidentes, tanto as urbanísticas, como as do setor turístico. Após cem anos, a visão panorâmica da cidade de Araxá era totalmente distinta. As diferenças podem ser percebidas pela descrição feita do Arraial pelo biólogo francês, Saint-Hilaire, em 1819, quando ele passou por estas terras: [...] Por ocasião da minha viagem só duas casas eram sobrados, sendo todas cobertas de telhas de barro e madeira, ou então de adobe. ... Há em Araxá uma praça muito ampla e de traçado irregular mas as casas que não dão para essa praça ficam espalhadas aqui e ali, um pouco desordenadamente. [...] (O Trem da História, 1998, p. 7).

que houve uma significava melhora, ao serem instalados os serviços básicos de saneamento e de energia elétrica e também pela implantação da Prefeitura Municipal, em 1915. Naquele ano, também foi construída uma estrada para facilitar o acesso da cidade - hoje está localizada a aproximadamente 5 km - para o Barreiro. Pois em função do turismo embrionário, a cidade começou a se preparar para receber os visitantes. Foram construídos pensões e hotéis e a primeira casa de banho. Instalaram-se, também na época, as fábricas de sabonetes, como os de lama e de águas sulfurosas, além das fábricas de laticínios. Destaca-se, ainda, em meio a tantas inovações, a construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas, inaugurada em 1926, que viria facilitar o acesso de passageiros.

O governo priorizou facultar o acesso de turistas ao Barreiro. Prova disso é que já, em 1938, havia uma pista adequada à aterrissagem de aviões. Outros investimentos em infra-estrutura de estradas foram realizados, como rodovias e linhas férreas, e que facilitaria a escala entre várias cidades da região, como Sacramento e Uberaba, e entre capitais brasileiras. Enfim, todos os investimentos feitos em Araxá como na região, tiveram como meta maior, o incremento do turismo.

O importante a ressaltar é que na primeira metade do século XX, houve a necessidade de se adequar à área do Barreiro para receber banhistas que vinham para Araxá, já que a cidade se despontava como um grande potencial turístico. O resultado disto foi a elaboração de um "suntuoso" projeto arquitetônico assinado pelo arquiteto Luis Signorelli, com a colaboração do italiano Rafael Berti. O projeto paisagístico ficou a cargo de Burle Marx. A construção do Balneário do Barreiro composto pelas Fontes, Termas e Grande Hotel (incluem-se também, as áreas de lazer) passou a ser a mais absoluta prioridade do governo brasileiro, na época, Getúlio Vargas. Para ele, representava a afirmação do Estado burguês, bem como uma alternativa de fonte de recursos do interior, bastante rentável para o país.

As obras iniciaram-se no ano de 1938 e foram inauguradas em 1944. A construção da Estância Hidromineral do Barreiro foi engendrada pelo governo Federal, via integração dos governos estadual e municipal: na figura de Benedito Valadares (interventor de Minas Gerais de 1933 a 1945) e o prefeito de Araxá, Fausto Alvim (de 1930-1940).

Na construção do balneário houve uma grande mobilização de profissionais de todas as áreas, muitos deles contratados do exterior e de profissionais especializados, os melhores do Brasil, vindos das capitais de diversos Estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, para trabalharem em projetos de mobiliário, de pinturas de murais e painéis das termas e dos azulejos de decoração da Fonte Dona Beja.

Para a realização do projeto foram envolvidos muitos profissionais nas obras. No ano de 1942, contava-se com o trabalho de 800 pessoas. O fato é que, terminada as construções, os moradores de Araxá foram surpreendidos pela magnitude do complexo do Barreiro, seguido pelo deslumbramento por parte de toda a população.

Deste ponto em diante, destacam-se algumas curiosidades significativas sobre a história de Araxá. Primeiramente, a existência de um possível vulcão extinto que reporta às construções na Estância. Presumia-se que a Bacia do Barreiro situa-se na borda desse vulcão[16], e que o Grande Hotel foi construído sobre ele. A segunda curiosidade remonta sobre a descoberta das ossadas de animais pré-históricos que foram encontradas durante as construções no Barreiro, pertencentes a espécies extintas, como a de uma preguiça gigante, e que, estão à mostra na Fonte Andrade Júnior, em forma de réplica.

Estudos arqueológicos constataram, também, em fins do século passado, a existência de objetos milenares pertencentes a populações ágrafas, na Região do Alto Paranaíba, que antecedem a história dos indígenas Araxás e da colonização do Brasil.

Em relação ao mito Dona Beja, seu nome verdadeiro é Anna Jacintha de São José, é de origem humilde e faz parte da memória deste lugar. Não consta em registro a data de seu nascimento, mas sabe-se que ela nasceu em Formiga, e viveu até o ano de 1873, quando faleceu em Bagagem (atual Estrela do Sul). Em Araxá, ela morou e adquiriu posses, inclusive foi proprietária de escravos e sobrados construídos em área urbana relevante da cidade, nas mediações da Igreja Matriz. Conforme consta em documentos da época, o da escritura de compra e venda de um imóvel que data de 1864.

---

[16] Segundo estudos geológicos no Barreiro, há 90 milhões de anos, ocorreu a intrusão de um magma rico em carbonatos, fosfato e nióbio; o resfriamento deste magma deu origem a uma rocha denominada carbonatito. Os agentes climáticos dissolveram parte da rocha e concentraram o nióbio e o fosfato, gerando depósitos minerais econômicos (Seer, 2004).

Um deles é "O Sobrado de Beja", onde hoje é a *Pensão Tormin* (O Trem da História, 1996, p. 4). Em relação à vida pessoal de Dona Beja, ela não se casou, teve duas filhas e exerceu grande influência no Arraial como moradora. A presença dessa mulher foi marcante e representou "anos luz" em relação a sua época vivida. Pois, ela tomou algumas iniciativas, tais como compra e venda de imóveis, que não eram atributos de mulheres. Essas atitudes eram até consideradas *indecentes*. Por causa disso, Dona Beja enfrentara muitos preconceitos por parte da sociedade aristocrática e paternalista daquela época. Assim sendo, ela tornou-se excluída e passou a não ser vista com bons olhos perante aquela "recatada" sociedade.

Em questões políticas, atribui-se à personagem de Dona Beja a intermediação da separação do Triângulo Mineiro da jurisdição de Goiás e a volta para Minas. No entanto, não existem fontes documentais que comprovem a veracidade deste fato. Como toda a história de Dona Beja, os acontecimentos, quando reconstituídos, são repletos de *fantasias*.

Em síntese, muitos fatos em torno da história de Araxá são cognoscíveis e existem ainda mistérios a serem desvendados como os objetos relacionados às pesquisas de arqueólogos. O Quilombo do Ambrósio, por exemplo, há algum tempo despertou o interesse de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em desvendar a história dessa comunidade negra em suas formas de viver. O mito Dona Beja é um tema que provoca muitos questionamentos, principalmente no público interessado pelas artes, aos turistas, moradores da cidade e de pesquisadores e continuará sendo enigmático, como todos os acontecimentos da história de Araxá, mesmo em tempos mais longínquos.

1.2 Estrutura produtiva e condições sociais

Os recursos naturais da terra e das águas favoreceram significativamente o desenvolvimento econômico do município de Araxá possibilitando incrementar as atividades relacionadas à pecuária, ao turismo. Posteriormente, com a exploração de minerais, outros setores compassados àqueles, o comércio e serviços foram sendo

também mais incrementados.

A pecuária constituiu-se na primeira atividade implementada nesta região com fins econômicos e que continua, ainda nos dias de hoje, sendo umas das principais fontes de recursos para o município. Outras atividades surgiram, secundariamente, àquela, o comércio e a agricultura.

O turismo[17], atividade econômica importante para a região, que despontou como um grande potencial em fins do século XIX, após comprovar-se que as águas minerais do Barreiro poderiam ser utilizadas em tratamento de saúde.

O ápice do turismo ocorreu nos anos de 1940 a 1950, depois de terminada a construção do Balneário do Barreiro, composto pelas fontes D. Beja, Andrade Júnior, do Grande Hotel e das Termas. Ainda funcionou nas dependências do Grande Hotel um Cassino, até o ano de 1946, que, enquanto era legalizado, alavancou ainda mais este setor da economia de Araxá.

É fato que a *lama* e o *minério* impulsionaram a economia de Araxá. Na metade do século XX, há a afirmação da vocação para a mineração, devido ao valor das águas sulfurosas e radioativas, e pela descoberta dos minerais, o nióbio e a apatita. A partir daí "os bons ventos" trouxeram grandes perspectivas de crescimento econômico com base na exploração de minerais.

O nióbio é explorado pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), que foi fundada em 1955 e faz parte do Grupo Moreira Sales. A CBMM é o maior complexo produtor de nióbio de todo o mundo. Derivado do pirocloro, o nióbio tem uma grande aceitação no mercado mundial, os compradores giram em torno de 40 países no mundo. O nióbio produzido em Araxá[18] corresponde a 75% da produção do mundo e produz anualmente 70 mil toneladas da liga ferronióbio. A reserva em Araxá garantirá a exploração do nióbio por mais de quatro séculos. Pesquisadores do Departamento Nacional de Produção Mineral/Goiás (DNPM/GO)[19] reforçaram estes

---

[17] Em função do turismo, desenvolveu-se em Araxá uma produção diversificada de artigos artesanais, tais como: doces, queijos, cachaça, bordados, crochês, etc., de grande destaque na região e de valor comercial.

[18] Disponível em: www.codemig.com.br. Acesso em: 05/08/2009.

[19]Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/.

dados: segundo eles, no Brasil, estão concentradas as maiores reservas de pirocloro do planeta, sendo que, (73,03%) delas situam no município de Araxá.

Já o minério apatita, uma das matérias-primas para fabricar o fertilizante, é explorado pela Arafértil (atual Bunge) desde 1971. A Arafértil foi criada, tendo em vista a lavra, beneficiar a rocha de fosfato e fabricar fertilizantes[20]. A empresa explora a mina do fosfato nas proximidades do Barreiro. Com esta exploração, garante-se boa parte do abastecimento do mercado interno brasileiro de fertilizantes. Segundo consta em trabalhos de pesquisadores do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) e técnicos da Serrana S/A (pertencente ao grupo Bunge), os primeiros estudos científicos realizados por Djalma Guimarães[21], em Araxá, remontam o ano de 1925 e já foi notada a presença de apatita e barita no Barreiro, mas a viabilidade do aproveitamento desta reserva para fins econômicos foi confirmada somente a partir de 1965.

Constata-se que além do turismo, impulsionado pelo valor das águas minerais, radioativas e sulfurosas, também a exploração dos minerais, nióbio e apatita pelas empresas mineradoras determinaram a vocação para a economia do setor mineral. É inegável que elas impulsionaram a economia de Araxá. Por outro lado, correlaciona-se a criação das empresas exploradoras de minerais[22] com o aumento do número de habitantes da cidade.

A história de Araxá, ao ser descortinada a maneira pela qual os moradores organizaram as suas produções, pode-se correlacionar à concepção materialista de Marx que diz: *o que os homens são depende das suas produções, com o que produzem e de como produzem as condições materiais de sua existência.* (Marx e Engels, 2007, pp. 44-45). Pois, eles transformaram a natureza e encontraram nela a maneira de viver, para garantir a sobrevivência. Primeiro, os colonos souberam aproveitar as águas minerais e

---

[20] Disponível em: www.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT202-186-00.pdf. Acesso em 06/08/2009.

[21]Geocientista de destaque foi dirigente e pesquisador do Instituto de Tecnologia Industrial (ITI), em 1940 e 1950. Segundo afirmações de Cláudio Vieira Dutra, o assessor de pesquisas de Djalma Guimarães, foi criada a Fundação Djalma Guimarães, pela CBMM que visa "à assistência social e a preservação ambiental" (Moreira, 2004, pp.66-67).

[22] Não se coloca em questão, neste tópico, a sustentabilidade social e ambiental das empresas mineradoras em Araxá.

a terra boa para pastagens, que eram os meios de produção adequados para desenvolver as atividades como a pecuária e a agricultura. Segundo, ao descobrir as águas para tratamento de doenças, investiram no turismo e, mais tarde, houve a preocupação quanto aos melhoramentos nas casas de banho para melhor conforto dos visitantes e assim o turismo logo chegou ao cume.[23]

Enfim, a economia de Araxá, atualmente, está alicerçada nas principais atividades do setor de exploração de minerais, do turismo e da agropecuária, e ao comércio e serviços. A conjuntura de empregos, como se verá mais adiante, pode ser verificada nas tendências de mercado dessas atividades, que se configuram nas fases de crises ou de crescimento, ano após ano. As ocupações, tanto as de maior como as de menores saldos, traçam a realidade do mercado de trabalho formal da cidade. Pode-se dizer que o desempenho das principais atividades econômicas é que define o número de empregos gerados e que depende também da conjuntura econômica em termos geográficos, ou seja, em âmbito regional e nacional.

A seguir, apresento as condições sociais da população de Araxá, tendo por base pesquisas realizadas pelo IBGE da realidade dos municípios brasileiros de 2003, feito em parceria com o Banco Mundial, o mapa de pobreza e desigualdade do município de Araxá, que naquela conjuntura tinha os seguintes indicadores:

- *Incidência da Pobreza: 22,65%*
- *Limite inferior da Incidência de Pobreza: 13,12%*
- *Limite superior da Incidência de Pobreza: 32,18%*
- *Incidência da Pobreza Subjetiva: 17,64%*
- *Limite inferior da Incidência da Pobreza Subjetiva: 14,70%*
- *Limite superior Incidência da Pobreza Subjetiva: 20,58%*
- *Índice de Gini*[24]*: 0,41*

---

[23] Vale ressaltar a visão das autoridades e políticos da região e do Estado, quando eram erguidos os projetos de construções do Barreiro e outras obras da Prefeitura da cidade: [...] os grandes melhoramentos, concluídos transformarão Araxá numa das estações de cura, repouso de maior conforto e mais perfeito aparelhamento (O Trem da História, 1999, p. 10).

[24] Com este indicador é possível mensurar a concentração de renda. O *Índice de Gini* numa escala de 0.0 a 1.0, quanto mais aproximar de 1.0, maior será a concentração de renda, e ao contrário, será menor. Assim: "É uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima)". Disponível em ibge.gov.br/.

- Limite inferior do Índice de Gini: 0,39
- Limite superior do Índice de Gini: 0,43

Segundo o IBGE, foi considerado como indicador nas pesquisas o critério da incidência de pobreza, tanto a absoluta como a relativa. Em relação à pobreza absoluta, tomou-se como referência o conceito de especialistas da área, sendo aquela situada no nível em que a pessoa não consegue o básico para sobreviver: o alimento ou de outros bens que são mínimos necessários para viver. Já a pobreza relativa foi medida dependente da percepção do entrevistado, o que ele entendia como pobreza, comparada ao padrão de vida de outras pessoas de sua convivência ou de outros grupos apresentados como referência. Por isto, a pobreza relativa pode coincidir ou não com a absoluta, situando em patamares próximos ou mais longe. A incidência de pobreza relativa associa-se à escolaridade, aos valores, à visão de desigualdade e outros fatores como a migração. Neste caso, as pessoas podem comparar o padrão de vida anterior e não àquele onde está vivendo na atualidade.

Passando a análise do indicador de desigualdade, observa-se que o índice de concentração de renda do município de Araxá auferido pelo IBGE, era de 0,41 e, portanto, pode-se constatar que este indicador está num limite considerado satisfatório se comparado ao *Índice de Gini* do Brasil que era de 0,54, no ano de 2004, conforme pesquisas do Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 2006, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Embora o *Índice de Gini* se situe em níveis aceitáveis e evidencie que disparidades sociais no município de Araxá não são atenuantes, não se pode afirmar que a desigualdade social é insignificante, a ponto de não merecer a atenção do poder local[25]. Promover um desenvolvimento local solidário e sustentável[26] é necessário,

---

[25] Atualmente em Araxá existem várias ações políticas ou vinculadas ao governo federal voltadas à população carente, que incluem as famílias, filhos e dependentes. São ações que, há muito foram implantadas, como o SOS (Serviço de Obras Sociais) ou foram recentemente iniciadas, como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que já existe unidade em efetiva atuação, desde o mês de outubro de 2008. Também estão sendo implementados o *Projovem Adolescente* e o *Projovem Urbano*. Em geral, as ações políticas do município são desenvolvidas por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Humano (SDH), que é sede de vários projetos sociais. No entanto, o estudo dessas políticas não foi motivo da análise nesta pesquisa.

tendo em vista o aumento das incidências de desemprego e pobreza, que se vem percebendo desde as últimas décadas do século XX.

1.3 Emprego formal e desemprego

Os dados relativos ao emprego formal em Araxá podem ser analisados por meio da performance dos setores de atividades econômicas predominantes, dos últimos anos. A análise parte do período compreendido de 2003 a 2007. A População Economicamente Ativa (PEA)[27] de Araxá está distribuída nas atividades econômicas, sendo que as que mais se destacaram[28] em Araxá, estão ligadas à mineração, ao turismo, à agropecuária, ao comércio e serviços.

Os setores em que há maior movimentação de trabalhadores em Araxá são os de serviços, seguido do comércio. No período escolhido como referência (2003 a 2007), segundo os indicadores do mercado de trabalho do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) a movimentação de empregados, naquele período nas atividades de serviços foi de 14.434 admitidos e de 13.185 desligados. Já no comércio foram 13.600 admitidos e 12.233 desligados. Depois segue a construção civil que empregou 8.474 e demitiu 8.439 trabalhadores.

---

[26] Segundo Pochmann (2007, p. 183), essa é uma nova concepção para o desenvolvimento local: "Trata-se de um programa cujo objetivo é promover o desenvolvimento local sustentável através da criação de espaços de discussão e articulação entre o poder público e atores da sociedade civil. Isto é, da institucionalização de fóruns de discussão capaz de estudar, propor e ajudar na implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local e para o combate a exclusão social."

[27] O último senso de 2000 do IBGE constatou o número da PEA em Araxá: do masculino de 23167 e do feminino, 16012. A PEA ocupada pelos indicadores masculinos era de 20344 e quanto aos femininos, de 13152. Já a PEA ocupada de jovens de 16 a 24 anos foram: do sexo masculino de 4353 e feminino de 2834. Dados elaborados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Disponível em: http://perfildomunicipio.caged.gov.br/ Acesso em: 21/09/2009.

[28] Fonte de Pesquisa: Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá (IPDSA) – Dimensão Econômica /2008.

Em questão do desemprego[29] no município, segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Parcerias da Prefeitura de Araxá, na indústria da transformação, em 2005, houve a falência de uma empresa de laticínios e as conseqüências disto foram a demissão de 350 trabalhadores diretos, o desligamento de 120 prestadores de serviços e de 1.280 desligamentos de fornecedores, os proprietários rurais. Em 2007, houve também a falência de uma rede de supermercados, e, da mesma forma, as outras empresas do grupo econômico, como os de serviços de engenharia. Isto resultou em números aproximados de 400 desempregados diretos dos supermercados e, em 150 desligados das outras empresas do grupo.

A movimentação de empregados nas principais atividades econômicas por setor em Araxá, dentre as já citadas, e outras como o extrativismo mineral, a agropecuária e os serviços de utilidade pública, no geral não apresentaram uma conjuntura favorável de empregos, observada pela variação de emprego, em saldos baixos ou negativos, como o caso da agropecuária que empregou 3.880 trabalhadores e desligou 3.986, obtendo um saldo de 106 (negativo) entre admitidos e desligados.

Em relação aos indicadores do mercado de trabalho do município *versus* Unidade da Federação, registraram-se as seguintes movimentações totais do período de 2003 a 2007: no município, o número de admissões atingiu 49.658, enquanto as demissões totalizaram 45.853. De forma que, o saldo foi de 3.805, que representa 7,66% da movimentação de trabalhadores entre os admitidos e desligados do período em questão. Já o Estado de Minas Gerais obteve um resultado mais favorável de emprego, um saldo de 727.004, representando 9,28% ou a variação absoluta de 7.834.088 admissões contra 7.107.084 demissões[30].

Em seguida, a Tabela 1 demonstra o desenvolvimento do emprego formal do período em análise.

---

[29] Dados do CAGED revelam as ocupações que mais desligaram no período de 2003 a 2007, são as seguintes: vendedor de comércio varejista, auxiliar de escritório, faxineiro, servente de obras, trabalhador agropecuário, trabalhador da cultura de café e pedreiro. As ocupações em evidência estão descritas por ordem de pior desempenho.

[30] Dados disponíveis no site: http://perfildomunicipio.caged.gov.br.

Tabela 1 – Evolução do emprego formal – município de Araxá, 2003-2007.

Em porcentagem

Ano	Admissão	Desligamentos	Saldo	Variação de empregos
2003	7.712	6.820	892	6,73
2004	10.637	8.806	1.831	12,76
2005	10.291	9.986	305	1,85
2006	10.321	10.426	-105	-0,63
2007	10.697	9.815	882	5,34

Fonte de dados: IPDSA - Dimensão Econômica/2008 - Tabela adaptada pela autora.

A tabela demonstra que a variação do saldo de empregos de índices mais baixos fica mais evidente nos anos de 2005 e 2006, podendo ser associado ao desemprego originado do fechamento de empresas e de outros possíveis fatores. Neste caso, a performance negativa do emprego do ano de 2006 pode ser um reflexo dos acontecimentos do ano anterior. Já 2007 aponta para a estabilidade, embora não se possa afirmar que no ano seguinte se manteve o crescimento de emprego, por causa de fatores como o enunciado: desemprego ocasionado pela falência de empresas da cidade.

Em relação ao primeiro emprego[31] as admissões verificadas nas vinte maiores ocupações[32] do período (janeiro de 2003 a dezembro de 2007) representaram um percentual de 11,20% em relação aos 26.823 empregados do referido período,

[31] É bom salientar que o *primeiro emprego* normalmente destina-se às pessoas da faixa etária jovem que ingressam no mercado formal de trabalho, ou seja, com carteira assinada, o que inclui todas as formas de contrato, segundo informações dos agentes do MTE. Mas, as estatísticas do CAGED não fazem restrições de idades, com exceção, a observância do artigo 227 da Constituição Federal, parágrafo 3º, inciso I.

[32] São as maiores ocupações (ou as que mais empregaram) do município de Araxá, divulgadas pelo MTE: servente de obras, vendedor de comércio varejista, faxineiro (desativado), auxiliar de escritório, pedreiro, trabalhador agropecuário, trabalhador da cultura de café, instalador de linhas elétricas de alta e baixa tensão, motorista de caminhão, mecânico de manutenção de máquinas, operador de caixa, recepcionista, trabalhador volante da agricultura, mecânico de manutenção de equipamentos de mineração, alimentador de linha de produção, motorista de furgão ou veículo similar, frentista, soldador, cozinheiro, contínuo.

enquanto na movimentação do período o percentual foi de 12,05% em relação ao total de admissões e desligamentos.

Analisando os indicadores de gênero do ano de 2007, a partir da consulta ao CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) constata-se que em todas as atividades[33] que foram referência para a comparação dos percentuais de empregos formais por gênero do ano de 2007 foram admitidos 12657 homens e 8035 mulheres. Destes totais gerais, foi possível verificar o emprego de um percentual de 22,83% de jovens do sexo masculino e de 21,14% do sexo feminino, na faixa etária de 16 a 24 anos. Embora a diferença de gênero no percentual de empregos dos jovens no município se mostra ínfima, a nível nacional esta diferença situa-se em patamares bem mais elevados. Os homens estão em vantagem em relação ao emprego formal, o que também se verifica na faixa etária jovem. Como referências para a análise foram escolhidas dentre as principais atividades econômicas por setor as que mais empregaram, indústria da transformação, comércio e serviços com critério gênero, da faixa etária de até 17 anos, no período de 2003 a 2007. Nessas atividades foi possível constatar que os jovens do sexo masculino têm 63,05% dos empregos enquanto as mulheres jovens têm 36,94%[34].

Por fim, os percentuais dos empregos formais de gênero do ano de 2007, verificados no município de Araxá, confirmam uma tendência geral no mundo do trabalho: as atividades que corroboram o atrativo de emprego para homens ligados a setores como da Indústria de Transformação e da Construção Civil, em contraste com o emprego de mulheres nestas atividades, que apresentou um índice bem inferior aos estatisticamente apresentados em relação aos dos homens que atuaram nos setores que foram referenciais para a análise. Os últimos dados do CAGED/MTE citados no site se referem ao ano de 2008.

---

[33]Citam-se as atividades econômicas classificadas por setor pelo IBGE que são base para levantamento estatístico de emprego formal: Extrativismo Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária. Merece ressaltar que, o setor de Serviços Industriais de Utilidade Pública teve um percentual ínfimo, ou 0 (zero) de empregados no ano de referência, que empregou apenas 36 trabalhadores masculinos.

[34] Dados elaborados pela autora a partir de consulta a tabelas do Anuário Estatístico da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), no site do CAGED. Disponível em http://anuariorais.caged.gov.br/.

Por meio de indicadores do MTE podem ser notadas as ocupações de maiores saldos e o movimento de trabalhadores, nas admissões e desligamentos do período. Percebe-se também a diferença em gênero, quanto as oportunidade de emprego que tendem a favorecer aos homens.

Os percentuais correspondentes aos saldos de emprego indicam até que ponto o mercado local consegue manter ou aumentar os postos de trabalhos para absorver os desocupados, o que nota uma conjuntura um pouco desfavorável no período analisado. Enfim, das análises do emprego formal e do desemprego foi possível analisar como se configuram e estruturam as forças produtivas locais.

A seguir, serão traçados as políticas e os indicadores de exclusão e inclusão da educação do município, onde se buscará perceber a maior evidência destes indicadores na faixa etária jovem.

1.4 Políticas da educação

Quanto à educação do município ela é ofertada pelo ensino público - municipal, estadual, federal - e o privado. O ensino é estruturado para absorver a demanda local, chegando a atender 28.603 estudantes no ano de 2007. O número de escolas é considerado suficiente para o atendimento do público araxaense. Ao todo, somam-se 72 estabelecimentos de ensino[35]. Quanto ao ensino público de responsabilidade do município, de acordo com os dados levantados pela Secretaria Municipal de Educação (SME), há em Araxá 28 escolas públicas municipais, das quais 05 são escolas da zona rural; do total de escolas, 15 destinam-se somente à educação infantil e 9 estabelecimentos de ensino ministram educação infantil e o ensino fundamental; e 4 somente o ensino fundamental. Os alunos tendem a se concentrar nas escolas urbanas, embora a partir do ano 2000, houve uma tendência a aumentar o número de alunos em escolas rurais, fato cujas causas poderiam ser objeto de um

[35] Do total de escolas em Araxá, as unidades escolares estão repartidas em: municipais urbanas =13 e as rurais =5; Os Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI's) = 11 e Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI's) = 4; as escolas conveniadas que são as de educação infantil em convênio com a Prefeitura Municipal de Araxá (PMA) =10; estaduais =15; federais= 1; particulares =9; ensino superior =1 e de outras modalidades = 3 (Dados do IPDSA - Dimensão Social/ 2008 e da SME).

estudo.

Nos últimos anos, a educação no município de Araxá apresentou a seguinte realidade quanto ao número de alunos matriculados:

Tabela 2- Número de matrículas, Escolas do município de Araxá

Ano	2000	2004	2005	2006	2007
Matriculados	29550	30300	29788	29641	28603

Fonte de dados: IPDSA - Dimensão Social/2008. Elaboração: autora.

Observa-se que a taxa de crescimento de matrículas dos anos em análise revela as variações seguintes: há uma diminuição das matrículas efetivas no ano 2007, se comparadas às matrículas dos outros anos, e o aumento no ano de 2004.

Já em relação aos alunos matriculados somente na rede pública do município e conveniada, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, que foram pesquisados e divulgados pelo IPDSA-2008, nos últimos anos, apresentaram-se os seguintes números: em 2003 foram matriculados 9.971 alunos; em 2004, 9.962 alunos; em 2005, 9.693 alunos; em 2006, 9.937 e em 2007, 9.645 matrículas.

Quanto à evasão[36], de acordo com a divulgação de dados da SME, as escolas de Araxá apresentaram o seguinte quadro[37] nos anos de 2003 a 2007:

[36] Os dados coletados da evasão na SME aparecem com lacuna referente aos indicadores da rede federal de ensino, O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET.MG), dos anos de 2003, 2004 e 2007.

[37] Ver tabela p. 40.

Tabela 3 – Indicadores de Evasão - Escolas do Município de Araxá, 2003-2007

Em porcentagem

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2003	2,12	2,89	9,10
2004	2,00	2,79	10,91
2005	1,85	1,56	9,00
2006	9,10	5,70	23,10
2007	1,84	1,60	13,63

Dados da SME - Elaboração: autora.

Os indicadores de evasão no município de Araxá são calculados pela soma da matrícula inicial com o número de alunos admitidos no decorrer do ano, subtraindo o número de alunos afastados por abandono. O número auferido representa o total de alunos da Unidade Escolar e é referência para o cálculo do percentual de evasão na seguinte equação:

$$\frac{n^o \text{ alunos evadidos} \times 100}{n^o \text{ matrícula final}}$$

Na demonstração de evasão do município, foram consideradas as modalidades de ensino: Infantil, Fundamental e Médio, de todas as escolas do município de Araxá – tanto as urbanas como as rurais – as conveniadas, municipais, estaduais, federais e particulares do período em estudo (2003-2007).

A tabela de indicadores de evasão do município demonstra a maior taxa de alunos evadidos no ensino médio[38]. Estes indicadores apontam para a verificação da

[38] A evasão do município de Araxá tem sido um tema preocupante em meio aos profissionais da educação em geral. Considerando o ano de 2007 que havia 4.389 matrículas iniciais, e 3.523 matrículas finais, há um saldo absoluto de 866 alunos do qual os educadores podem não conseguem dar conta do destino de todos os alunos. Considerando as perdas, além dos evadidos, os alunos afastados, os transferidos e os

quantidade de alunos nessa modalidade de ensino, fora da faixa etária. No ano de 2005, pesquisadores da área educacional realizaram este trabalho a partir da taxa de *escolarização líquida e bruta* dos alunos da rede estadual, particular e federal. Ficou constatado um percentual de 27,17% de alunos fora da faixa etária. Sendo que, na rede estadual a taxa era de 29,74%, na particular, 5,18% e na federal de 20,48% (Araxá, 2006, p. 29).

A taxa de distorções de idades no Brasil, na faixa etária de 15 a 17 anos também foi revelada nas pesquisas da PNAD de 2006. Apesar de 82% da população estivesse freqüentando a escola, naquele ano, somente 48% cursava, pelo menos, o ensino médio, que é correspondente a essa idade (Brasil, 2007, p. 15).

Passando à análise do desempenho dos alunos do município avaliados por meio de exames[39], a Prova Brasil e Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o ensino público municipal de Araxá superou as expectativas, atingindo um índice superior à meta estabelecida em nível nacional para o Ensino Fundamental, estimada em 6,0 para o ano de 2007. Segundo dados do IPDSA-2008, nas séries iniciais desta modalidade, o município atingiu o indicador 5,2 enquanto o Brasil atingiu 4,2, e quanto às séries finais, alcançaram 4,0 e o Brasil, 3,8.

Já em relação às políticas educacionais do município de Araxá, foi elaborado o Plano Decenal Municipal de Educação (PDME) conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação no Brasil, de nº 9.394/06 no Artigo 10º[40],

---

reprovados, que não se sabe o percentual deles que não renovam a matrícula. A exemplo, toma-se a evasão do ano de 2006. Se além da taxa de evadidos, que representou 23,10% dos alunos, considerando as perdas dos reprovados e os transferidos, e os aprovados (que se movimentam) e nem todos os alunos desta faixa etária são migrantes ou saem da escola para o ingresso no mercado de trabalho, onde estão estes alunos?

[39] São complementares e fazem parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica das Escolas Públicas, visando implementar políticas públicas na área da educação brasileira, tendo por referência, os exames, como a Prova Brasil que consiste numa avaliação do Rendimento escolar de alunos do ensino fundamental da rede pública (4ª série/5º ano, e 8ª série/9º ano) e o SAEB que significa, Avaliação da Educação Básica em nível nacional, o qual tem por escopo medir o desempenho das escolas públicas, por meio da aplicação de questionários. Este método está sendo utilizado desde o ano de 2005 (Brasil, 2009c, pp. 14-15).

[40] "Os Estados incumbir-se-ão de [...] elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos Municípios, [...]" (Araxá, 2006, p. 10).

conforme também prevê a Constituição de 1988 e as Constituições Estaduais. Tendo em vista o cumprimento da lei, foi promulgada a Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que criou o Plano Nacional de Educação (PNE) para a definição de metas para a educação brasileira, por meio da elaboração dos Planos Decenais de forma *integrada* e *articulada*[41] em todas as esferas do governo: federal, estadual e municipal.

O Plano Decenal do Estado de Minas Gerais abarca a década de 2005 a 2014 e as propostas educacionais do Estado estão norteadas no "Atlas da Educação em Minas Gerais". Sendo assim, o município de Araxá instituiu o PDME para a década de 2006 a 2015, para ser implementado concomitantemente ao plano do Estado.

Para a construção do PDME, foram tomadas as seguintes medidas: o Conselho Municipal de Educação (CME)[42] solicitou pesquisas ao Centro Universitário do Planalto de Araxá (UNIARAXÁ), para fins de levantamento de dados da educação, além de organizar comissões para fazer diagnósticos nesta área. Já na segunda gestão do prefeito Antônio Leonardo Lemos Oliveira (2005-2008), instituiu-se O Fórum Municipal de Educação, que foi uma comissão composta por nove pessoas representantes do governo e mais nove câmaras compostas de três representantes cada, das várias modalidades da educação do município (Araxá, 2006, pp.10-11).

O PDME do município de Araxá norteou os princípios da oferta de ensino para as várias modalidades de ensino[43]. Todas elas têm como meta primordial a garantia

---

[41] O PDME ressalta as dificuldades inerentes à integração, ou seja, ao cumprimento das metas, objetivos, prioridades e diretrizes, em forma articulada nas três esferas governamentais: "É bom que se diga que, embora a legislação proponha planos integrados e articulados, é notória a dificuldade que os entes federados têm de trabalhar em regime de colaboração nos vários níveis da educação, pois a tradição histórica é marcada pela centralização, tanto na fixação de políticas, quanto no financiamento e na normatização curricular (Araxá, 2006, p. 13)".

[42] Segundo informações da Secretaria Municipal de Educação do Município, este Conselho é formado por um par de representantes de todas as redes escolares: municipal, estadual, federal e particular; de um representante da sociedade civil em Araxá, de sindicatos, da Associação Comercial, Industrial, de Turismo, Serviços e Agronegócios de Araxá (ACIA), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do sistema "S", da Secretaria Estadual de Educação, da Inspetoria de Ensino, da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria de Desenvolvimento Humano e da Secretaria de Planejamento e Gestão. A finalidade do conselho é exercer as funções deliberativas, consultivas e avaliativas referentes à educação na área de competência no município.

[43] Em atendimento ao público jovem, a educação em Araxá tem por princípio a garantia do Ensino Fundamental, na modalidade Educação de Jovens e Adultos a todos os habitantes do município que a ele

do atendimento à demanda do município, em parcerias com a rede particular, visando à qualidade e à eqüidade. Uma das preocupações dos gestores da educação de Araxá é quanto ao analfabetismo absoluto[44] que ainda persiste no município, embora o percentual seja ínfimo. As medidas para combater o analfabetismo, segundo traçado pelo PDME sustenta-se em dois suportes básicos: a *educação como um direito e a cidadania inclusiva*. Pode-se deduzir daí que a preocupação dos gestores da educação é a capacitação dos indivíduos que não tiveram oportunidade de estudar, por qualquer que seja o motivo, financeiro, de âmbito familiar, saúde etc., visando facilitar a inclusão social, e a partir daí, almejar melhores condições de vida. E segundo consta nas diretrizes do PMDE, o ensino aos não incluídos não é somente restrito ao acesso no Ensino Fundamental, é também voltado para a conclusão do Ensino Médio.

De maneira geral, o PDME norteia as seguintes perspectivas relativas à educação: d*e cidadania,* visando à prática dos direitos e dos deveres; da *cultura escolar*, na forma humanística e transformadora; da *gestão da educação* democrática, envolvendo a participação da comunidade em geral na escolha da direção das escolas da rede pública do município; do *sistema de educação*: descentralizado para funcionamento eficaz da gestão administrativa; de *autonomia das escolas* que inclui a pedagogia e administração de recursos, dentre outras.

O município de Araxá aderiu ao Programa de metas do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), *Todos pela Educação*[45]. Este programa consiste

---

não tiveram acesso na idade própria, visando à erradicação do analfabetismo e aos que não tiveram a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental; o Ensino Médio, como competência do Estado, o município garante as unidades escolares de acordo com a demanda por este nível de ensino, objetivando a conclusão da educação básica e o ingresso ao Ensino Superior; a da Educação Profissional, visará à manutenção e ao aumento do oferecimento do ensino profissionalizante por meio do CEFET.MG e do sistema "S" – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Serviço Social da Indústria (SESI), como também incentivo ao ensino superior.

[44] Pesquisadores revelaram que o índice de analfabetismo absoluto em Araxá é menor que 2% na faixa etária acima de 15 anos. A pesquisa foi encampada pelo UNIARAXA que constatou 1.645 analfabetos em Araxá. A educação para jovens e adultos é ofertada de forma articulada: via rede pública, pelas escolas do estado e do município e pelas escolas particulares (Araxá, 2006, pp. 16, 50-51).

[45] Exímia a adesão, automaticamente, o município recebe os recursos financeiros do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sob a única condição de prestar contas por meio de relatórios dos recursos aplicados na educação e de acordo com as exigências legais. No acompanhamento dos

no compromisso com o desenvolvimento e melhoria da educação a curto e médio prazo. Esse é um programa em regime de colaboração com os Municípios, os Estados e a União.

Pode-se inferir que, mediante os dados constatados da educação do município de Araxá, bem como das suas políticas adotadas, ela tem sido relevante. Isto se deve, principalmente, à implantação do PDME, em conformidade com a LDB da educação nacional e, com a municipalização tendo em vista a adesão do poder local aos programas do Ministério da Educação (MEC), que descentraliza os recursos financeiros e conduzem à melhoria da educação em Araxá. Nesta perspectiva, a educação do município aponta para novos horizontes, já que há metas e diretrizes traçadas para todos os níveis de ensino apontados no PDME, após um prévio diagnóstico. Há de se considerar também o controle da sociedade civil aos programas do governo por meio dos conselhos municipais, como a participação de representantes de sindicatos, da OAB e da ACIA, deixando vislumbrar, no caso da educação local, melhores perspectivas na condução dos projetos educacionais.

Quanto às políticas educacionais no Brasil, o governo tem buscado ampliar o acesso e a permanência dos alunos na escola. No entanto, as medidas são insuficientes, se for considerada a situação financeira das famílias. Conforme já foi enfatizado, na introdução deste trabalho, pesquisas do Ipea (2009) demonstraram que as condições de estudo e de trabalho dos jovens estão associadas à renda das famílias. Tomando por recorte as idades de 15 a 17 anos, que usualmente se atribui a idade de cursar o ensino médio, os pesquisadores do Ipea (2009) revelaram que os jovens pobres tendem a conciliar o trabalho com os estudos. Destes jovens, a possibilidade de somente estudar é maior em famílias com renda maior que um salário mínimo *per capita*. Portanto, eles têm um tempo maior de inatividade e podem postergar o trabalho.

Diante dessas análises, pode-se dizer que:

---

repasses dos recursos, na execução dos programas, na fiscalização, assessoramento e análise da prestação de contas do poder público municipal, conta-se com a atuação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Este é um conselho social que abarca as funções citadas e, em conformidade com os propósitos pelos quais ele foi instituído, dá o parecer conclusivo.

> O movimento de ampliação do acesso à educação não foi acompanhado pela melhoria da qualidade do ensino. Este fato, somado às situações de vulnerabilidades em que se encontra grande parte da população, tem como conseqüência o afastamento de um número expressivo de adolescentes e jovens do sistema de ensino para se inserir no mercado de trabalho como condição para a sua própria sobrevivência e de sua família (Brasil, 2009b, pp. 28-29).

Em síntese, os profissionais da educação do município de Araxá estão empenhados em aderir aos projetos do governo para a melhoria da qualidade da educação do município. Em contrapartida, a educação de Araxá revela indicadores consideráveis de evasão, sendo mais expressivo no ensino médio. Resta um estudo da evasão, se estão relacionados à necessidade do jovem de trabalhar por questões financeiras, migração ou por outros motivos. Acompanhar a trajetória dos alunos que estão excluídos da educação, no município, será um dos primeiros passos para inverter o quadro evasão, para maior alcance educacional na faixa etária jovem.

CAPÍTULO II

Globalização: desigualdade, pobreza, exclusão e inclusão sociais

A exclusão moderna é um problema social porque abrange a todos: a uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos. A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm trabalho e, sobretudo, não têm esperança.

(Martins, 2002)

2.1 A Globalização e seus desdobramentos

Inicio este capítulo analisando as mudanças do capitalismo mundial decorrentes da globalização econômica e financeira[46], como elas repercutiram nos processos de trabalho em termos da produção mundial, os seus efeitos negativos no emprego, a informalidade, bem como as novas formas de contrato de trabalho, ou seja, a precarização em todas as suas formas.

Em se tratando do conceito de globalização, tomo como referência as considerações de Wanderley:

> [...] Trata-se de um conceito ao mesmo tempo complexo, ambíguo e ideológico. Comumente, ele é compreendido como um processo crescente de mudanças que mundializa os mercados, as finanças, a informação, a comunicação, os valores culturais, criando um sistema de vasos comunicantes entre os países e continentes. Parece consensual que o capitalismo, desde suas origens, desenvolveu um processo de internacionalização do capital, desigual e combinado, rompendo e integrando fronteiras geográficas. Nesse sentido, alguns sustentam que o movimento de mundialização ou globalização (termos para eles utilizados como sinônimos) é constante, adquirindo novas formas e conteúdos em conseqüência das transformações sócio-econômicas-políticas-culturais em curso (2008, pp. 66-67).

Pelo trecho acima, é possível constatar as dimensões das transformações da globalização que gera reconfigurações espaciais no mundo inteiro. Deste processo resultam as desigualdades que são inerentes às oportunidades econômicas, pois, nem todos os países são beneficiários das mudanças interplanetárias como no campo da informação e das finanças, visto que o estágio de desenvolvimento das nações acontece de maneira diferenciada nos mais distantes continentes.

Numa perspectiva analítica, trata-se de uma política deliberada de globalização, estabelecida principalmente nos Estados Unidos, difundida nos meios acadêmicos e expandida pela mídia, direcionada para o Planeta Terra, com orientações elaboradas por dirigentes empresariais, políticos, governantes, tecnocratas. No limite, visa a uma "ditadura do mercado".

---

[46] As referências sobre o tema globalização ou da internacionalização do capital foram fundamentadas, principalmente, nas literaturas de Dupas (1998), Pochmann (2001; 2004), Wanderley (2008) e Antunes (2010).

A seguir, será dado um destaque para a globalização financeira, foco da crise em curso iniciada em 2008 nos *United States of America* (USA), e econômico-social.

Pode-se dizer que a globalização econômica é sustentada por um consenso econômico neoliberal, com efeitos mais contundentes nos países periféricos por meio dos programas de ajuste estrutural, tais como: desregulamentação estatal, privatizações das políticas sociais, predomínio da lógica financeira, bolhas especulativas, classificação do risco – país segundo agências de rating [Standart and Poors (S & P), Fitch Ratings, Moody's etc.].

No final do século passado, houve a transição do trabalho fordista, ou seja, da acumulação fixa para o da acumulação flexível[47]. A última "envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, [...]" (Antunes, 2010, p. 28).

O autor explicou os motivos pelos quais ocorreu este processo. As empresas lucrariam mais no âmbito financeiro em detrimento do âmbito produtivo de bens e serviços e incorporou nos processos produtivos mais ciência e a tecnologia, o trabalho morto. De forma que, as empresas passaram a adotar um novo modelo organizacional, e predominaria o "maquinário técnico-informacional, presente no *trabalho morto*." (Antunes, 2010, p. 107) É bom salientar que, desde a gênese das transformações das técnicas de produção, na segunda metade do século XVIII, o lucro advinha diretamente do trabalho no *chão-da-fábrica*.

Foi a partir de 1970, principalmente, que se modifica a configuração do mundo, em termos geográficos, da Divisão do Trabalho que passa a ser comandada pelo capital financeiro. Pode-se dizer que, a partir daí, torna-se mais evidente a divisão dos países em termos econômicos[48], classificados: em Primeiro Mundo, os países de economia dominante, e Terceiro Mundo, os países dependentes. E, as multinacionais

---

[47] Harvey (1992) foi um dos autores importantes que se dedicou aos estudos dos processos da dinâmica dessas mudanças.

[48] Oliveira (2004) aponta uma terceira classificação na divisão dos países em termos econômicos: o Quarto Mundo. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br. Acesso em: 18/12/2009.

tiveram um papel efetivo nesse processo ao provocarem a reordenação na divisão do trabalho no mundo em termos geográficos.

Para Pochmann (2004), foi em função do avanço da tecnologia ajustado às múltiplas cadeias mundiais de produção que ocorreu a separação do trabalho de *concepção* do lugar da *execução*, ou seja, da produção. O primeiro tipo de trabalho se concentra nos países ricos, tipo *know-how*, incrementado pela "capacidade gerencial, tecnologia" (Ianni, 1991, p. 9). Já o segundo tipo de trabalho concentra-se nos países pobres e, na maioria das vezes, é precário, em todas as suas formas, em termos salariais e de empregos que não exigem quesitos de qualificação do trabalhador. No Brasil, por exemplo, a precarização clássica do trabalho identifica-se "pelo desemprego e pelas ocupações sem remuneração e por conta própria" (Pochmann, 2001, p. 99).

O desemprego, atualmente, atinge todas as populações do mundo, como também em grande medida a incidência do trabalho precário originados das novas relações no trabalho, Lazzareschi (2007) na percepção dessa realidade que se faz presente, assim distinguiu o termo *trabalho* de *emprego*:

> Trabalhar é uma atividade exclusivamente humana por ser consciente, deliberada, com o propósito explícito de gerar resultados que possibilitem a satisfação não só de necessidades relativas à sobrevivência – alimentação, vestuário, abrigo, de manutenção da vida – mas também de necessidades sociais, culturais, artísticas, espirituais, psíquicas, que distinguem o homem dos outros animais. Só é possível ser realizada por que somos dotados de inteligência, iniciativa, espírito crítico, criatividade, que se desenvolvem ao longo de seu processo, e, por isso, o trabalho deve permitir a realização plena da natureza humana (pp. 7-8).

Quanto ao *emprego*, diz a autora:

> O emprego é uma relação contratual de trabalho entre proprietário e o não-proprietário dos meios de produção e/ou renda pela qual se estabelecem as condições de compra e venda da força de trabalho, isto é, da capacidade para trabalhar dos não-proprietários dos meios de produção, em troca de uma remuneração, um salário. A relação de trabalho se dá entre homens livres, o que significa afirmar que ambas as partes estabelecem essa relação livremente e livremente podem rompê-las, respeitadas as cláusulas do contrato (pp. 10-11).

Segundo a autora, é importante fazer a diferença entre *trabalho* e *emprego*. Pois, a "transformação da forma de organização do processo de trabalho nas empresas, que teve início nas últimas décadas do século passado," apesar da precarização do

trabalho, com a diminuição da capacidade do mercado em criar ou manter postos de trabalho, não impedirá que o trabalho permaneça. O que poderá ser "até com mais intensidade, apesar do desenvolvimento científico e tecnológico que permite aumentar muitíssimo a produtividade do trabalho" (p. 12). A justificativa para esse fato insere-se no contexto da produção da riqueza, de uma sociedade, de um Estado ou Nação. A riqueza é independente da forma de trabalho, seja da classe proletária (embora contribua mais efetivamente para a riqueza) como também de todos os trabalhadores do mercado informal e dos autônomos.

Houve uma mudança considerável na evolução do emprego nas economias de centro em relação aos periféricos, conforme demonstrado por meio dos estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no que se referem às transformações ocupacionais dos anos de 1950 a 1998, em dados percentuais nos setores primário, secundário e terciário (Pochmann, 2001). Com esse estudo, foi possível constatar que os países pobres, apesar de haver mudanças significativas nos empregos, no período em análise, permaneceram com a "periferização da indústria" na tendência de produção da chamada *commodities*[49], organizada, principalmente, na forma *taylorista*[50]. Conforme já enfatizado, isto resultou na precarização no mundo do trabalho, com maior flexibilidade e propiciando condições mais favoráveis ao empregador, sem exigência de trabalhadores mais qualificados.

Castel (2008) analisa a flexibilização que, para este autor, faz parte das novas exigências do mercado mundial, o qual passa a exigir cada vez mais concorrência e competitividade e, como resultado disto, há a *degradação da sociedade salarial.* Pois, o trabalho passa a ser o "alvo" do barateamento de custos de mão-de-obra, ao mínimo e

---

[49] Produtos de origem primária: agropecuária, mineral e vegetal, com produção em larga escala, para exportação (Torres; Pereira, 2009, p.4). Para Lazzareschi (2007) esses produtos têm "pouco valor agregado" (p. 34), ao fato de não serem industrializados ou desprovidos de uma tecnologia de ponta na fabricação.

[50] Foi uma forma de organização científica da produção, elaborada por Frederick W. Taylor (1856-1915). Tratava-se de um controle sistemático do trabalho e do trabalhador utilizando os métodos da ciência. Controle para ele significava "uma necessidade absoluta para a gerência adequada a imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado." O "sistema" de Taylor, assim, consistiu num controle total do gerente sobre a atividade laboral nas empresas capitalistas, desde as tarefas mais simples às mais complexas. (Braverman,1981, p. 86).

aumento, ao máximo, da eficiência da produção. A "flexibilização é a palavra-chave que traduz essas exigências": tanto a interna que impera ao trabalhador adequar às novas exigências, e a externa na forma de subcontratações, de parte da demanda de serviços produzida fora da empresa líder, sob forma de trabalho flexível, ou seja, os direitos trabalhistas em condições precárias.

O autor citado enfatizou também a problemática das transformações no mundo do emprego, por causa da globalização. Do processo de precarização do trabalho, poucos ganham e multidões perdem. A argumentação do autor sustenta-se nos primórdios da industrialização, quando os proletários eram livres para firmarem seus contratos de emprego com os patrões. Eles conseguiram sair daquela situação de absoluto desamparo e de desproteção por influência de correntes teóricas surgidas em meio às transformações da sociedade do século XIX[51]. Marx e outros pensadores defenderam que os trabalhadores deviam passar para *coletivos protetores,* ou seja, aglutinarem-se em *solidariedades coletivas,* a fim de garantir um suporte de proteção.

Enfim, pode-se dizer que a precarização atinge os "sobrantes" na atualidade, do mesmo modo que atingia os vagabundos, os inúteis (eram considerados nesta categoria, as crianças, os idosos, os deficientes) nas sociedades antes da industrialização. A diferença é que se fossem em vinte anos atrás, os desempregados já poderiam ter sido integrados na produção.

Sob o aspecto atroz da realidade vivida pelos trabalhadores, no que se refere ao trabalho precário, flexível, tanto dos brasileiros, como os do mundo inteiro, Antunes (2010) enfatizou:

> [...] um amplo contingente da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, e dentre eles centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural (2010, p. 103).

---

[51] É interessante ressaltar acerca da era da modernização no contexto da Revolução industrial e das transformações sociais como efeito da Revolução Francesa, o reflexo das mudanças oriundas dessas revoluções, foram uma intensa conturbação e desordens provocadas na vida social. Várias correntes teóricas sugiram, a partir do século XIX, como as de Durkheim, Karl Marx e Marx Weber, em busca de explicações e de soluções para o "caos social" da época.

Para o autor, no caso dos trabalhadores do hemisfério Sul, eles têm aceitado "qualquer trabalho" tendo em vista que estamos diante de uma nova "polissemia do trabalho" do que se trata do seu sentido ontológico. O que se presencia na realidade atual do mundo do trabalho é "a retração do operariado industrial de base tayloriano-fordista e, por outro lado, a ampliação, segundo a lógica da flexibilização toyotizada" [...] (Antunes, 2010, p. 104).

No Brasil, na década de 1990, no seio das reformas neoliberais, prevaleceram duas conjunturas desfavoráveis: "a pragmática desenhada pelo Consenso de Washington" (Antunes, 2010, p. 105) e a nova estruturação em âmbito da produção. Isto ocorreu devida a exigência de mudanças em termos globais nos setores produtivos (indústria, agricultura e serviços) para o aumento da acumulação de capitais. Tais mudanças ocorrem nas formas de:

> [...] reorganização sócio-técnica da produção, da redução do número de trabalhadores, da intensificação da jornada de trabalho dos empregados, do surgimento dos CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade) e dos sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*, dentre outros elementos da lógica simbiótica do toyotismo flexibilizado (Antunes, 2010, p. 105).

O trecho de Marx, a seguir, citado em Braverman (1987), ressalta essa tendência de praxe do processo de acumulação capitalista, que utiliza métodos os quais sujeitam *trabalhadores em massa* para a condição de "sobrantes" na mesma medida que aumenta a produção. Assim,

> Com a acumulação, e o desenvolvimento da produtividade do trabalho que a acompanha, o poder de súbita expansão do capital também cresce [...] A massa de riqueza social, que se torna transbordante com o progresso da acumulação e pode ser transformada em capital adicional, lança-se freneticamente aos ramos de produção antigos cujo mercado se amplia subitamente ou aos novos [...] Nesses casos, grandes massas de homens têm de estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos, sem prejudicar a escala de produção nos outros ramos [...] Esse aumento é criado pelo simples processo de 'liberar' continuamente parte dos trabalhadores, com métodos que diminuem o número dos empregados em relação à produção aumentada (Braverman, 1987, p. 217).

Demo (2002) enfatizou que, mesmo liberando "o empresário de encargos trabalhistas não garante mais emprego, porque, diante dos desafios competitivos, o que interessa ao empresário não é a força de trabalho, mas o uso do conhecimento" (p. 103).

Assim, a idéia do autor é de que, atualmente (ou mesmo podendo dizer que sempre foi desta maneira) no campo produtivo, o foco é o aumento da acumulação de capitais, maior capacidade da empresa de competir no mercado, a globalização etc. De maneira alguma, o empresário visa “algum gesto social” (2002, p. 104).

Dupas (1998), no estudo de uma abordagem analítica do tema exclusão social correlacionado à “lógica da economia global”, conjeturou mudanças profundas no mundo do trabalho, o que para ele representava um novo paradigma. Isto era o resultado das novas formas de produtivas do capitalismo em esfera global e que refletiam em cheio nos empregos, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Houve uma reformulação da produção como também na classificação das empresas que passaram a serem integradas por “redes”, as chamadas *networks,* de forma verticalizada e que aglutinavam vários tipos de empresas de um mesmo ramo. Os meios de produção, como o capital e a tecnologia, tornaram-se circulantes, exceto a mão-de-obra, já que foi incorporada na força de trabalho do tipo *low-wage-labor*[52] (Dupas, 1998, p. 124).

Ainda para esse autor, há duas forças contraditórias no capitalismo. Primeiramente a oposição entre a concentração e a fragmentação. *Concentração* tornou-se um imperativo devido a três fatores básicos: da necessidade de maiores investimentos em tecnologia, a imputação da marca global para as redes de empresas e para as mídias, e a facilitação do universo produtivo (*do que, o como, quando e onde*) relativo aos bens e aos serviços. Já a *fragmentação* se expressa na partitura da produção em variadas partes do mundo, da criação de parcerias e subcontratações com outras firmas ou tipos de empreendimentos[53] e, por fim, aos acordos de terceirização e de franquias.

A segunda contradição da fase reinante do capitalismo atual ou da globalização econômica relaciona-se aos empregos e ao consumo. Isto porque, embora as taxas do desemprego estrutural tendam a aumentar, o capitalismo mantém a acumulação, uma vez que há a queda dos preços dos produtos, e a população, antes

[52] Significa “mão-de-obra com baixos salários” Tradução de Dupas (1998, p. 156).

[53] Nos acordos entre as empresas, segundo Dupas (1998), incluem os procedimentos informais no trabalho.

excluída do consumo de certos tipos de bens e serviços, passa também a ser incluída como consumidora, no mesmo patamar de renda. De outro lado, há queda expressiva do emprego formal. Em contrapartida, aumenta o tipo de trabalho flexível e abre campo para as empresas de pequeno e médio porte, incluindo a participação das pequenas unidades produtivas, para serem integradas em *cadeias de produção* mais vastas[54] entre empresas filiais, subcontratadas e parceiras, facilitada pelo incremento do sistema de informação (Dupas, 1998, pp. 124-125).

O autor citado demonstrou em seus estudos a lógica das *cadeias de produção* que, tende tanto a excluir como incluir. O processo ocorre da seguinte maneira: caminhando para o topo, onde situam as multinacionais, *seleciona*, *qualifica*, nesse caso, demonstra a exclusão. Já ao contrário, caminhando para a base, ocorre a inclusão, por suceder da contratação de trabalhadores com contratos mais flexíveis de trabalho, com piores salários e também no setor informal. O último é um dos piores resultados das modificações dos últimos tempos que recaiu no mundo do trabalho. Segundo matéria da *Revista Fundacentro* (1999, pp.7-9) implica a proliferação de um "setor invisível do mercado", que neutraliza qualquer tipo de interferência tanto em relação às condições de trabalho quanto na defesa dos direitos do trabalhador, já que inexistem as leis que protegem o trabalhador.

Enfim, pelas estatísticas apresentadas em literaturas que remontam ao ano de 1990, percebe-se que a globalização repercutiu na qualidade do emprego, houve uma melhora e proteção aos trabalhadores em alguns países dos centros capitalistas, enquanto os empregos dos países pobres foi a de piorar, já que aumentou os postos de trabalhos não-qualificados, e os trabalhadores, por sua vez, foram menos valorizados; e ainda, susceptíveis a políticas macroeconômicas dos governos em favorecimento às empresas multinacionais, que, como vimos, tinham interesse em oferecer atrativos para incentivar os investimentos externos em seus países. Com isto, houve o sucateamento da mão-de-obra, por meio de medidas mais flexíveis no campo do trabalho que vieram somente a favorecer os empregadores.

---

[54] As multinacionais instalam suas filiais em qualquer parte do mundo onde as condições forem mais favoráveis para a produção que inclui o barateamento de mão-de-obra (Pochmann, 2001).

Por fim, há de se considerar, a posição de alguns autores em relação à incursão dos movimentos sociais contrários a essa situação sistêmica. Embora sejam movimentos que ainda não tenham atingido a sociedade como um todo, pois as mudanças ocorrem lentamente, a partir das ações em dimensão micro para atingir transformações em âmbito macro, mas que, de qualquer modo, sempre permanecem sujeitos ativos e que lutam para mudar a realidade existente, do mundo desigual e desumano. Ressaltou Wanderley:

> No conjunto dos aspectos contraditórios, vale lembrar que se, por este processo, se busca impor em todas as regiões da Terra um único modelo de desenvolvimento baseado no capital e no mercado, cria-se uma base material para que os trabalhadores de todo o mundo possam unir-se; [...] (2008, p. 72).

2.2 Desigualdades sociais no Brasil

Pela análise exposta, podem-se constatar os efeitos dessa globalização dominante tanto nos países desenvolvidos quanto nos emergentes. Um efeito recorrente tem sido o da desigualdade social entre as classes e demais segmentos sociais, que se expressa em todas as dimensões-econômicas, políticas, culturais etc. E ela pode ser encontrada num conjunto de indicadores, tais como, ocupação, renda, status, educação e basicamente no trabalho.

Para compreendê-la, os estudiosos em geral analisam as noções de questão social, pobreza, exclusão social que serão expostas na seqüência desse capítulo. Para iniciar, trago algumas reflexões sobre a desigualdade social no capitalismo e no Brasil.

A origem da desigualdade social, questão social, pobreza e exclusão social é uma problemática atual na literatura e tem sido constantemente debatida em meios acadêmicos e por especialistas de diversas áreas. Inicialmente, proponho uma discussão desses conceitos, bem como a diferenciação existente nas categorias citadas.

A *Questão social* está na base dos movimentos que insurgem na sociedade (Ianni, 1991). Diferentes aspectos da questão social sejam eles, econômicos sociais, políticos e culturais ocorrem a partir das contradições sociais surgidos como reflexos dos problemas de natureza estruturante, como no caso, do Brasil, formados ao longo dos

séculos. Diz Ianni:

> A história da sociedade brasileira está permeada por situações nas quais um ou mais aspectos importantes da questão social estão presentes. Durante um século de repúblicas, compreendendo a oligarquia, populista, militar e nova, essa questão se apresenta como um elo básico da problemática nacional, dos impasses dos regimes políticos ou dilemas dos governantes. Reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos raciais e formações regionais. Sempre põe em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (1991, pp. 2-3).

No Brasil são várias as demonstrações da questão social que estão presentes em movimentos sociais como no campo, a luta pela terra por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), as migrações pelo país afora, na questão indígena, movimento negro, sindicatos, por melhores salários e condições de trabalho, manifestações dos populares (cita-se o grito dos excluídos), movimento dos sem-teto etc. Segundo Ianni, esses movimentos "suscitam aspectos mais ou menos urgentes da questão" (1991, p. 3).

Assim sendo, para Ianni, "a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos, isto é, o tecido da questão social mescla desigualdade e antagonismos de significação estrutural" (1991, p. 4).

Passando ao conceito de *pobreza*, para Rocha (2003):

> Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica com a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive (2003, pp. 9-10).

Esta autora mostra a dificuldade que existe na elaboração de um conceito de pobreza. Pois, cada realidade vivida por uma sociedade tem um contexto muito específico. O nível de desenvolvimento do país e a cultura da população devem ser considerados na definição. Como foi colocada pela autora, é complexo definir o que seja necessidade básica. Isto depende do padrão de vida das pessoas. Evidentemente, uma sociedade que tem melhores condições de vida, poderá acrescentar como necessidades básicas, educação, esporte, o lazer; outras sociedades, apenas o alimento e

moradia, dentre outras comparações possíveis.

Nesse sentido, pode-se definir como critério de definição da pobreza, a absoluta e a relativa:

> Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos "relativamente pobres" em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos (Rocha, 2003, p. 11).

Já a *exclusão social*, segundo Kowarick "[...] neste lado do mundo, é constitutiva de nossa sociedade. Isso varia, historicamente, no Brasil colônia, império ou república [...]" (1999, pp. 140-141). Embora, na atualidade, tem aumentado o debate da exclusão social essa não é uma temática nova. A história do Brasil é repleta de exclusões, tanto no campo como na cidade. As etnias negras e indígenas, o camponês, os sem-teto, sem-terra e muitos outros são vítimas veementes do processo de exclusão social.

Os problemas brasileiros se agravaram nas décadas de 1960 e 1970, atribuídos como fatores do êxodo rural e, a partir daquele contexto, surgiram discussões em torno da exclusão social:

> As discussões em torno do conceito de *marginalidade* social nos anos sessenta e setenta são hoje retomados, acrescidas de novos componentes. Antes era vista como pobreza uma conseqüência do massivo êxodo rural para as cidades do sudeste, como efeito, portanto, das migrações internas que esvaziaram o campo das regiões nordeste e norte e "inchavam" as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Entendia-se à época, que os problemas urbanos de moradia (favelas), mendicância, delinqüência etc. poderiam ter suas raízes nesses processos migratórios (Verás, 1999, pp. 14).

Vários autores do estrangeiro estudaram a questão urbana com versões diferenciadas, como na perspectiva funcionalista, e como também sob o aspecto cultural, ou seja, a não-adaptação das famílias à vida nas cidades. No Brasil, outros debates sucederam. Foi atribuída à pobreza, já enraizada na sociedade, e à exclusão social como decorrentes das contradições do capitalismo. "Fazendo parte de um exército industrial de reserva, pessoas se deslocam do campo esvaziado e buscam melhores

condições de vida na cidade. Não são marginais, mas integram as engrenagens produtivas de forma desigual" (Verás, 1999, p. 15).

A autora ressaltou que "a nova dinâmica capitalista *exclui* e *demora para incluir* e aí começa a se tornar visível o que se chamou de *exclusão*" (p. 30). Daí pode-se dizer que essa é a manifestação "externa" da exclusão, já que a categoria de excluídos esteve sempre presente na sociedade.

A exclusão atingiu relevância nos anos de 1990, quando a miséria foi sendo percebida no "desempregado de longa duração, o jovem da periferia, o sem domicílio fixo etc. (Castel, 2008, p. 21). Assim, para Castel, a diferenciação das pessoas que nunca tiveram sido integradas, ou que sempre estiveram "à margem da sociedade", não se constitui a "nova pobreza". Daí o autor aponta a exclusão social:

> Não se trata de uma pobreza residual, de alguma forma intemporal, mas de uma novidade que exige análises novas, porque representa o que hoje há de inédito na conjuntura social. [...] "Os excluídos" povoam a zona mais periférica, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social. Mas o ponto essencial a destacar é que hoje é impossível traçar fronteiras nítidas entre essas zonas. Sujeitos integrados tornam-se vulneráveis, particularmente em razão da precarização das relações de trabalho, e as vulnerabilidades oscilam cotidianamente para aquilo que chamamos de "exclusão" (Castel, 2008, pp. 26-27).

Por fim, em se tratando da diferenciação das categorias pobreza e exclusão, tomo o posicionamento de Sposati:

> Considero que há uma distinção entre exclusão social e pobreza. Por conter elementos éticos e culturais, a exclusão social se refere também à discriminação e a estigmação. A pobreza define uma situação absoluta ou relativa. Não entendo estes conceitos como sinônimos quando se tem uma visão alargada da exclusão, pois ela estende a noção de capacidade aquisitiva relacionada à pobreza a outras condições atitudinais, comportamentos que não se refirem tão só à capacidade de não retenção de bens (1999, p. 129).

Importa, ainda, ressaltar as desigualdades sociais e regionais no Brasil, pois como foram constatadas por Pochmann (2003a) elas são relevantes. O autor percebeu diferenças significativas entre as regiões brasileiras. Para ele, o enfrentamento à exclusão social deve ter por foco o combate às disparidades entre elas, por ser um problema tão antigo e ainda permanecer inalterado ao longo dos séculos no Brasil.

O trabalho de Furtado (1981) centra nesse enfoque. Segundo o autor, "os

grandes problemas do Brasil somente podem ser diagnosticados se se tem do país uma visão que leve em conta a fratura fundamental dessa desigualdade regional" (p. 120). O trecho a seguir demonstra algumas reflexões do autor, acerca do problema da concentração de renda no Brasil associada às desigualdades regionais:

> Por que a renda no Brasil aparece como sendo mais concentrada do que em qualquer outro país de nível de produtividade similar ao nosso? Simplesmente porque as disparidades regionais fazem com que os aspectos mais negativos do desenvolvimento dependente aqui se apresentam agravados; na região mais pobre é maior a proporção de pessoas relegadas à condição de miséria. Por que é tão lenta a ascensão social das populações de origem africana entre nós – o que pressagia para o futuro deste país problemas raciais que poderão ser tanto mais graves quanto nos habituamos a suprimi-los de nosso horizonte de reflexões –? Simplesmente porque as populações de origem africana são proporcionalmente mais numerosas nas regiões em que se acumula o atraso relativo [...] (Furtado, 1981, p. 120).

Percebe-se, nos dizeres de Furtado, a desigualdade social presente entre as etnias pela ausência ou baixa oportunidade de ascensão, com ênfase no caso da população negra que se concentra nas regiões mais pobres. Mesmo em tempos de maior prosperidade econômica, alavancada pelo Estado nacional-desenvolvimentista entre 1930 a 1970, manteve-se a condição tradicional, a acentuada desigualdade entre as regiões e as classes sociais.

Em questão da desigualdade social nos países latinos americanos, para Wanderley (2008, pp.131-132) ela aumentou, sobretudo, devido aos efeitos do endividamento externo de seus países ao contraírem empréstimos do exterior. Nos anos 1980 e 1990, a maioria dos governos, seguindo as orientações do FMI e Banco Mundial, reformularam suas políticas internas e adotaram medidas neoliberais. Porém, sabe-se que o resultado foi a redução do papel do Estado em vários setores públicos e essenciais para a população, e com isto elevou expressivamente os indicadores de pobreza.

A concentração de riquezas é outro fator que deve ser considerado na perpetuação da questão social de longa data: a desigualdade social entre os povos latinos. Uma minoria, as elites do campo, controlando o poder, paradoxalmente, condicionaram o aumento da pobreza e assim, nada mudou com os movimentos de separatistas do século XIX e com a modernização no século XX (Wanderley, 2008, pp.132-133).

Em suma, a questão social se perpetua ao longo dos séculos e, continua sendo para nós, hoje, um desafio. A questão indígena, negra e dos trabalhadores, no Brasil, permanece com seus problemas de origem, ou recorrente do passado colonial. Os primeiros ainda não conseguiram a plena cidadania, em seus direitos de integração na sociedade. Os negros permanecem discriminados socialmente, pelo longo estigma de pertencer a alguém, como *coisas*. Já os trabalhadores do campo e da cidade permanecem ainda em situação de explorados pelos seus *grilhões*, além da negação a eles de participação política, pois, como se sabe, por longa data, eles não tiveram acesso ao sufrágio universal. Um fenômeno de natureza distinta das questões sociais tradicionais, a exclusão social aparece, em tempos recentes, intrínseca ao trabalho flexível e precário que atinge todos os países indistintamente, tanto os ricos como os periféricos (Wanderley, 2008, pp. 132-133).

2.2.1 Conceitos e dimensões de pobreza

Em países como o Brasil, há muito, a pobreza tem sido apontada como uma questão social preocupante que assola o mundo e, de certo modo, se apresenta como uma situação crônica e perpetua ao longo dos tempos. Este é um país clássico em dados percentuais bastante relevantes de concentração de renda, conforme foi enfatizado neste capítulo. A diferença entre a renda da minoria rica situa em patamares bem elevados da renda da maioria da população pobre.

Como já foi ressaltado neste estudo, é necessário tratar com diferença os conceitos de pobreza de outras temáticas arroladas, a exclusão social e a desigualdade social. Malta Campos (2003) chama a atenção para o fato de que os conceitos das temáticas em evidência são três coisas distintas.

Na formulação do conceito de pobreza, é consenso entre teóricos que ela se situa na problemática da ausência do como abastecer as *necessidades* de uma pessoa. A OIT (1976) *apud* Townsend (1993) assim define *necessidades básicas*:

> [...] necessidades básicas incluem um requerimento mínimo por família no plano do consumo privado: alimentação adequada, vestuário, bem como alguns móveis e equipamentos para o domicílio. Em segundo lugar, inclui

> serviços essenciais ofertados para e pela comunidade num sentido amplo, tais como água potável, saneamento, transporte público, saúde, educação e serviços culturais [...] O conceito de necessidades básicas deve se inscrever no contexto do grau de desenvolvimento econômico e social da nação como um todo (Lavinas, 2003, p. 30).

O enunciado acima aponta para o *dilema* da definição da pobreza de um povo, de qualquer sociedade. Pois, é necessário o conhecimento do nível de desenvolvimento e de cultura do país. Cada realidade social tem suas especificidades, tendo padrões diferenciados nesses aspectos (Rocha, 2003, p. 10). Sendo assim, pode-se entender a pobreza como relativa, como ressaltou Sposati (1997). Segundo a autora, cada sociedade vive à sua maneira, de acordo com seus *hábitos, costumes, valores* (*apud* Malta Campos, 2003, p. 185).

Pode-se constatar que, a situação de pobreza vivida por uma família, estará condicionada ao estágio de privação em que os membros, pais ou responsáveis e filhos, se encontram; da carência de alimentos básicos, de vestuário ou de moradia, se considerando que, estas necessidades são o mínimo para que o ser humano possa garantir a sua sobrevivência. Conforme foi explicitado acima, o estado de pobreza pode variar em função do nível de riqueza do país onde vive uma sociedade ou comunidade.

No que se refere às medidas assistenciais ao pobre, para alguns autores, devido à existência de vínculos sociais entre as pessoas, a assistência é necessária para garantir o equilíbrio e a integração social, protegendo a sociedade como um todo. É o mesmo que dizer a *redução do risco dos não pobres frente aos pobres* (Simmel, 1998 *apud* Lavinas, 2003, pp. 33-34).

O instrumento utilizado para definir pobreza é um determinado nível de renda de uma família e a linha de pobreza. Caso o que a família receba mensalmente atenda apenas uma necessidade vital, a de comer, ela se situa na linha da pobreza extrema, ou é considerada *indigente* ou também está em situação instável de alimentação (Monteiro, 2003, p. 4).

Assim, segundo o autor, existe diferença de graus de pobreza. Tanto o pobre pode se encontrar em um *estado crítico de renda*, o que ganha atender somente as suas necessidades básicas ou estar vivendo num padrão de renda considerado no nível de *indigência*, ou seja, abaixo da linha de pobreza. As linhas de pobreza são:

> [...] geralmente definidas como absolutas – correspondendo a um mínimo de rendimentos necessários à sobrevivência de uma família - ou relativas – refletindo uma definição mais ampla de pobreza e normalmente associada a políticas públicas específicas (Marques, in Marques e Torres, 2004 *apud* Wanderley; Raichelis, 2009, p. 73).

Pochmann (2005) atribui o estado de pobreza absoluta as pessoas que além de não conseguir atender as suas necessidades básicas tanto em questão da suficiência alimentar e de outras essenciais para viver. Assim, elas têm uma renda abaixo da definida como parâmetro estabelecido no país, conforme o enunciado:

> [...] entende-se por pobreza absoluta a não-satisfação de um conjunto de necessidades consideradas básicas, nutricionais e não-nutricionais. Abaixo da linha de pobreza relativa, estariam, por sua vez, aqueles indivíduos, que – ainda que tenham superado as necessidades básicas – vivem com um nível de renda inferior a um determinado parâmetro definido a partir da renda média, ou mediana, de um país (p. 97).

Ainda para os autores, a pobreza relativa "incorpora a dimensão da desigualdade" (p. 97) que é determinada pelo nível de riqueza de um determinado país.

É necessário definir renda média e mediana, já que existe entre elas uma diferença fundamental. Na definição, cita-se o caso do Brasil e dos países europeus. A quantidade de pobres do Brasil é feita pela renda média *per capita* de todas as famílias brasileiras, isto é, o critério da pobreza relativa. Assim, a família é considerada pobre se a renda *per capita* é situada abaixo de 50% da renda de referência nacional. Já na Europa o cálculo é feito pela renda mediana[55], de forma que se verifica o número de pobres segundo o critério dos que vivem em estado de pobreza absoluta, a partir de uma nova média da encontrada (Pochmann, 2005, p. 98).

Em suma, os autores citados enfatizaram que a definição de um padrão de pobreza pela renda média é eficiente, pelo fato de o Brasil ser um país de agravadas disparidades sociais. Neste caso, a renda média apresenta um percentual maior de pobres do que a mediana.

De qualquer forma, mensurar pobreza[56] é uma tarefa difícil por existirem

---

[55] A fim de ilustrar o assunto, a seguir um exemplo de cálculo da renda mediana: "[...] o valor limite entre a metade de chefes (os 50% parte inferior da pirâmide) que ganham menos e a metade que ganha mais (os 50% da parte de cima da pirâmide)". Disponível em: http://www4.fct.unesp.br. Acesso em: 24/12/2009.

[56] De acordo com pesquisa feita pelo IBGE, que teve como fonte utilizada o indicador PNAD, entre os

outras implicações do estado de um pobre, relacionadas a outras variáveis, quais sejam: *o mercado de trabalho, a situação familiar, a estrutura etária, etc*. e que podem resultar, estatisticamente, em variados dados percentuais (Wanderley; Raichelis, 2009, p. 73).

É interessante ressaltar pesquisas do PNUD sobre as questões sociais que tratam da pobreza e das desigualdades no Brasil. Segundo o Relatório feito em 2005, três realidades fazem parte do cotidiano dos brasileiros: *a violência, o racismo e a pobreza.* Quanto à desigualdade social, está presente em vários setores: na educação, na saúde, na habitação, no emprego e no acesso à renda. Nesse viés de análise, percebeu-se uma desigualdade racial alarmante entre brancos e negros em gênero e faixa etária em termos de: oportunidades, autonomia, representação política, salários, violência, profissões, população carcerária e outros.

Outra desigualdade é verificada quanto à moradia. Embora não tenha ocorrido no Brasil, a segregação de forma institucionalizada entre negros e brancos, este fato, por si só, não impediu que a sociedade fosse dividida por *pertencimento de classe*. O grupo racial, em grande maioria os negros pobres (como herança da escravidão) foram "segregados nas áreas mais degradadas dos centros urbanos e rurais e nas regiões economicamente menos dinâmicas do país" (PNUD - Brasil 2005, p.14).

Em relação à violência, constatou-se nas pesquisas do PNUD brasileiro que os jovens negros são as maiores vítimas dela e sobre os quais incide em números maiores a criminalidade e mortes[57], principalmente nas grandes cidades, por se constituírem de um segmento social mais pobre, tanto em termos de renda como dos direitos de cidadãos garantidos por lei.

---

anos de 2001 e 2003, a Proporção de Pobres no Brasil, considerando as regiões e Distrito Federal, tinha a seguinte realidade: ano de 2001: 29%; ano de 2002: 30,0% e, 2003: 31,1%. O percentual foi calculado de acordo com o número da população que vivia com renda mensal per capita de até metade do salário mínimo vigente na época da pesquisa, feita em 2004. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br. Acesso em: 18/12/2009.

[57] O RDH-2005 apresentou as seguintes estatísticas relativas ao ano de 2001: "a taxa de homicídios dos homens de 20 a 24 anos era, mesmo para brancos, escandalosa: 102,3 por 100 mil habitantes. Para os jovens negros, porém, a taxa era duas vezes maior: 218,5 a cada 100 mil deles foram vítimas de assassinato, um risco equivalente ao de morar em países em guerra civil. A maior parte dos jovens negros assassinados vivia em favelas, bairros periféricos e subúrbios das grandes cidades" (2005, p. 12).

Ainda constatou-se no Relatório de 2005 que o fenômeno desigualdade manifesta-se, principalmente, nas áreas mais isoladas e carentes de serviços públicos, e atividades comerciais, citam-se áreas da baixada fluminense: Nova Iguaçu e Queimado. Em localidades como essas, os índices de violência são maiores como também a ausência de cidadania.

Salientou-se também que a pobreza não se limita à carência material, mas também à política. Para o enfrentamento da pobreza, é necessário atingir três dimensões hierarquizadas: primeiro a cidadania, para que a pessoa assuma seu futuro por si; em segundo, a oportunidade de emprego, para a garantia do sustento, a independência financeira, para a realização de metas pessoais; e, em terceiro, os programas e as ações que promovam a assistência social, porque todos têm direito à garantia de sobrevivência.

Telles (1993) lembrou a pobreza no Brasil de estirpes que remontam em tempos mais antigos, desde o passado colonial. Ao dizer da autora, "como uma sombra, a pobreza acompanha a história brasileira, [...]" (p. 2). Na modernidade, num dos sentidos mais danosos à sociedade, contabiliza-se, em saltos expressivos, a perda aquisitiva da classe trabalhadora, ocasionando o seu empobrecimento. Isso se verifica, em grande parte, nos principais centros urbanos industriais, como em Minas Gerais e São Paulo. Nestes Estados por concentrar a produção nacional, tendem a apresentar um maior número de trabalhadores subempregados ou sem trabalho (Pochmann, 2005, pp. 102-103).

No percurso das atividades laborais, muitos trabalhadores, ao longo da vida, seguem da *instabilidade* e da *precariedade* no emprego. Esses trabalhadores fazem parte de uma grande maioria que não se fixa em determinadas profissões e não tem um ofício certo. Como conseqüência, de vez e outra, caem no mercado informal (Telles, 1993, p. 5).

Além do contexto negativo que recai sobre classe trabalhadora, em se tratando dos *altos e baixos*, no mundo do trabalho e atingem pessoas ou famílias, outra questão que a autora enfatizou foi a "privação de direitos, que define formas de existência e modos de sociabilidade" (Telles, 1993, p. 6).

No Brasil, conforme a tradição, a carteira de trabalho legitima o acesso aos

direitos sociais. Desse modo, o trabalho formal é uma condicionante para o indivíduo ter seus direitos garantidos. Para a autora, existe uma *regra formal* que, "como uma lei moral" define o indivíduo como sendo ou não um cumpridor de seus deveres, constatando a sua trajetória de trabalho, em registro na carteira. Este documento livra o trabalhador do "estigma de pobreza" (Telles, 1993, pp. 6-7).

Em função de prevalecer na sociedade brasileira a *insegurança*, decorrente da instabilidade no emprego; a *violência,* e a *incivilidade*, devido à forma de "legitimação de direitos", a autora deu ênfase na importância do papel da família frente à realidade apresentada:

> [...] é em torno da família que homens e mulheres constroem uma ordem plausível de vida: é espaço que a viabiliza a sobrevivência cotidiana através do esforço coletivo de todos os seus membros; é espaço no qual constroem os sinais de uma respeitabilidade que neutraliza o estigma de pobreza; é espaço ainda no qual elaboram um sentido de dignidade que compensa moralmente as adversidades impostas pelos salários baixos, pelo trabalho instável e pelo desemprego periódico (Telles, 1993, p. 9).

Fechando as considerações deste tópico, pode-se afirmar que se atribuem à globalização o paradoxo crucial em relação à dualidade da *riqueza e da pobreza* como um de seus desdobramentos (Oliveira, 2004). Por causa disso, a pobreza assume também algumas peculiaridades em seu curso. Deve-se concordar com a posição de autores que defendem o enfrentamento e as políticas serem inovadas e de cunho específico. Ao sair da omissão, da insensibilidade, resultaria na mudança dessa realidade injusta a que são sujeitos milhões de pessoas no Brasil. Para tanto, as ações dos governos deveriam

> [...] ter máxima prioridade no país e devem perseguir essencialmente o aumento da renda dos mais pobres. Ações que resultem em maior crescimento econômico com melhor distribuição de renda e que levem à reativação da economia, à criação de empregos e ao aprofundamento da reforma agrária são vistas como soluções consensuais para o aumento da renda dos mais pobres no Brasil (Monteiro, 2003, p. 15).

2.2.2 Exclusão social: processos históricos

Passando a análise do surgimento da preocupação com a exclusão social em

países do exterior, sabe-se que o início do tratamento devido ao termo surge a partir de debates em meio a intelectuais franceses[58], no início dos anos 1970, no tocante à situação em que se encontravam os seus pobres ou do segmento social, a *underclass,* como resultado da falência (ou da crise e do conseqüente colapso) do "sistema de proteção social" da França, ou o *Etat Providence*[59] (Behring; Boschetti, 2006, p. 98).

Com a publicação do livro de René Lenoir, em 1974, no governo de Jacques Chirac, a discussão atinge maior amplitude e a questão adentra a política e a mídia.

Belfiore Wanderley, assim contextualiza em espaço e tempo, o surgimento do fenômeno:

> [...] se considerarmos como espaço de análise da exclusão os países ditos de primeiro mundo, necessariamente se tem que tomar esse acirramento da crise do Estado-providência, nos anos oitenta, as transformações em curso no mundo do trabalho – que estão na origem da crise da sociedade salarial, com a emergência do desemprego e da precarização das relações de trabalho -, como problemas centrais dessas sociedades. Surge, então, um novo conceito de precariedade e de pobreza, o de *nova pobreza*, para designar os desempregados de longa duração que vão sendo expulsos do mercado produtivo e os jovens que não conseguem nele entrar, impedidos do acesso ao "primeiro emprego". Ou seja, são camadas da população consideradas aptas ao trabalho e adaptadas à sociedade moderna, porém, vítimas da conjuntura econômica e da crise de emprego (2007, p. 3).

Em busca de outros pressupostos para o entendimento da noção de exclusão social, a autora referenciou-se em teorias contemporâneas brasileiras e francesas do final do século XX. Nessa perspectiva de análise, ela ressaltou que o estigma de

---

[58] Para Kowarick (2003), *o debate francês*: "[...] baseia-se em conceitos como exclusão, relegação, desqualificação ou desfiliação social. Afirma que não se trata apenas daqueles que não puderam pagar o preço do progresso, ficando à margem de uma sociedade que se modernizava, mas, cada vez mais, após os anos de 1980, também dos que ocupam posições centrais no sistema produtivo do qual foram desconectados: seguindo as trilhas da tradição republicana e jacobina, as análises, variando nos diagnósticos e nas propostas, enfatizam a necessidade de uma forte presença estatal, que tem como responsabilidade primeira fornecer os recursos materiais e culturais que promovam a (re)inserção social e econômica dos grupos marginalizados" (p. 4).

[59] Esta expressão tem o mesmo significado de *Welfare State*, que significa *Estado total*, fortalecido após a Segunda Guerra Mundial e que, este tipo de Estado foi agente regulador da economia para garantir à população o pleno emprego e o acesso universal às políticas sociais básicas, à saúde, à educação e ao seguro social. Na França, o *Etat Providence* (Estado-providência) tinha estas mesmas funções dos *Welfare States*. Segundo consta na literatura francesa, ele surgiu em 1898, a partir da lei "acidentes de trabalho" que garantia ao trabalhador as despesas originadas de acidentes durante a atividade laboral (Ewald, 1986 e 1996 *apud* Behring; Boschetti, 2006, p. 98).

pobreza[60], até recentemente nos anos 1990, tinha uma conotação diferente dos dias atuais, quando os pobres eram considerados os marginalizados socialmente. Por meio de diálogo com os diversos autores desta temática, a autora concluiu em seu trabalho que:

> A exclusão contemporânea é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a criar, internacionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção. Poder-se-ia dizer que os novos excluídos são seres descartáveis (Belfiore Wanderley, 2007, p. 8).

A análise da autora, explicitada acima, como também é a posição de outros já referenciados, como Castel (2008), Sposati (2007) e Pochmann (2001) sugerem que a crise do capitalismo no final do século XX, e o processo da globalização econômica que provocou novos ajustamentos na produção, ancorados na competição e lucro das multinacionais, e ainda, considerando o tempo de ocorrência da exclusão social, com a perda do emprego formal, vem aumentando expressivamente o número dos excluídos. Marx já havia enfatizado o processo de exclusão, como o *exército de reserva*, no século XIX, o qual tinha uma realidade diferente da exclusão dos dias de hoje. Naquele tempo, entendiam-se os desempregados como temporários, decorrente dos investimentos pelo capitalista em novos meios de produção; os trabalhadores tornavam-se *redundantes* e, de acordo com novas demandas de produção, dentro dos princípios ortodoxos que regiam a *lei da oferta e da procura*, eles retornariam ao trabalho. Hoje, já não mais existe aquela idéia de reserva, e sim, de desempregados continuamente.

O tema exclusão social adquiriu relevância política, em parte devido à proporção elevada do número de pessoas susceptíveis à vulnerabilidade social que, dependente da condição econômica e social vivida, tornou-se agravada pelos *déficits* de

---

[60] É interessante ressaltar que, para os pobres, surgiram distintas designações, ao longo do tempo. Nos Estados Unidos e na Europa, eles eram chamados de pedintes, desvalidos, classe perigosa, vagabundos, ralés, e outros. Na América Latina foram chamados: preguiçosos, mendigos, idiotas. Já em fins do século passado, esses pobres foram apontados como desqualificados, marginais e ainda tiveram a cultura discriminada. Há pouco tempo é que eles passaram a ser chamados de *underclass* (Gans, 1994 *apud* Kowarick, 2003, p. 6).

cidadania, em termos da saúde, da educação e do emprego etc. (Pochmann, 2004, p. 17).

Para esse autor, a exclusão social decorre de um processo histórico. Em suas palavras:

> [...] ao adotar o termo exclusão social, descarta-se a *priori* uma visão dual e dicotômica em relação à inclusão, por se tratar de um processo histórico que expõe determinados segmentos sociais à maior ou menor possibilidade de integração no interior do modo de produção capitalista (pp. 17-18).

Lavinas (2003) concorda com a teoria de que a exclusão social é característica de todas as fases da acumulação capitalista nos países da América Latina. Ao contrário dos países ricos, onde ela decorre da crise conjuntural das mudanças da acumulação fordista para a flexível que, a partir dos anos 1970 que repercutiu negativamente no emprego e aumentou a nova categoria de excluídos (nova pobreza), que vem aumentando, decorrente do desemprego de longa duração e/ou permanente. Desse modo:

> A exclusão aparece, assim, como estruturalmente inerente à construção das sociedades latino-americanas, ao contrário do que ocorre nos EUA e na Europa, onde o "compromisso fordista" garantiu o acesso da classe trabalhadora a níveis de bem-estar compatíveis com o grau de desenvolvimento econômico da sociedade (Lavinas, 2003, p. 42).

Por causa disto, a autora entendeu que o *padrão da desigualdade* que se configurou nos países latinos a apresenta, na forma *extrema*, "entendida como exclusão de um contingente expressivo da classe trabalhadora, a quem é negada cidadania econômica e social" (p. 43). Sob esse enfoque a autora enfatizou que a exclusão conduz à pobreza.

Atualmente, a queda do desemprego alcançou índices alarmantes como conseqüência das mudanças na divisão social do trabalho e da globalização, e por isso a busca pelo emprego tornou-se incessante. O dilema dos países subdesenvolvidos em questão do emprego é bem mais relevante do que o enfrentado pelos países ricos:

> Os problemas enfrentados pelos países centrais são insignificantes se comparados aos efeitos da nova lógica das cadeias produtivas nos países em desenvolvimento. Nestes, a renda está diretamente associada ao trabalho, já que quase inexistem políticas de *Welfare* (Dupas, 1998, p. 130).

Nesse sentido, Pochmann (2004) advertiu que a população brasileira

enfrenta com maior vigor a exclusão social, e permanece inalterada a situação dos excluídos pela ausência da implementação daquele tipo de Estado, de Bem-Estar Social, embora haja a tendência de cortes na esfera social nos países ricos, pois eles estão também sujeitos a problemas na política macroeconômica. Segundo o autor:

> Diante da cultura individualista do consumo, as sociedades capitalistas avançadas conseguiram apresentar um quadro de menor insegurança material. Atualmente, contudo, nem mesmo a segurança material tem sido assegurada, pois o ataque da política de corte neoliberal questiona o papel do Estado de bem-estar social no enfrentamento das novas condições de produção e reprodução da exclusão (Pochmann, 2004, pp. 19-20).

Seguindo outro norte para reflexão desta temática, ressalto as colocações de Martins (2002), por ser um estudioso do assunto e, especificamente, nesta obra em análise, compor-se de um teor crítico às abordagens generalizadas de exclusão, como resultado de trabalhos com profissionais envolvidos diretamente com a questão. O autor defende a idéia de que "a sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, e que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos" (Martins, 2002, p. 11). Com esse pensamento, ele tem em mente o desenvolvimento econômico dos países em descompasso com o do social, sobretudo os subdesenvolvidos que, por causa disso, não se sustentam e a tendência é aumentar as possibilidades do colapso. Esse desenvolvimento irregular é resultado do crescimento de uma economia perversa que provoca os problemas sociais e exclui a maioria das pessoas dos benefícios do progresso. De um lado, proporciona a alavanca dos recursos tecnológicos e maior conforto para um segmento limitado da população e de outro, a maioria, conduz à privação, à pobreza.

Martins (2002) criticou também os métodos de intervenção dos governos dos países periféricos, para contornarem as conseqüências desse modelo de desenvolvimento. Para ele, os governos tendem a intervir por meio de medidas inadequadas, normalmente de caráter populista e que não solucionam os problemas de desigualdades e da pobreza que se acumulam há longos anos, como é o caso do Brasil. Na opinião do autor, a distribuição dos benefícios socialmente gerados de maneira injusta se deve a que:

> Esse desenvolvimento anômalo não se manifesta apenas nas privações que produz e dissemina. Manifesta-se, também, nas estratégias de sobrevivência por meio das quais os pobres teimam em fazer parte daquilo que não os quer senão como vítimas e beneficiários residuais de suas possibilidades (Martins, 2002, pp. 10-11).

Outro desafio consiste na distinção de exclusão social em marcos históricos diferentes, de acordo com a época em que viveram as sociedades. No Brasil, a exclusão dos tempos de Colônia e do Império não retrata a de hoje vivida, que nos instiga a outro vértice da análise. Naquela época, a exclusão era reconhecida como "natural", pois como a sociedade era estratificada não se permitia a ascensão social. Desse tempo, prevalecem as cicatrizes da discriminação, tanto em relação à diferença de etnias entre brancos, negros e índios, como também à categoria social, como a profissão exercida pelo indivíduo. "Uma distinção que entre nós sobrevive de vários modos, com poder de discriminação, embora em nossa consciência social sobreviva apenas como resquício de um vocabulário que já não parece ter sentido, embora tenha" (Martins, 2002, p. 14).

Pode-se concluir que a exclusão social é parte constitutiva das sociedades latino-americanas, como o caso do Brasil. Há uma crítica por parte de autores às medidas intervencionistas dos governos que não conseguem de fato a inclusão social da população como um todo. Outra vertente da análise, parte da própria dinâmica do capitalismo que tem aumentado a exclusão social com a perda do emprego, decorrente às transformações mundiais no "universo produtivo". Além disso, devido à ausência do Estado do Bem-Estar Social neste processo, a maioria das pessoas tornou-se vulneráveis e tendentes à exclusão, visto que elas dependem do trabalho para garantir a sobrevivência. Fecho as reflexões com as considerações de Sposati (2007), no estudo das desigualdades sócio-territoriais da cidade de Diadema-SP, a qual atribuiu a perda do emprego formal por um fator de exclusão gradativa que tende a aumentar a *cadeia dos excluídos*, o que ocasiona a exclusão e não a inclusão social.

2.3 As políticas sociais no Brasil

Visando ao enfrentamento das questões sociais relativas ao trabalho, decorridas das contradições surgidas das relações sociais de produção com a exploração

do capital, elaboram-se as políticas sociais, que geralmente são setoriais e fragmentadas (Behring; Boschetti, 2006, p. 51). É interessante remontar os processos de conquistas da classe trabalhadora e daí a percepção de como surgiram as políticas sociais, a partir do entendimento da questão social como atributo do Estado.

As políticas sociais, conforme os argumentos de Marx e Engels[61], surgem a partir dos movimentos empreendidos pela classe social explorada, como resultado de suas ações enquanto sujeitos históricos desde a formação do capitalismo, já na gênese da desigualdade social, resultante da exploração da classe dos trabalhadores (Behring, Boschetti, 2006, p. 52). A jornada de trabalho constituiu numa luta secular entre o dono dos bens produzidos: o capitalista e, de outro lado, o operariado, após a formação da consciência de classe. Assim, sendo:

> A luta em torno da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado são, portanto, as primeiras expressões contundentes da questão social, já repleta naquele momento de ricas e múltiplas determinações. Há o movimento dos sujeitos políticos – as classes sociais. Tem-se o ambiente cultural do liberalismo e a ênfase no mercado como via de acesso aos bens e serviços socialmente produzidos, cuja possibilidade de inserção estaria relacionada ao mérito individual. Começa a ocorrer o deslocamento do problema da desigualdade e da exploração como questão social, ao ser tratada no âmbito estatal e pelo direito formal, que discute a igualdade de oportunidades, em detrimento da igualdade de condições (Behring; Boschetti, 2006, p. 55).

As autoras sugerem as políticas sociais como formas mediadoras ao enfrentamento da questão social, de tal maneira que elas surgem como resultado da luta de classes, e que, por causa disto, a questão social passa a ser tratada como um problema de Estado. De modo que as primeiras legislações das fábricas são definidas pelos legisladores em relação aos direitos que pertenceriam às classes trabalhadoras do século XX (Behring; Boschetti, 2006, p. 56).

A luta de classes empreendida pelos trabalhadores resultou na universalização dos direitos coletivos. Até o século XX, os direitos políticos limitavam-se à classe proprietária, conforme dispositivos das Constituições liberais. Com a ampliação dos direitos coletivos, houve mudanças do papel do Estado na garantia dos

---

[61] Cabe lembrar que, eles são autores clássicos das ciências sociais, do século XIX, como o *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, no auge das revoluções na Europa. Antes disto, porém, Engels escreveu *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra*, em 1844.

direitos sociais a todos os cidadãos.

No Brasil, as políticas sociais surgem num contexto diferenciado ao dos países de Primeiro Mundo. Primeiro porque não decorre de um processo similar de luta de classe, como houve na Europa. Naqueles países, houve a insurgência de um movimento operário ao tomar consciência da diferença enquanto classe em relação à dos donos do capital, na qualidade de vida e das péssimas condições de trabalho nas fábricas. A peculiaridade das políticas sociais no Brasil está no fato de que, embora a desigualdade social e a pobreza fossem evidentes, e integrantes da formação da história desde a colonização do Brasil, como exposto, a questão social ficou mais evidente ainda pela condição dos ex-escravos[62] de desintegrados do mundo produtivo; o que viria à tona com a movimentação e a luta da classe operária, que começou a reivindicar a criação de uma legislação trabalhista ao seu favor. Isso ocorreria somente após a libertação dos escravos, quando a classe operária se organiza sob a influência da presença dos imigrantes no Brasil, nas primeiras décadas do século XX (Behring; Boschetti, 2006, p. 78). No Brasil, o fato de manter a escravidão até o final do século XIX *dificultou* e *entravou* o processo da formação da classe operária por anos (Foot e Victor, 1982).

Outra particularidade do Brasil, comparada à realidade dos países europeus, consiste no fato de neste país não ter se implantado o *Welfare State*. Por isso, a questão social foi tratada com autoritarismo pelo poder dominante, como *caso de polícia*[63]. O Estado, a partir do momento que resolve tomar medidas atinentes à questão social, o fez de maneira limitada, pois somente regularizou a situação dos trabalhadores assalariados ou do mercado de trabalho formal. Nesse sentido, podem ser indicadas as seguintes

---

[62] Sobre este aspecto destaco a posição de Barreiro (1998): “A maior parte dos autores que tratam da história do trabalho no Brasil costuma iniciar sua análise no final do século XIX ou mesmo nas primeiras décadas do século XX. Identificada com a história do trabalho livre (assalariado), a história social do trabalho no Brasil contém, em si mesma, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo. Milhares de trabalhadores que, durante séculos, tocaram a produção e geraram a riqueza no Brasil ficam ocultos, desaparecem num piscar de olhos”.

[63] Conforme o estudo de Cruz (1987), das transformações ocorridas a partir do final do século XIX, na cidade de São Paulo, em função da acumulação de capitais oriundos da expansão da cafeicultura, esse foi o recurso disciplinador utilizado pelo poder do Estado, para manter a classe operária sob controle, os quais eram tratados como “subversivos e perigosos” (pp.116-117).

legislações: a de proteção aos trabalhadores sujeitos a acidentes de trabalho, em 1919, e a Lei de Aposentadoria e Pensões aos ferroviários (classe indispensável ao principal setor agrário-exportador), beneficiados pela Lei Eloy Chaves, em 1923. Houve também a introdução da lei de Proteção ao Menor, criada em 1926. A lei visava ao abrigo e à assistência a crianças e adolescentes, que viria a ser substituída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 (Oliveira, 2008, p. 112).

Somente nos anos precedentes aos de 1930 que o novo governo do Brasil, Getúlio Vargas, estabeleceu as leis de proteção social e as trabalhistas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Isso porque o projeto do governo de desenvolvimento do país objetivou a construção de uma sociedade nos moldes dos padrões dos países já industrializados, que incluiu o fomento à indústria e à urbanização. Segundo Pochmann, as leis criadas passaram a ter a função de *cidadania reguladora*. Desse modo:

> Sem cumprir a perspectiva de cidadania, permaneceu a lógica da subalternidade e da dependência, tendo a política do aliciamento assumido a forma privilegiada a ser perseguida recorrentemente para aliviar sofrimentos e garantir, em contrapartida, apoio eleitoral, sempre que necessário. Os regimes contributivos representaram uma forma sustentável de proteção social aos empregados formais, tendo como princípio organizador e financeiro a ótica do seguro social e não vertente da seguridade social (Pochmann, 2004, p. 69).

Apesar deste quadro, houve avanços quando se estabeleceram as leis de proteção ao trabalhador. Porém, permaneceu a questão social, com as disparidades sociais agravadas. Desse modo, apenas a questão operária teve consideráveis avanços (Pochmann, 2004, p. 69).

Em período anterior à Constituição de 1988, as políticas sociais eram formuladas, mantidas e monitoradas por uma agência central do governo. Funcionavam no sentido verticalizado, pois eram executadas em nível local e dependente da agência federal. É a partir da promulgação da nova Constituição que houve mudanças nas políticas sociais. Em cada nível de governo, municipal e estadual, passou-se a ter autonomia na implementação dos programas e projetos do governo. Uma das mudanças mais significativas foi a declaração dos municípios brasileiros como “entes federativos autônomos”, dando ao governo local soberania de suas ações nos distritos (Arretche,

1999, p. 114).

Almeida (2005) corrobora a proposição acima: segundo a autora, na Constituição de 1988, atribuíram competências concorrentes nas três esferas governamentais em várias áreas das políticas sociais. Para os governos subnacionais foram transferidas a execução e gestão das políticas definidas em nível federal, também contando com a participação de setores não-governamentais. De modo geral, a descentralização significou a municipalização em questão às áreas sociais prioritárias, como educação fundamental, saúde e assistência social.

Assim, a gestão das políticas públicas configura-se de maneira diferenciada na democracia, ou seja, no pós-1988, na forma divergente de como ocorreu no período do governo dos militares:

> Em Estados federativos, estados e municípios - porque dotados de autonomia política e fiscal - assumem funções de gestão de políticas públicas ou por própria iniciativa, ou por adesão a algum programa proposto por outro nível mais abrangente de governo, ou ainda por expressa imposição constitucional. Assim, a transferência de atribuições entre níveis de governo supõe a *adesão* do nível de governo que passará a desempenhar as funções que se pretende que sejam transferidas (Arretche, 1999, p. 114).

No geral, o acesso às políticas sociais, até a Constituição atual, ele foi limitado e pontual. Nem toda a população foi beneficiada, mas apenas parte dela. Reafirmando a condição anterior de centralidade na categoria dos empregados do mercado formal, os quais foram protegidos com as leis de cunho trabalhista (Oliveira, 2008, p. 112).

É comum, ainda, constatar a visão de cientistas sociais e políticos, acerca das políticas sociais no Brasil, como equívocas e ineficazes, em vários aspectos. O trecho abaixo evidencia as falhas quanto ao acesso aos programas sociais da população mais carente:

> [...] a concepção universalista [...] tende a impedir o estabelecimento de prioridades no *interior* da política social. Também porque é, na maioria das vezes, associada a exagerados graus de estatismo, burocratismo, institucionalismos – uma vez que a plena garantia dos direitos parecia estar assegurada [...] o caráter gratuito, uniforme e geral da dispensa de certos bens e serviços sociais introduz aberrantes distorções, privilegiando o acesso de grupos já privilegiados da população, em detrimento dos mais necessitados (Draibe e Aureliano 1990, p. 24 *apud* Wanderley, 2008, pp. 129-130).

Sposati (1995), ao estudar as políticas sociais do período da ditadura, especificamente o ano de 1978, já naquela época expressou a importância do envolvimento da sociedade civil com os projetos sociais do governo, com vistas ao enfrentamento da questão social, vigente há muito no Brasil. Para a autora:

> A partir das características da sociedade brasileira, de sua história, o enfrentamento da pauperização reclama que no seu bojo contenha o fortalecimento da sociedade civil. Põem-se em questão as bases de legitimação das políticas sociais, entendendo que a questão do enfrentamento da crise brasileira não é só romper o emergencial na direção da efetivação de políticas sociais, mas de ter em conta principalmente as bases dessa consolidação. É trazer as forças populares para o cenário da decisão (Sposati, 1995, p. 25).

Passando para outra fase das políticas sociais, adentraremos ao universo das reformas políticas do período dos anos de 1990 em diante. Pois, a partir daí houve a tendência a intensos debates políticos que rechearam a mídia em prol das reformas da Constituição. O governo de Cardoso (mandato de 1995 até 2002) foi o mais caracterizado pelas agendas de reformas, cuja demanda procedeu já desde o governo Collor. A maior demanda foi no aspecto econômico, sendo que as *reformas* foram

> [...] orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980 (Behring; Boschetti, 2006, p. 148).

Ainda acerca das reformas, as autoras reforçaram a seguinte tese:

> No Brasil, do ponto de vista da reforma democrática anunciada na Constituição de 1988, em alguns aspectos embebida da estratégia social-democrata e do espírito *welfariano* – em especial no capítulo da ordem social –, pode-se falar de uma contra-reforma em curso entre nós, solapando a possibilidade política, ainda que limitada, de *reformas* mais profundas no país, que muito possivelmente poderiam ultrapassar os próprios limites da social-democracia, realizando tarefas democrático-burguesas inacabadas em combinação com outras de natureza socialista (Behring; Boschetti, 2006, p. 150).

Draibe acentua aspectos relevantes no estudo do sistema de Proteção Social, no caso brasileiro. A autora teve por foco as mudanças nas políticas sociais nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), comparando-as à reforma iniciada no primeiro ciclo de mudanças, ocorridas nos anos 1980, isto é, da Nova República à

Constituição de 1988, que serviram como referência para estudar as mudanças do segundo ciclo, que ocorreram a partir do ano de 1995. Para o estudo das reformas no período do governo de FHC, a autora fez um histórico das reformas do sistema de Proteção Social no Brasil, demonstrando as falhas do Estado Desenvolvimentista, remontando desde as origens de 1930 até os anos de 1970[64]. Na visão da autora:

> [...] só aí detectamos cabalmente os princípios de justiça social e de solidariedade em que se fundamentou, assim como suas características institucionais. Mas não se pode desconhecer, por outro lado, que, nos anos de 1980, tal sistema já havia sido, de algum modo, alterado por um primeiro ciclo de reformas. Ora, se quisermos apreciar as mudanças ocorridas durante o governo FHC, se faz necessário fixar esse duplo ponto de partida, pois é sobre eles que incidem as reformas da segunda metade dos anos de 1990 (Draibe, 2003, p. 66).

O governo FHC elaborou um programa social, o qual norteou as propostas para a política social, que foram definidas num documento denominado "Uma estratégia de desenvolvimento social" no ano de 1996. O programa continha três eixos básicos: o primeiro eixo priorizou os serviços sociais e públicos, englobando as políticas de previdência social, saúde, educação, o setor habitacional e de saneamento básico e da área do trabalho e de assistência social; o segundo eixo baseou-se na escolha de programas prioritários, com o acompanhamento de sua efetividade, bem como a garantia dos recursos, constituídos de 45 programas; e, por último, o terceiro eixo, o combate à pobreza, de acordo com a definição de prioridades a serem efetivadas, seriam comandadas pelo Programa Comunidade Solidária (PCS). Esse programa teve a função mediadora entre o governo federal com os subnacionais e da sociedade, ou seja, foi voltado para a descentralização e a solidariedade na efetivação dos programas (Draibe, 2003, pp. 72-74).

O PCS foi alvo de inúmeras críticas de cientistas sociais e políticos. Primeiro pela idéia de parceria do governo com a sociedade, o que, para muitos,

---

[64] Em linhas gerais, segue a visão da autora do período em questão: o Estado teve como princípio promover o desenvolvimento econômico, tendo criado o aparato de infra-estrutura de complexas construções, e como conseqüência houve a rápida modernização que levou a urbanização desenfreada, ocasionando o êxodo rural. Este sistema foi pouco inclusivo, por ser mal focalizado e não-distributivo, resultando na perpetuação, ou manutenção das desigualdades sociais e na concentração de riquezas (Draibe, 2003, pp. 67-68).

acabaria de transferir a responsabilidade do governo com o social para a sociedade, ficando evidente a *refilantropização da questão social* (Yasbek, 1996).

Além da crítica acima atribuída ao PCS, há outros argumentos do discurso crítico considerados de relevância em meio ao debate dos diversos cientistas sociais. Um deles é a redução do papel do Estado, de acordo com as propostas neoliberais em sintonia com o *Consenso de Washington* na condução das políticas de proteção social. De forma que, somente as condições mais extremas de pobreza são consideradas foco da assistência do governo obstruindo o caráter de igualdade, passando as políticas sociais a serem planejadas de forma residual (Silva, 2001, p. 79).

Enfim, o desenho das políticas que nortearam as ações no campo social do governo FHC, em seus dois mandatos, sendo em maior medida no primeiro, embora constatando que nos dois ciclos de reformas não houve mudança significativa das políticas sociais (Draibe, 2003).

Wanderley (2008)[65] fez análise das políticas sociais dos últimos governos (FHC e Lula), apontando os aspectos negativos que prevaleceram em ambos. Segundo o autor, elas continuariam com a tendência à focalização e a privatização, com poucas exceções. Destacou a posição crítica de Lesbaupin (1999) sobre a condução dos direitos sociais, no que diz respeito à cobertura da Seguridade Social que foi amplamente assegurada, na Constituição de 1988. Assim:

> [...] diz que o governo de FHC comprometeu essa proposta constitucional pela manipulação das receitas, que foram destinadas a outros fins, pelos recursos remanejados e investidos em áreas de direto interesse do grande capital, pela política social executada, que apareceu inteiramente subordinada à orientação macroeconômica (ditada pelo grande capital) e pela privatização e pela mercantilização. Nesse sentido, os efeitos na política de assistência lhe deram um *caráter de não política* e retiraram o estatuto de direito social (Lesbaupin, 1999 *apud* Wanderley, 2008, p. 173).

Sobre a gestão de Lula, no período de (2002-2006)[66], considerando o "perfil

---

[65] Numa perspectiva crítica do assunto, o autor teve como referências, principalmente, os trabalhos de Lesbaupin (1999) de Silva (2001a; 2001b), Silva; Yasbek; Giovanni, (2004), Yasbek (1996; 2003).

[66] O autor incluiu também na análise da gestão de Lula os anos de 2007 e 2008.

do presidente” (2008, p. 184), esperava-se[67] um governo de grandes mudanças nas políticas sociais, e, no entanto, elas não ocorreram. Ao contrário, a nova gestão seguiu os mesmos parâmetros dos governos anteriores, ou seja, seguiu as orientações da política macroeconômica. E por causa disto, as críticas à política de Lula não tardaram a ocorrer. A crítica recaiu, sobretudo, pela *setorialização do social* e a *focalização dos projetos,* não negando, porém, os “avanços” dos indicadores, como: *de pobreza absoluta, da mortalidade infantil e dos empregos formais*.

2.4 Juventude e políticas sociais

As políticas públicas são elaboradas, no geral, para atendimento das populações que demandam intervenção por se encontrarem, muitas vezes, em estado de exclusão social, pobreza, e para o auxílio a e proteção social voltados para casos específicos em todas as faixas etárias: crianças, jovens e adultos. Nesse sentido, a inclusão social corresponde à eliminação das causas da exclusão social, o que exige um conjunto de medidas e ações de vários níveis governamentais em parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) e sociedade civil, e em períodos de tempos mais curtos ou longos. Os conceitos de exclusão e inclusão social são interligados. Para Stoer (2004, p. 27):

> Pode defender-se que falar de exclusão social é falar simultaneamente de inclusão social [...] inclusão social e a exclusão social são conceptualizadas como duas entidades diferentes, nas quais o objetivo é produzir inclusão social e eliminar a exclusão social de determinados grupos sociais.

A inclusão social está vinculada à existência ou não de políticas sociais de natureza pública, o que, nas abordagens dos últimos anos, se vincula com os entrosamentos ou desencontros entre os governos e a sociedade civil. O governo deve ofertar políticas de inclusão social “que visa igualar oportunidades”, proporcionando às pessoas o desenvolvimento de suas potencialidades, uma maneira de superar as situações de pobreza e de exclusão do mercado de trabalho (Pochmann, 2007, p. 25).

---

[67] As expectativas partiram, principalmente, dos setores de esquerda, tais como: os movimentos sociais, ONGs, partidos políticos, pastorais sociais etc. (Wanderley, 2008, p. 184).

O Brasil precisa avançar em questão das políticas públicas, especialmente destinadas aos jovens para propiciar a inclusão social, como já tratado neste trabalho, a maioria origina-se de famílias pobres de renda baixa. Ainda, a partir dos anos de 1990, as condições sociais dos jovens brasileiros tenderam a piorar pelo aumento da população jovem e falta de vagas no mercado, agravando a situação dos que se encontravam "em risco social".

Há teóricos que sustentam a questão das políticas públicas terem dado ênfase à "imensa visibilidade" da vulnerabilidade dos jovens quanto ao envolvimento em situações provocadoras de "riscos sociais", como as drogas e violência. Por causa disso, surge a necessidade de um posicionamento quanto ao contexto vivido pelos jovens brasileiros, em relação "as demandas reais e o estado concreto da questão *jovem x trabalho* [...]" (Soares, Rizzini, Bush, 2010, p. 13).

Nesta perspectiva, o tema juventude surgiu nos anos de 1990 como uma grande preocupação do governo federal, diante de uma situação na qual se encontrava grande parte dos jovens, a de "risco social" e de "protagonismo juvenil" (uma situação provocada, como a violência). No final do século e início do século XXI surgiram várias políticas destinadas à juventude, e estratégicas para a ocupação, como lazer, esporte e programas de trabalho (Spósito e Carrano, 2007, p. 187).

Kon (2009, p. 77) aponta como solução para combater problemas de exclusão social, principalmente dos jovens, muito presentes nos centros urbanos nos dias atuais:

> [...] é necessário se fazer entender a importância de investimentos em capital humano, entendida apenas como educação formal, mas principalmente, adquirido por intermédio da capacitação profissional, de forma a preparar os jovens para as transformações econômicas e produtivas atuais.

Há medidas estratégicas de cunho universal que parte do governo federal, como políticas de educação. Mas quando se trata das políticas focalizadas, "tem o poder local uma referência definitiva" (Pochmann, 2007, p. 25). O autor fundamenta-se na tese de que os governos municipais estão mais preparados para a distinção das pessoas mais necessitadas com a identificação das famílias de baixa renda e os problemas de

desemprego. Nesse caso, o governo federal terá melhor desempenho nas políticas universais.

Não há consenso sobre a maneira pela qual as políticas de juventude foram implantadas. Porém, para Abramo (1997), as políticas para a juventude, no Brasil, são recentes. Elas surgem quando os idealizadores deste tipo de políticas começaram a formular programas específicos nos municípios e também nas esferas estaduais, como de preparação para o trabalho e de outros serviços como saúde, lazer e cultura. As políticas começaram a se tornar realidade com a criação das assessorias ligadas governo para tratar destas políticas, como a Assessoria Especial para Assuntos de Juventude, além do Programa Comunidade Solidária, que continha assuntos específicos para este público. Ao mesmo tempo em que houve o crescimento de projetos e programas da sociedade civil, como de ONGs, associações e instituições assistenciais etc.

Para a autora, a temática juventude faz parte da visão tradicional correlacionada a um "senso comum" formado dos "problemas sociais" que sempre foi proposta uma discussão partir dessa acepção. Assim:

> [...] a juventude só se torna objeto de atenção quando representa ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social -, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameace romper com a transmissão da herança cultural (Abramo, 1997, p. 79).

Já para Spósito e Carrano (2007), "são perceptíveis algumas imagens" (p. 182) na América Latina que proporciona algumas linhas norteadoras. Os autores citam Abad (2002) como referência para o estudo dessas políticas: "[...] a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição ao mundo adulto" (*apud* Abad, 2002, p. 182).

O fato é que, em 1985 foi declarado o Ano Internacional da Juventude. Para Novaes (2007), não houve repercussão expressiva no Brasil, por causa da ausência de temas específicos para os jovens. Mas foi no contexto das reformas nos anos de 1990 que as políticas sociais voltadas às crianças e à juventude avançaram com a publicação

do ECA, lei 8.069. A lei assegurou a esse público os mesmos direitos inerentes aos adultos. O artigo 3º do ECA prevê que:

> A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

No artigo citado, é notória a percepção de que a criança e os adolescentes não poderiam mais seguir de um tratamento como uns "sem direitos". A lei deixou evidente que as pessoas pertencentes a esta faixa etária são enquadrados como "sujeitos de direitos". Nesse sentido, foi consagrada a garantia da proteção integral às crianças e os adolescentes. A publicação do ECA condiz com os dispositivos da Constituição de 1988 que, no artigo 227, preconiza os direitos fundamentais e necessários para propiciarem o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente, como sendo um dever tanto da família, sociedade e do Estado:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, [...]

O atendimento aos direitos desse segmento da população deverá ser feito de forma articulada, com a participação do governo e da sociedade civil, conforme previsto no ECA, no artigo 86, que estabelece:

> A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A questão da exclusão social dos jovens e a "privação de direitos" constitui numa preocupação tanto da sociedade civil como aos políticos, de incluir as pessoas compreendidas na faixa etária do ECA, como recorte etário a ser atendido por ações governamentais. A limitação da idade pode excluir pessoas acima da maioridade prevista no Estatuto, como também um indefinido contingente de jovens oriundos de famílias pobres, que saem do "horizonte das ações públicas" (Spósito e Carrano, 2007, p.184).

É notável que "a mudança de paradigma operada pelo Estatuto é a demonstração da construção histórica da adolescência, propondo um novo olhar para a infância, diverso do olhar presente até aquele momento" (Brasil, 2009b, p. 28), pois as crianças e os adolescentes eram tratados como "objeto", enquanto estava em vigor a legislação do *Código de Menores*[68]. Assim sendo, a partir do ECA:

> [...] pode-se compreender que à criança e ao adolescente devem ser asseguradas oportunidades educacionais para o seu desenvolvimento de forma integral. É necessário considerar a importância do trabalho e da cultura, juntamente com a dimensão educativa, entendida em sentido amplo como um processo continuado de novas aquisições e apropriações (Brasil, 2009b, p. 28).

Spósito e Carrano (2007) ressaltaram que o caminho percorrido da elaboração do ECA até a sua publicação envolveu uma grande mobilização, lutando por um "desenho jurídico que assegurasse direitos e formas de execução" (p. 208). As políticas de juventude nasceram ao inverso. Não havia fórum e representações coletivas estruturadas que enfocassem o tema juventude. Enfim, não havia um projeto definido. Somente em âmbito da "base", ou do poder local que surgiram medidas práticas, mas cada um a seu modo.

Analisando as políticas de juventude implementadas no governo de Cardoso, nos anos compreendidos entre 1995 a 2002, verificou-se que foram criadas várias políticas públicas de juventude. Em contrapartida, o resultado foi a baixa atividade dos projetos e programas, senão havendo um acompanhamento ineficaz na gerência das políticas (Spósito e Carrano, 2007, p. 187).

Essa conclusão foi a partir de um estudo, feito pelos autores mediante a descrição de 30 programas e projetos destinados aos jovens, que para eles foram focalizados, em maior ou menor incidência, nos jovens das idades de 15 a 19 anos e de 20 a 25 anos. Os autores constataram que os 33 programas, naquela época, não

---

[68] O código de menores surgiu em 1927 que estabelecia medidas de proteção às crianças contra os "perigos e ameaças que as fizessem desviar do caminho do trabalho e da ordem" (Kerbauy, 2005, p.198). O Código prevaleceu até o ano de 1970, dirigindo as políticas destinadas aos jovens. A legislação era para crianças e adolescentes eram pautadas na delinqüência, não havia ainda, correlação com direitos e sim a tutela do Estado.

abarcaram "uma totalidade orgânica naquilo que se refere à sua focalização no segmento jovem" (2007, p. 189). Assim sendo, foram percebidos na análise dos focos 18 programas dirigidos à adolescentes e/ou jovens; 10 programas de foco *difuso* entre crianças, adolescentes ou jovens e adultos e 5 programas com foco aos jovens de maneira *incidental*.

Dos programas analisados, os autores apresentaram 18 programas destinados aos adolescentes e jovens, dentre eles Projeto Escola Jovem, do Ministério da Educação; Programa de reinserção social do adolescente em conflito com a Lei, do Ministério da Justiça (esse programa adotou medidas socioeducativas conforme o ECA); e vinculados diretamente à Presidência da República, o Comunidade Solidária com a implementação do Programa Capacitação Solidária e o Rede Jovem.

A partir do estudo, os autores evidenciaram que as ações de cunho específico destinado aos jovens eram recentes (naquela conjuntura, 60% deles tinham sido implantados fazia cinco anos) e por isso "denota a recente trajetória na formulação de políticas de juventude, assim como explica, em parte, a sua incipiente institucionalização e fragmentação" (Spósito e Carrano, 2007, pp. 201-202). Também perceberam que:

> As ações desarticuladas e superposição de projetos com objetivos, clientela e área geográfica de atuação comuns, exprimem a frágil institucionalidade das políticas federais de juventude. As diferenças de concepções, longe de significarem a pluralidade dos que dialogam, revelam a incomunicabilidade no interior da máquina administrativa (Spósito e Carrano, 2007, p. 202).

Naquela conjuntura, de formulação de políticas, acentua o debate acerca de projetos para a juventude. No ano de 2003 houve a atuação do Instituto de cidadania que realizou pesquisas e sensibilizou vários segmentos da sociedade, como representantes dos jovens, ONGs etc. No Brasil, foram apresentados Projetos de Lei, com finalidade de atender à juventude. Em 2004, o governo Lula, fundou o *Grupo Interministerial* para o estudo das políticas para o público juvenil, e partir daí há o direcionamento de diagnósticos e apresentação de resultados, com a participação do Ipea e dos ministérios do governo. Incluiu-se na política de juventude a faixa etária de 15 a 29 anos, de acordo com a lei 11.129 de junho de 2005. A legislação da juventude entra em vigor com a

criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude - CONJUV e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem (Novaes, 2007).

O ano de 2007 foi marcado por mudanças nas políticas públicas de Juventude[69] quando houve a unificação dos programas já existentes surgindo as seguintes modalidades de Projovem: O *Projovem Adolescente* (Serviço Socioeducativo); *Projovem Urbano*; *Projovem Campo* (Saberes da Terra) e o *Projovem Trabalhador*. Cada modalidade de Projovem ficou sob a responsabilidade: do MDS, da Secretaria Nacional de Juventude, do MEC, e do Ministério do Trabalho e Emprego (Aquino, 2009).

Os desafios apontados pelos órgãos representativos da juventude tiveram os seguintes princípios norteadores: a ampliação ao acesso à escola, o combate ao analfabetismo, a preparação para o trabalho, e a geração do trabalho e da renda; além de uma melhor garantia de vida com qualidade no território de referência e outros (Brasil, 2009a, p. 15).

As políticas públicas de juventude devem priorizar a diversidade da vida dos jovens, de suas características próprias ao ambiente em que vivem. Desta maneira, elas apontam para a perspectiva de atingir melhor seu público-alvo, se os aspectos sócio-econômicos e culturais são considerados na elaboração desse tipo de políticas.

A esse respeito, Aquino (2009, p. 31) concorda que:

> É preciso considerar, contudo, que se existe um componente geracional que permite definir a juventude pelo que há de específico à sua *condição*, esta é vivida de forma diversificada e desigual entre os jovens, de acordo com suas *situações* socioeconômicas específicas e com os padrões de discriminação e preconceito vigentes, que repercutem sobre as oportunidades efetivamente disponíveis a cada um.

Para a autora, a juventude deve ser associada ao pluralismo desta fase da vida, embora seja a faixa etária "que partilha várias experiências comuns", que permeiam as diversas situações, em todas as dimensões vividas pelos jovens. Assim, as

---

[69] Até aquele ano, prevaleciam seis programas destinados aos jovens que buscavam a inclusão social de jovens que estavam fora do mercado de trabalho, com pouca escolaridade e com baixa qualificação profissional por meio do *Projovem*, do *Consórcio Social da Juventude*, *Juventude Cidadã*, *Agente Jovem*, *Escola de Fábrica* e *Saberes da Terra* (Aquino, 2009).

necessidades dos jovens também exigem a observância de suas peculiaridades, de acordo com o contexto social, econômico e cultural.

A seguir, será dado enfoque ao Projovem Adolescente, um programa socioeducativo[70] destinado a promover ações para a inclusão de jovens carentes da faixa etária de 15 a 17 anos. Os jovens-adolescentes a serem contemplados por essa modalidade de Projovem devem atender algumas condições básicas: serem originários de famílias cadastradas no PBF; ex-participantes de programas socioeducativos, em regime de internação semi-aberto, como se prevê no ECA; os atuais ou egressos de programas de proteção, conforme estabelece o ECA; ex-participantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e os que participam ou participaram de programas que visam a ao combate à violência, exploração e abuso sexual (Brasil, 2009a, p. 20). Os idealizadores dessa recente política consideram-na importante pelo tipo de trabalho ofertado aos jovens-adolescentes, na perspectiva desse Programa em conjugar:

> [...] ações socioeducativas voltadas ao autoconhecimento dos jovens e ao reconhecimento do contexto em que estão inseridos, possibilitando experimentações quanto ao ser, conviver, aprender, fazer e participar, estimulando-os a que assumam papéis proativos na construção de sua própria história e de uma história coletiva (Brasil, 2009a, p. 31).

Nesse sentido, alguns setores entendem o Projovem Adolescente como uma inovação na condução das políticas sociais, por se realizar na seguinte maneira:

> um serviço socioeducativo de prestação continuada, [...] ofertado a jovens de 15 a 17 anos, organizados em coletivos, que freqüentam um conjunto de atividades teóricas e práticas, de natureza seqüencial, desenvolvidas ao longo de dois anos, a que se denomina um *ciclo completo de atividades* (Brasil, 2009a, p. 43).

A proposta socioeducativa para os jovens abrange três eixos principais: *Convivência Social, Participação Cidadã e Mundo do Trabalho*. Nos eixos são

---

[70] Vale ressaltar que o Projovem Adolescente visa ao trabalho com o público jovem, tendo o seu instrumental teórico e prático previsto em legislação voltada ao serviço socioeducativo; e não da execução de medidas, quaisquer que sejam elas, que devem ser aplicadas no caso de proteção especial. Num trabalho realizado por meio de oficinas, "as atividades não possuem caráter sancionatório, nem reparador de atos infracionais eventualmente cometidos pelos jovens" (Brasil, 2009a, p. 22).

trabalhados os seguintes temas transversais: Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais, Juventude e Saúde, Juventude e Meio Ambiente, Juventude e Trabalho, Juventude e Cultura e Juventude e Esporte e Lazer. Com o estudo integrado dos eixos principais espera-se que eles possam contribuir

> [...] para que os jovens se apropriem criticamente dos conhecimentos social e historicamente acumulados, cultivem e adensem os valores éticos e democráticos e se constituam individual e coletivamente como cidadãos de direitos comprometidos com a transformação social (Brasil, 2009a, p. 26).

Enfim, para as atividades do Projovem Adolescente é prevista uma carga horária de 12 horas e 30 minutos de atividades por semana, sendo ofertadas em horário que não coincidem com o horário de escola do jovem. As atividades perfazem um total de 48 semanas de atividades no ano, sendo resguardadas as semanas de recesso.

Em relação ao CONJUV, estudiosos apontam como uma grande responsabilidade a desse órgão, pelo fato da representação ser constituída em sua maioria por setores da sociedade civil, envolvendo vários participantes do país (Romão, 2006). O autor ainda aponta as dificuldades nas discussões políticas por ter consumado na sociedade alguns consensos sobre assuntos de diversas áreas, como a educação, trabalho, saúde, cultura e outras. Assim, ao se discutir os novos conceitos, as novas necessidades dos jovens e os conteúdos políticos, há a tendência de haver confusões diante dos conceitos já firmados. Exemplificando, citam-se os direitos legitimados na CLT de "como compatibilizar o direito ao trabalho e a educação de qualidade" (Romão, 2006, p. 124).

Em conclusão, pode-se inferir que as políticas sociais no Brasil, desde a elaboração das primeiras medidas de Proteção Social, na década de 1930, não conseguiram ainda incluir a população de forma universal - todas as faixas etárias. Mesmo com os avanços da Constituição de 1988, e considerando as reformas, como as surgidas no governo de FHC, elas permaneceram focalizadas, como o atendimento a diversos segmentos, dirigidas a negros, mulheres, crianças, idosos, adolescentes em situação de vulnerabilidade, ou de "risco social" e outros.

As políticas sociais também são falhas em vários aspectos, principalmente no que se referem aos direitos individuais e sociais, conforme previsto na Constituição.

A maneira como são conduzidas deixam à margem um contingente expressivo de pessoas que necessitam de serviços públicos. Quanto às políticas específicas à juventude, mesmo sendo recentemente elaboradas, espera-se que as ações e programas sejam ancorados em inovações, como as metas delineadas no Projovem. Ainda que com a atuação do CONJUV se possa despertar nos elaboradores e gestores de políticas uma nova postura na condução das políticas públicas, e que de fato propicie a inclusão social do jovem, garantida pela permanência na escola e pelo acesso ao mercado de trabalho, advindo melhores perspectivas de qualidade de vida e na contenção da iniqüidade.

CAPÍTULO III

Instituição PCA: uma abordagem histórica

Ao povo seu poema aqui devolvo
menos como quem canta
do que planta
Ferreira Gullar (2008)

3.1 Como tudo começou

O Programa para a Criança e o Adolescente (PCA) é entidade pública sem finalidade lucrativa, de personalidade jurídica própria, com autonomia financeira, administrativa e patrimonial, e funciona desde o ano de 1984 na cidade de Araxá.

A história do PCA é intrínseca à criação do Conselho Municipal do Bem-Estar do Menor (COMBEM). O Conselho surgiu a partir de iniciativa de um representante do Poder Legislativo, por meio da apresentação do requerimento 71/1983, do dia 30 de junho de 1983, na Câmara Municipal de Araxá, que solicitava a criação.

A seguir, esta seção apresenta os caminhos percorridos pelo autor e a justificativa para a implantação do Projeto.

Conforme consta em documento da época, no jornal local, *Correio de Araxá*, do dia 6 de julho de 1983, Jorge Feres[71], o autor do Projeto, na época era vereador e representava o Partido Democrático Social (PDS). Em entrevista concedida àquele jornal, demonstrou sua preocupação e indignação com o problema social vigente no Brasil, o do *menor abandonado*[72], tema bastante polêmico e que era motivo de debates na mídia, política e na sociedade em geral.

O trecho a seguir é parte da entrevista do autor, naquela ocasião:

> Nada me sensibiliza mais do que assistir e participar dos momentos difíceis que nossos irmãos menores e maiores atravessam. Nesta casa de trabalhos do Legislativo, a tribuna tem sido ocupada por todos os colegas do plenário que ressaltam, com justiça, a crise econômico-social que martiriza toda a humanidade. [...] Há muito espero uma oportunidade adequada, para fazer um pronunciamento sobre uma situação que me deixa triste, deprimido e por que não dizer, inconformado. Trata-se do problema do *MENOR ABANDONADO*. [...] Sabemos que uma medida de ordem geral, de ação rápida, não é possível no sentido de acudir o *menor abandonado*. A solução seria a médio e longo prazo. Entretanto, as comunidades têm de começar a

---

[71] Hoje ele está aposentado, e, juntamente com sua esposa, faz palestras de planejamento familiar (tema que sempre defendeu), cujo foco é a conscientização de maternidade e paternidade responsáveis. Juntos, atuam em diversos ambientes, como escolas, creches, cursos de noiva e outros. Em 2008, ele fez palestra para um público de 500 adolescentes. Também em 2009, foi palestrante no PCA, no qual abordaram assuntos como orientação sexual e gravidez na adolescência.

[72] Esse termo será utilizado no texto em função de o uso desta expressão ser costumeiro, até os anos de 1990. A partir daí, com a publicação do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, pela Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, o termo passa a se referir à criança - pessoas da faixa etária do nascimento até 12 anos incompletos, e adolescentes as que estão entre 12 e 18 anos de idade, conforme o *Artigo 2º* deste Estatuto.

> assumir, de maneira mais profunda e realista, o grave problema que nos assusta e nos deixa estarrecidos. [...] (*Correio de Araxá*, 06 de julho de 1983, p. 2).

Prosseguindo o depoimento ao jornal, Jorge Feres ressaltou os altos índices de abandono nas principais capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte[73]. Eram milhões de abandonados. No entanto, segundo ele, a política de assistência social atendia a um número bastante limitado, e o restante ficava sem proteção. Esses dados refletem os tipos de políticas sociais adotadas no Brasil, no período do governo dos militares, já abordados no capítulo dois. Como demonstrou Pochmann (2004), com os tecnocratas à frente do poder, as políticas sociais foram fragmentadas, setorializadas e, como resultado, houve o "baixo caráter redistributivo" das políticas para os estratos sociais mais baixos (p. 78). Como exemplo, relatou Jorge Feres na entrevista, somavam-se, na época, 5.300.000 *menores abandonados*, mas que apenas 60 a 80.000 deles faziam parte de algum programa de assistência do governo.

Com base em estudos da realidade brasileira sobre o problema do *menor abandonado*, Jorge Feres apresentou em plenário da Câmara Municipal o Requerimento 71/1983, solicitando a criação do COMBEM, como já enfatizado acima.

A referência para a elaboração do Projeto foi o COMBEM de Uberaba (cidade próxima a Araxá), que já estava estruturado e em pleno funcionamento. O autor já conhecia o Conselho, pois foi estudante de Medicina naquela cidade, de 1958 e 1963. Ao ser eleito vereador na cidade de Araxá, achou importante levar para a cidade uma política pública voltada para o atendimento aos adolescentes carentes. Pois, para ele, além de proporcionar assistência e orientação, era importante um acompanhamento nesta fase da vida.

Em linhas gerais, o documento apresentado na Câmara preconizava a importância da assistência ao *menor abandonado*, como a implementação de programas e atividades na área educacional, objetivando a integração do *menor* na sociedade e de apoio às famílias. Outras metas eram legitimar a adoção, fundar instituições específicas ao público *menor*, como também adequar instituições já existentes na cidade com

---

[73] Segundo consta na reportagem, naquela edição de jornal os números apontados de *menores abandonados* nestas capitais foram: em São Paulo, 2.500.000 crianças abandonadas, no Rio de Janeiro, 2.000.000 e em Minas Gerais, 800.000. Não se levantou, na ocasião, as outras realidades do interior e de outros Estados.

caracterização de ambiente familiar, para melhor adaptação do *menor*. Outra prioridade era a efetivação da chamada *Guarda Mirim*, que tinha como finalidade dar oportunidade aos adolescentes de uma ocupação por meio de estágios em empresas públicas e privadas, e no sistema rotativo de estacionamentos da cidade. Os que não fossem ocupados participariam de treinamentos, à espera de uma oportunidade.

As demais providências que se seguiram à apresentação do Requerimento de n. 71/1983 foram:

- pelo Decreto 594 de 1º de agosto de 1983, do prefeito Kleber Pereira Valeriano (1983-1985), constituiu-se a Comissão Municipal para assessorar o Poder Executivo na elaboração do Projeto de lei e viabilizar a inclusão dos *menores* carentes da cidade;
- pela Lei 1.919, de 12 de setembro de 1984, instituiu-se a "área azul", com estacionamento pago, dentro das vias urbanas da cidade, a ser fiscalizada pelo COMBEM;
- a Lei 1.920, de 12 de setembro de 1984, estabeleceu a criação do COMBEM;
- a Lei 1.963, de 25 de abril de 1985, considerou o COMBEM de utilidade pública e, por fim, em 7 de dezembro de 1985, inaugurou-se a sede de funcionamento da instituição.

A R*evista Identidade* (2009, p. 22) de publicação local, registrou o trabalho realizado no COMBEM em relação ao cotidiano dos profissionais envolvidos e dos adolescentes participantes:

> [...] contávamos com mais de 100 adolescentes permanentes, entre meninos e meninas. Eles recebiam uniforme de uso diário, de Educação Física, que era ministrada por um militar, agasalhos, tênis, tomavam café completo e almoçavam com dieta balanceada. Todos com obrigatoriedade escolar, fiscalizada por psicólogos e assistentes sociais. Além disso, participavam de várias palestras educativas e tinham seguro de vida em grupo [...]

Além desta rotina diária, os adolescentes participavam de outras atividades de socialização, também objetivo do Projeto, pois se originavam de famílias extremamente carentes, conforme se verifica pelo testemunho abaixo:

> Nas grandes festas familiares, religiosas e sociais, procuramos fazer com que eles também aprendessem a importância de se celebrar, em grupo ou em família, sendo que, para alguns dos adolescentes, o COMBEM representava tudo isso. [...] Outro grande momento meu nesse Projeto foi quando o

> governo federal lançou um programa para a construção de casas para todos aqueles e aquelas que não tinham onde morar. Para isto precisava realizar uma pesquisa, colhendo dados dessas famílias. Minha irmã [...] e eu percorremos 220 lares, se é que se deve chamar aqueles casebres (na maioria) de casa. Teve um endereço que não conseguíamos localizar. Sabe por quê? A família morava embaixo de uma lona (Selma Feres, depoimento concedido a autora em 09/01/2010).

O item que se segue descortina o Projeto desenvolvido na atualidade que é realizado com as crianças e adolescentes em Araxá, por meio da instituição PCA. Ela herda a filosofia do COMBEM implantado em 1984, como afirma seu fundador: "Tudo estava pronto, era só mudar o nome" (Entrevista em 15/12/2009). Como demonstrado, os participantes do antigo COMBEM eram em número razoavelmente pequeno, e se acreditava que isso facilitava a assessoria dos profissionais aos adolescentes. Esse fato reflete a opinião do coordenador do Projeto daquela época: "Hoje falta o monitoramento, que falha pela quantidade de adolescentes no Projeto, e torna mais difícil acompanhar a trajetória deles, as suas dificuldades, o crescimento" (Entrevista 15/12/2009).

A próxima seção apresenta a (re)estruturação do PCA, o funcionamento, as suas ações para atendimento às pessoas que carecem de assistência e apoio familiar, e o estudo do Subprograma, o Projeto de Formação e Encaminhamento para o Trabalho (PROFET).

3.2 Novos tempos: o funcionamento do PCA

Com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos anos de 1990, termina o Projeto do COMBEM, de seis anos, o qual passou por um redesenho institucional, de acordo com as normas vigentes no Estatuto, originando o que funciona, hoje, como PCA. Naquela época, o COMBEM contava com mais de 100 participantes, e já havia uma filosofia de assistência aos adolescentes carentes, conforme declaração do seu fundador.

No dia 8 de maio do ano 2000, houve a promulgação da Lei 3.655, que "dispõe sobre a Reformulação da Legislação que trata da política municipal de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente". A lei estabeleceu em seu Artigo 22 a mudança de nomenclatura da instituição, que diz:

> Para atender às disposições da Lei Federal nº 8.069 e desta Lei, o Conselho Municipal do Bem Estar do Menor (COMBEM), instituído pela Lei Municipal nº 1920, passa a denominar-se Programa para a Criança e o Adolescente, mantida a personalidade jurídica inicial e autonomia administrativa financeira e patrimonial.

Em função de garantir a política de assistência às crianças e aos adolescentes, a lei estabeleceu, ainda, a criação de um Conselho Municipal, um Fundo Municipal, um Conselho Tutelar e o Programa para a Criança e o Adolescente, elucidados a composição, os critérios de escolha dos membros e as respectivas atribuições desses órgãos.

Quanto ao PCA, ele foi desmembrado em vários Subprogramas de acordo com seus objetivos e finalidades propostas. Atualmente, eles funcionam de forma inter-relacionada, e assim procuram incluir um número mais expressivo de pessoas no Programa. O Subprograma PROFET, que se destina à formação e encaminhamento de jovens ao trabalho, é um dos mais procurados. Hoje há mais de mil interessados em cada processo seletivo, de acordo com informações dos gestores do Projeto.

Conforme exposto no início do capítulo, o PCA é uma entidade sem fins lucrativos e tem por finalidade promover ações de atendimento integral à criança e ao adolescente, socioeducativas, como informações para evitar situações de risco social, como o aconselhamento ao jovem de evitar o ingresso no mundo das drogas, bebidas alcoólicas, criminalidade e outras. Quanto às ações do PCA, elas são avaliadas, ano a ano, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente[74] da cidade de Araxá.

O PCA atua de acordo as prerrogativas da legislação vigente no ECA, como também a Lei Municipal nº 3.655/2000. Assim, diz o Estatuto do PCA de 20 de junho de 2005, acerca dos objetivos do PCA, constantes do artigo 2º, Seção II, dos objetivos:

---

[74] Segundo consta na Lei 3.655, o Conselho é composto por 12 conselheiros, com seis titulares e seis suplentes, da *ala governamental* e da *sociedade civil*. Os membros representantes do governo são das seguintes secretarias: Trabalho, Ação social e Esporte; Saúde; Educação; Fazenda; Indústria, Comércio e Turismo; Infra-estrutura. Já os representantes da sociedade civil são membros de duas entidades que defendem os direitos da criança e do adolescente: em risco social e de portadores de necessidades específicas; de associações de bairros; da educação de ensino fundamental; de assistencial de creches; e de entidades de assistência à criança e adolescentes em situação de miserabilidade.

> *I- Implementar as ações de proteção à criança e ao adolescente, definidas nas políticas de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;*
> *II- Aplicação de medidas socioeducativas.*

Para a realização dos objetivos propostos do PCA, o Estatuto prevê que a entidade "executará serviços de apoio, orientação e promoção da criança, do adolescente e de sua família, preferencialmente aqueles em situação de risco" (Anexo 2).

A prioridade do PCA é o atendimento a famílias carentes, embora não há discriminação na prestação de serviços à comunidade, o que também está definido no Estatuto da instituição, como diz o artigo 3º, Seção II, dos objetivos:

> O PCA – Programa para a Criança e o Adolescente prestará serviços gratuitos a todo o seu público-alvo, sem qualquer tipo de discriminação sociocultural, econômica, financeira, racial, cor, sexo ou religião.

Para atingir os seus objetivos, o PCA desenvolve projetos de inclusão social por meio de seus Subprogramas, e um deles é o PROFET, que capacita os jovens para ingressar no mercado de trabalho como aprendizes.

Os Subprogramas do PCA envolvem atividades de cunho educativo e psicopedagógicos, os quais são: *Adolescentro, C.A.S.A – Casa de Abrigamento Social da Adolescente, Casa Lar, Casa do Pequeno Jardineiro, Centro de Convivência, CERAD – Centro de Reeducação do Adolescente, Núcleo de Apoio à Família, Serviço Sentinela, e por último, o PROFET – Projeto de Formação e Encaminhamento para o Trabalho.*

A seguir, o resumo dos Subprogramas do PCA, em seus objetivos e ações desenvolvidas na atualidade[75]:

- *Adolescentro*: o programa atinge adolescentes da faixa etária de 15 a 24 anos, e desenvolve práticas culturais, esportivas e de informação, tais como capoeira, dança, ginástica, informática, inglês e outras. O Adolescentro conta com a instalação de uma biblioteca com um número de títulos estimados em 3.000.

- *C.A.S.A. – Casa de Abrigamento Social da Adolescente*: programa que visa

[75] Para o acesso a estas informações foram utilizados documentos elaborados pela instituição, o PCA.

acolher jovens do sexo feminino, de idade de 12 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade social e pessoal, e não que seja característico de infração penal. O abrigo tem duração de um a noventa dias. No programa, os profissionais envolvidos trabalham na forma preventiva, na busca de evitar que o problema da jovem chegue a um processo criminal. Todos os encaminhamentos são feitos por intermédio do Conselho Tutelar da Infância e da Juventude Local e do Ministério Público.

- *Casa Lar* – Destina-se ao abrigo e acolhimento provisório a crianças de 0 a 17 anos, para fins de encaminhá-las à família de origem após orientação, bem como encaminhá-las à adoção.

- *Casa do Pequeno Jardineiro* - é um centro de formação em Educação Ambiental que visa capacitar jovens carentes de 14 a 17 anos para o cultivo de jardins. Durante o curso, o participante recebe uma bolsa de meio salário mínimo, feito em dois turnos, e é semestral. O trabalho do programa busca agregar novos valores, com a co-participação da família.

- *Centro de Convivência* – os centros realizam um trabalho de caráter preventivo e de proteção ao público carente, crianças e adolescentes. Nos centros, que hoje perfazem um total de 13 unidades, desenvolvem atividades tanto de lazer como socioeducativas, entre elas informática básica, música, dança, culinária, corte e costura, manicure, artesanato em geral, como bordado e bijuterias, chinelos etc. Prioritariamente, os centros atendem ao participante e sua família em estado de vulnerabilidade social.

- *CERAD – Centro de Reeducação do Adolescente* – realiza um trabalho com adolescentes infratores em regime fechado, semifechado, bem como em liberdade assistida. O trabalho busca integrar novamente o adolescente na sociedade e também encaminhá-lo ao trabalho.

- *Núcleo de Apoio à Família* – Projeto que tem por objetivo assistir às famílias quanto ao papel destinado às mães e pais na educação de seus filhos, evitando a violência doméstica, coexistindo o respeito mútuo familiar, além de buscar a integração da família na sociedade.

- *Serviço Sentinela* – programa que busca o acolhimento a adolescentes vítimas de abuso sexual, violência e outros. Assiste-se tanto à vítima como à família, os quais contam com o alento de profissionais como psicólogos e psicopedagogos. As

atividades são também de caráter educativo, pois são promovidas campanhas na cidade. Este programa é realizado em parceria com o governo federal.

- *PROFET- Projeto de Formação e Encaminhamento para o Trabalho* - visa capacitar e encaminhar jovens de 14 a 23 anos para o mercado de trabalho em Araxá. No período de capacitação o jovem recebe orientação e treinamento para o primeiro emprego. Pode-se afirmar que o Projeto ocasiona a inclusão social do jovem, ao lhe propiciar melhor qualidade de vida devido à oportunidade de um trabalho. Pois o trabalho do jovem aumenta a renda da família. Além disto, o PROFET tem a finalidade de "incentivar a autoestima dos adolescentes", uma forma de "reforçar" todo o processo de formação de aprendiz que é realizado na instituição e que envolve o trabalho de profissionais diversos, como assistente social, gestores e palestrantes.

Segue-se o maior detalhamento do PROFET, objeto de estudo deste trabalho, em seus objetivos, o funcionamento e o processo de formação dos jovens aprendizes.

3.3 O Subprograma PROFET

O PROFET é um programa social do município e faz parte do PCA. É vinculado à Prefeitura Municipal, ao Estado e à União, e iniciativa privada, que repassam recursos pelo *Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente* para viabilizar as ações. O objetivo do programa é integrar os jovens à sociedade em condições de buscar melhoria de vida e iniciar a atividade profissional com responsabilidade. Como já foi enfatizado, a instituição procura incentivar a auto-estima dos adolescentes participantes para reforçar o trabalho desenvolvido com os mesmos no Programa.

Existem algumas condições preliminares para o jovem ingressar no programa: estar na faixa etária de 14 a 23 anos, devidamente matriculado e freqüentando a escola, e preferencialmente, comprovar situação de carência. O programa possibilita aos jovens as orientações fundamentais de como se comportar no trabalho, e após um curso básico de capacitação (mais adiante) há a inserção do jovem no mercado de trabalho nas várias empresas de Araxá conveniada. As empresas parceiras com o PCA/PROFET atualmente são 165, e que contam com 280 jovens

exercendo a função de aprendizes, segundo informações da Coordenadora de Recursos Humanos do PROFET.

O PCA/PROFET orienta-se pela CLT, com base nos artigos que tratam da legislação do aprendiz e que vem se modernizando ao longo do tempo: Lei 10.097, de 19 dezembro de 2000, que alterou os dispositivos desses artigos, e o Decreto 5.598, de 1º dezembro de 2005, que regulamentou a contratação de aprendizes.

O contrato de aprendizes é temporário, válido por um prazo legal de dois anos, no máximo, conforme estabelece o Decreto 5.598. Os *Arcos de Ocupações* é que determinam o período de contrato do aprendiz, os quais também são definidos no momento em que o adolescente dirige-se à empresa. O PROFET promove cursos de treinamento de acordo com os Temas[76] da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). No geral, os adolescentes são treinados com maior freqüência para os cursos de auxiliar administrativo, almoxarife e arquivista.

O contrato realiza-se por intermédio da entidade, o PCA, a qual assume a condição de empregador e é também responsável pelas questões burocráticas previstas na CLT: assinatura da carteira de trabalho, previdência social etc. Cabe à empresa contratante o ônus empregatício, pagamento de salário, décimo terceiro, férias etc.

Quanto ao conceito de aprendiz, é "[...] o maior de 14 anos e menor de 24 anos, que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do trabalho – CLT", conforme o artigo 2º, do Decreto 5.598, de 1º de dezembro de 2005.

Os direitos dos jovens à aprendizagem têm marcos históricos importantes. Primeiramente, a Constituição de 1988 que, ao determinar a proibição do trabalho de menores de 16 anos, resguardou aos jovens acima de 14 anos o trabalho na condição de aprendizes. Em segundo, a criação do ECA, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que, do mesmo modo, defende os direitos da criança e do adolescente, garantindo ao público

[76]Os temas da CBO são: "Administração (arquivista/arquivador, almoxarife, auxiliar de escritório/administrativo, contínuo/office-boy/office-girl); Educação (monitor de recreação); Esporte e lazer (Monitor de esportes e lazer); Gestão Pública, terceiro setor, Voluntariado e trabalho social (auxiliar administrativo, coletor de dados em pesquisas, agente de Projetos sociais, agente comunitário); Telemática (operador de microcomputador, telemarketing (vendas), helpdesk (assistência), assistente de vendas (informática e celulares)) e Turismo e Hospitalidade (Cumim (auxiliar de garçom), recepcionista, guia de turismo (Local), organizador de evento)".

dessa faixa etária o direito à aprendizagem, constantes em seus artigos 60 a 69.

De acordo com o que se prevê no artigo 428 da CLT, o contrato do aprendiz tem cláusulas especiais, de modo que o prazo do final é determinado, e também o empregador se responsabiliza em propiciar condições adequadas de trabalho ao aprendiz, sem colocar em risco a integridade física, moral e psíquica do aprendiz. O artigo estabelece que:

> Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. (Brasil, 2008, p. 38).

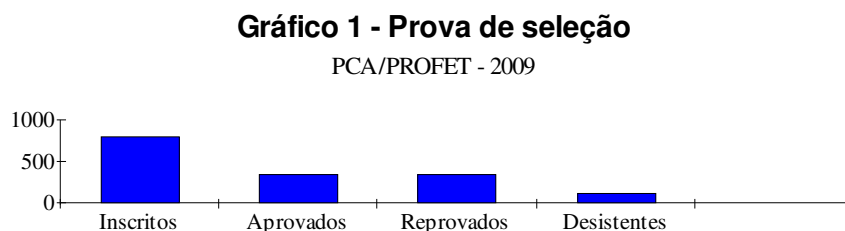
Destacam-se as prerrogativas da lei, que atribui tanto a responsabilidade ao empregador como também ao aprendiz. Ambos têm que trabalhar valores inerentes ao mundo do emprego. Pois o aprendiz, ao se encontrar na condição de empregado, assumirá a postura correta de acordo com as exigências do cargo assumido e das normas da empresa. Nos dizeres da coordenadora, "o curso de capacitação envolve toda dinâmica para a socialização dos participantes e para deixar bem claro que o trabalho na empresa é diferente do que é feito na escola".

A seguir, a explanação de como funciona o ingresso no PROFET e as etapas da formação do aprendiz, da capacitação ao encaminhamento dos adolescentes para o trabalho, e a etapa final, a prática de um ofício na empresa contratante.

3.3.1 As etapas de formação de aprendiz do PROFET

Conforme enfatizado anteriormente, o PROFET visa à formação para o ingresso do adolescente no mercado de trabalho, e há algumas etapas. Primeiramente, é necessário que o jovem se inscreva no Projeto, portando documento pessoal, declaração de matrícula em escola de Educação Básica e possuir mais de 14 anos. O segundo passo é a realização da prova para seleção dos candidatos inscritos.

Abaixo, no Gráfico 1, está a demonstração do desempenho dos candidatos inscritos para a prova de seleção do PROFET, no ano de 2009. Houve a inscrição de 800 candidatos e o resultado da avaliação foi de 332 aprovados, 346 reprovados e 122 desistentes.

Gráfico 1 – Desempenho da Avaliação de Candidatos – PCA/PROFET, 2009.

Realizada a prova de seleção, os candidatos aprovados passam por um processo de capacitação. São preparados para ingressar no mercado de trabalho. Há um curso de preparação de dois a quatro meses, e após o término, os adolescentes são encaminhados para o mercado. Conforme previsto na legislação, há um percentual reservado de 5% a 15% para a contratação de aprendizes, notificados em cada empresa, dependendo do porte (médio ou grande). Em Araxá, a porcentagem é de 5%, independente do porte da empresa, conforme a notificação do MTE, feita no ano de 2003.

Continuando a explicitação do curso de capacitação do aprendiz, esta fase consiste em três etapas: orientações, palestras e didática. A primeira, como enunciado, envolve a parte de relacionamentos, como se portar na empresa e das responsabilidades inerentes aos empregados etc. Na segunda, as palestras envolvem o trabalho de profissionais, como empresários de diversos ramos de negócios, assistentes sociais, médicos, psicólogos e outros. Nesta atividade os palestrantes trabalham a auto-estima, motivação, conceitos de empreendedorismo e atitudes (até o modo de falar é trabalhado com o aprendiz). E, por último, as aulas de didática, nas quais os aprendizes fazem

reforço escolar das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Há também no cronograma do curso, aulas de informática para os participantes que não tiveram acesso ao computador (noções básicas de informática). As aulas funcionam em dois turnos, manhã e tarde.

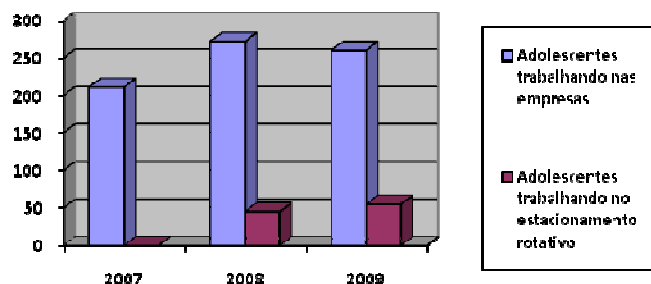
Na ocasião de entrevista feita no PCA, a coordenadora responsável pelo curso de capacitação informou que o último curso seria realizado entre os meses de maio e outubro de 2009, tendo iniciado com 329 participantes, e até aquele momento haviam desistido apenas 38 alunos. Relatou que durante o curso há controle do número de faltas: apenas cinco faltas injustificadas são permitidas (Entrevista realizada no mês de julho de 2009).

O adolescente, após o cumprimento das etapas de seleção dos candidatos e da realização do curso de capacitação, é encaminhado ao trabalho. Essa etapa é feita da seguinte maneira: conforme a disponibilidade de vaga das empresas conveniadas e do perfil exigido do candidato, há o encaminhamento do aprendiz para a entrevista. Sendo aprovado, faz-se o Contrato Temporário de Trabalho na instituição formadora, o PCA, conforme os dispositivos da lei que regulamenta a aprendizagem (explicitado acima), Decreto 5.598, de 1º de dezembro de 2005. O aprendiz, então, presta serviços para uma empresa por um período de, no máximo, dois anos, de acordo com o seu *Arco Ocupacional*, em atendimento às necessidades da empresa contratante. Após a definição dos Arcos de Ocupações, o PROFET organiza os cursos de treinamento que são realizados, simultaneamente, ao exercício do aprendiz na empresa.

A seguir, o gráfico 2[77] faz a representação do percentual de adolescentes que foram encaminhados para o mercado de trabalho em Araxá, conforme dados consultados nos Livros de Registros do PCA relativos aos anos de referência da pesquisa: 2007 a 2009.

---

[77] Ver p. 101.

Gráfico 2 – Adolescentes encaminhados para o mercado de trabalho – PCA/PROFET, 2007-2009.

O gráfico demonstra que enquanto as vagas do estacionamento rotativo aumentaram ocorreu um pequeno decréscimo de oportunidades nas empresas do ano de 2008 para o ano seguinte. Essa tendência se verifica na atualidade, já que o Programa conta hoje com 350 vagas e deste total, destinam-se 96 vagas para adolescentes maiores de 16 anos para trabalharem no estacionamento rotativo na função de Atendente, por 12 meses[78]. Verifica-se também na demonstração acima, que no ano de 2007 estão representados apenas os encaminhamentos de aprendizes para as empresas, em função dos registros do estacionamento rotativo ter sido efetuado até o mês de fevereiro de 2008, na empresa contratada pelo PCA: a Associação de Assistência a Pessoa Com Deficiência de Araxá (FADA).

3.4 O trabalho social

O trabalho social do PROFET realizado com o objetivo fazer um acompanhamento da família do adolescente iniciou-se no ano da criação do COMBEM, em 1984, sendo interrompido no ano de 1992. Durante aquele período o trabalho era exercido por uma agente social, ou seja, sem formação na área. Após 1992, os relatórios foram realizados esporadicamente, na medida do necessário, em casos de encaminhamento de adolescentes por problemas relacionados ao juiz da Infância e da

---

[78] Segundo informações dos gestores do Programa, após este período, o adolescente é remanejado para outra função, nas empresas conveniadas.

Juventude e do Conselho Tutelar Municipal. Adiante se verá, com maiores detalhes, o procedimento desses encaminhamentos.

Esse trabalho, feito por uma profissional da área, somente retornou em março de 2009, com a contratação de uma assistente social que atualmente faz visitas domiciliares às famílias dos adolescentes para verificar a realidade em que vivem. As visitas fazem parte de um instrumental técnico da assistente social, tanto para conhecer como para descobrir problemas. A finalidade desse trabalho é propiciar às famílias a assistência e amparo no que for necessário. O trabalho também consiste numa interpretação de exclusão, que atualmente é chamada de *Questionário Socioeconômico*. A assistente social, caso constate a necessidade de outras ações, por causa de situação de risco e/ou comprovada a carência da família ou dos membros que a compõem, quando a renda *per capita* é baixa ou por outras variáveis[79], faz o relatório social. Em seguida, encaminha as pessoas da família para cursos de capacitação ou recebimento de outros benefícios, como Programas de Transferência Direta de Renda, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou Programa Bolsa Família (PBF), e jovens acima de 14 anos para o PROFET e outras providências.

Em síntese, para a assistente social, o seu papel, como profissional do PROFET, é de "veicular aos sujeitos-usuários do Projeto a busca da concretude dos direitos deles".

---

[79] De acordo com Sposati (2007), é possível constatar a situação de inclusão ou exclusão social em qualquer localidade. No caso desta pesquisa foram analisadas as famílias dos participantes do PROFET por meio de amostra de 11 famílias. Assim, as variáveis são: a *autonomia* que é "a capacidade e a possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às idéias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado...". Presume-se que as necessidades ressaltadas acima possam ser supridas, sendo que o indicador é a remuneração do responsável pelo domicílio. Outras variáveis: *desenvolvimento humano*, determinado pelos anos de escolaridade do responsável pelo domicílio; a *qualidade de vida*, percebida pela situação habitacional das famílias, como acesso a água tratada, rede de esgoto, residência própria ou não, moradias precárias etc. e, por fim, a *eqüidade*, pela qual se verifica "o percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio, se é alfabetizada ou não, e a renda da mulher responsável pela família" (pp. 23-24).

3.4.1 Relatórios sociais das famílias dos participantes

Os relatórios sociais mensais do PCA/PROFET, demonstrados neste trabalho, foram realizados pela Assistente social, no ano de 2009 e revelam várias situações que constatam a realidade social das famílias dos participantes do PCA/PROFET, por meio da renda mensal e outros critérios como escolaridade, números de pessoas da residência, idade, número de pessoas empregadas etc.

Nos relatórios constam a dinâmica familiar e os pareceres descritivos da assistente social feitos na ocasião das visitas nas residências das famílias[80]. Os pareceres fazem parte de um dos itens das fichas cadastrais que são relatórios individuais de *Atendimento social* e compõem-se dos seguintes dados do adolescente e de sua família: a identificação pessoal, a situação habitacional, a situação de saúde, um quadro de informações sobre a composição familiar em seus vários aspectos: o grau de parentesco, idade, nível escolar, ocupação, local de trabalho e a renda.

Há também outras informações adicionais sobre recursos que complementam a renda da família, tais como pensão alimentícia, aluguéis de imóveis, trabalhos eventuais, auxílio de parentes, benefícios do governo, como os de transferência direta de renda, o PBF, o BPC etc. Outro item de coleta de dados cadastrais da família dos adolescentes é a situação econômica: a renda *per capita* e as despesas da casa.

Os relatórios da dinâmica familiar confeccionados pela assistente social do PCA/PROFET demonstram as várias realidades vividas. Para preservar a identidade dos adolescentes e das famílias, todos os nomes citados nos relatórios foram suprimidos, permanecendo apenas as referências à ascendência ou outros tipos de parentesco das pessoas citadas em relação aos adolescentes. Estes, por sua vez, serão identificados por código, com as letras do alfabeto.

Com os relatórios sociais dos participantes do PCA/PROFET foi possível conhecer a realidade social vivida pelos adolescentes. A pesquisa foi realizada com o auxílio da assistente social da instituição que forneceu 11 amostras de relatórios,

[80] As visitas são realizadas, normalmente, em carro oficial, sendo a assistente social acompanhada de um estagiário do curso de Serviço Social.

escolhidas, aleatoriamente, nos arquivos do PCA.

Esses relatórios serviram como intercessores para analisar a condição social das famílias dos participantes do PROFET. Segue abaixo, as informações constantes nesses relatórios que estão demonstrados em subgrupos:

Primeiro subgrupo: relatórios que descrevem a condição social de quatro famílias que se apresentam com renda baixa e situação vulnerável.

Caracterização das famílias	Relatório
- Renda *per capita*: R$ 193,40 - n. de pessoas que trabalham[81]: 01 - n. de pessoas da família: 03 - n. de filhos ou dependentes: 02 - escolaridade dos pais ou responsáveis: 4ª série (antigo primário) - idades dos responsáveis: 39 - idades dos filhos ou dependentes: 14 e 18 anos	Realizamos a primeira visita domiciliar para conhecimento da dinâmica familiar. A família é de composição monoparental feminina e está em condição financeira vulnerável, pois a fonte de renda é somente o aluguel de uma casa da mãe e o emprego da adolescente *(D)*, porém "o namorado da mãe a ajuda nas despesas da casa" sic. A adolescente *(D)* tem histórico depressivo, já tomou medicamentos e deveria estar em tratamento psicológico. Tentaremos encaminhar a adolescente.
- Renda *per capita*: R$ 155,00 - n. de pessoas que trabalham: 01 - n. de pessoas da família: 04 - n. de filhos ou dependentes: 02 - escolaridade dos pais ou responsáveis[82]: 2ª e 4ª série (antigo primário) - idades dos responsáveis: 52 e 48 anos - idades dos filhos ou dependentes: 16 anos	Não há o relatório descritivo desta família. Pela análise da ficha de Atendimento Social, foi possível constatar que: O adolescente *(E)* reside com os avôs maternos e um tio, sendo que o tio é analfabeto. O avô, responsável pelo domicílio recebe uma ajuda de custo dos filhos de R$ 220,00 por mês, o mesmo tem auxílio-doença, mas, há dois anos que ele não recebe o benefício.
- Renda *per capita*: R$ 130,25 - n. de pessoas que trabalham: 03 - n. de pessoas da família: 08 - n. de filhos ou dependentes: 06 -escolaridade dos pais ou responsáveis: ensino fundamental incompleto e ensino médio - idades dos responsáveis: 44 e 40 anos - idades dos filhos ou dependentes: 17, 16, 18, 19, 14 e 10 anos	Realizamos a primeira visita domiciliar para conhecimento da dinâmica familiar. A família é de composição patriarcal recomposta extensa e está em condição financeira vulnerável, sendo a renda *per capita* R$ 130,25. *A mãe* declarou que foi "casada com [...], tiveram 3 filhos e depois se separaram; voltaram a morar juntos depois de 13 anos, e ela trouxe 2 filhos do segundo casamento e ele 4 filhos" sic. Somente [...] trabalham e a renda dos

[81] Neste dado, como também todos os seguintes, inclui os adolescentes que trabalham pelo PROFET.

[82] Quanto à ordem dos dados, seguem o nível escolar, primeiramente referente à pessoa do sexo masculino, assim como as idades, no caso da presença de dois responsáveis na família.

[83] Nesta família, os filhos que estão sob a responsabilidade do casal somam seis adolescentes com idades

	adolescentes[83] contribui para as despesas da família. A moradia é própria.
- Renda *per capita*: R$ 191,25 - n. de pessoas que trabalham: 01 - n. de pessoas da família: 04 - n. de filhos ou dependentes: 02 -escolaridade dos pais ou responsáveis: antigo primário incompleto e ensino médio incompleto - idades dos responsáveis: 49 e 37 anos - idades dos filhos ou dependentes: 15 e 22 anos	Realizamos a primeira visita domiciliar para conhecimento da dinâmica familiar. A família é de composição patriarcal e está em condição financeira instável, pois o pai é autônomo e não tem renda fixa. O irmão mais velho da adolescente *(C)* faz alguns “bicos” mas atualmente está desempregado sic. O trabalho no PCA, como declarou a mãe tem sido de grande importância, pois além de complementar a renda da família, tem acrescentado no desenvolvimento da adolescente *(C)*.

Segundo subgrupo: relatórios que representam a condição social de duas famílias de renda baixa, porém com situação financeira considerada estável.

Caracterização das famílias	Relatório
- Renda *per capita*: R$ 159,50 - n. de pessoas que trabalham: 02 - n. de pessoas da família: 05 - n. de filhos ou dependentes: 03 - escolaridade dos pais ou responsáveis: 4ª e 2ª série (antigo primário) - idades dos responsáveis: 40 e 35 anos - idades dos filhos ou dependentes: 17,15 e 10 anos	Realizamos a primeira visita domiciliar para conhecimento da dinâmica familiar. A família é de composição patriarcal e a condição financeira, apesar de ser de renda *per capita* baixa está estável. A renda da adolescente *(B)* contribui para o orçamento da família.
- Renda *per capita*: R$ 196,25 - n. de pessoas que trabalham: 01 - n. de pessoas da família: 04 - n. de filhos ou dependentes: 02 -escolaridade dos pais ou responsáveis: antigo primário incompleto e ensino médio incompleto - idades dos responsáveis: 39 anos - idades dos filhos ou dependentes: 15, 20 e 16 anos	Realizamos a primeira visita domiciliar para conhecimento da dinâmica familiar. A família[84] é de composição monoparental feminina e está em condição financeira estável, apesar da renda *per capita* ser baixa (R$ 196,25). A mãe nos declarou que “o irmão é usuário de drogas e não trabalha nem estuda, já tentou interná-lo mas nunca conseguiu” sic. A renda da adolescente *(F)* auxilia nas despesas da família.

entre 10 a 19 anos. No texto foram ocultados os nomes das pessoas que trabalham, no caso é o pai, o adolescente do PCA e um irmão de 16 anos. Assim, onde se lê: “a renda dos adolescentes contribui para as despesas da família”, inclui o adolescente *(G)*, participante do PCA.

[84] Segundo consta na Ficha de Atendimento Social, a família é beneficiária do PBF e recebe R$ 20,00.

Terceiro subgrupo: relatórios que demonstram a realidade de duas famílias que se apresentam com renda média.

Caracterização das famílias	Relatório
- Renda *per capita*: R$ 306,00 - n. de pessoas que trabalham: 03 - n. de pessoas da família: 05 - n. de filhos ou dependentes: 03 - escolaridade dos pais ou responsáveis: ensino fundamental e superior - idades dos responsáveis: 56 e 50 anos - idades dos filhos ou dependentes: 24, 18 e 9 anos	Realizamos a primeira visita domiciliar para conhecimento da dinâmica familiar. A família é de composição patriarcal e esta em condição financeira estável. *A mãe* nos declarou que o trabalho foi muito importante para a adolescente *(A),* pois "a família estava passando por graves problemas com *a irmã* [...]; mas ela já está bem" sic. A adolescente *(A)* tem obtido bom desempenho no trabalho e sua renda é somente para seus gastos pessoais.
- Renda *per capita*: R$ 419,25 - n. de pessoas que trabalham: 03 - n. de pessoas da família: 04 - n. de filhos ou dependentes: 02 - escolaridade dos pais ou responsáveis: antigo primário completo - idades dos responsáveis: 46 e 49 anos - idades dos filhos ou dependentes: 16 e 20 anos	Realizamos a primeira visita domiciliar para conhecimento da dinâmica familiar. A família é de composição patriarcal e está em condição financeira estável. A adolescente *(L)* tem obtido bom desempenho no trabalho e sua renda é somente para seus gastos pessoais.

Quarto subgrupo: relatórios que descrevem a realidade social de três famílias que se apresentam com renda *per capita* alta, e com situação financeira favorável.

Caracterização das famílias	Relatório
- Renda *per capita*: R$ 767,50 - n. de pessoas que trabalham: 02 - n. de pessoas da família: 04 - n. de filhos ou dependentes: 02 - escolaridade dos pais ou responsáveis: ensino médio completo e incompleto - idades dos responsáveis: 50 e 36 anos - idades dos filhos ou dependentes: 18 e 13 anos	Realizamos a primeira visita domiciliar para conhecimento da dinâmica familiar. A família é de composição patriarcal e está em boas condições financeiras. A mãe nos declarou que o "trabalho tem contribuído para o desenvolvimento pessoal e profissional" sic. A adolescente *(H)* tem obtido bom desempenho no trabalho e também nos estudos.
- Renda *per capita*: R$ 802,70 - n. de pessoas que trabalham: 02 - n. de pessoas da família: 04 - n. de filhos ou dependentes: 02 -escolaridade dos pais ou responsáveis: superior - idades dos responsáveis: 43 e 35 anos - idades dos filhos ou dependentes: 17 e 13 anos	Realizamos a primeira visita domiciliar para conhecimento da dinâmica familiar. A família é de composição monoparental feminina e está em boa condição financeira. Há algum tempo houve a separação dos pais; o responsável não contribui com pensão alimentícia legalmente, mas supre todas as despesas da casa. A mãe já conhecia o (PCA) e encaminhou o filho (*adolescente I*), "pois acha importante pra a formação dele" sic.
- Renda *per capita*: R$ 699,25 - n. de pessoas que trabalham: 03	Realizamos a primeira visita domiciliar para conhecimento da dinâmica familiar. A família é de

- n. de pessoas da família: 04 - n. de filhos ou dependentes: 02 -escolaridade dos pais ou responsáveis: ensino médio e ensino fundamental incompleto - idades dos responsáveis: 42 e 41 anos - idades dos filhos ou dependentes: 17 e 15 anos	composição patriarcal e está em condição financeira estável. O adolescente *(J)* tem obtido bom desempenho no trabalho.

Das informações acima, pode-se inferir que o nível escolar das famílias dos participantes do PROFET é, em maioria, de *baixa escolaridade*. São três os responsáveis que têm o ensino superior completo, no ensino médio (completo e incompleto) são seis responsáveis, ensino fundamental (completo e incompleto) três responsáveis, e com poucas séries cursadas, nove responsáveis.

As famílias são também, em maioria, de renda *per capita* baixa. Das famílias analisadas a renda *per capita*[85] assim se compõe: seis famílias com até meio salário mínimo, duas famílias a renda aproxima-se de um salário mínimo e três famílias a renda está acima de um salário mínimo.

No geral, as famílias se encontram em situações variáveis, como de vulnerabilidade social que, na maioria dos casos, está presente nas famílias monoparentais de baixa renda. Há ainda, situações familiares consideradas favoráveis. A referência de cálculo para verificar a situação das famílias foi o indicador de vulnerabilidade, utilizado por Sposati (2007). A autora considerou renda baixa[86] - até meio salário *per capita*; renda média, meio salário a um salário mínimo *per capita*, e renda alta, um salário a um e meio salários mínimos *per capita.*

Segundo Demo (1996), a renda *per capita* define as condições da família:

> Se a pobreza é definida como insuficiência de renda, uma família é pobre quando sua renda *per capita* for tão pequena que não seja suficiente para adquirir os bens e serviços necessários para a sobrevivência adequada de seus membros. Determinar as causas da pobreza de uma família significa, portanto, identificar os fatores de que depende a renda *per capita* de seus membros (*Apud* PNUD/Ipea, 1996, p. 25).

O autor identificou algumas variáveis que interferem na capacidade de a

---

[85] A renda é com base em R$ 465,00, o salário mínimo anterior ao atual, de R$ 510,00.

[86] Os critérios adotados pelo governo para definição de *famílias de baixa renda* seguem o disposto na Lei 8.742/93: famílias que recebem até um quarto do salário mínimo *per capita.*

família angariar maiores recursos. Elas se relacionam aos seguintes fatores: baixa qualificação dos membros, composição da família de maioria crianças e idosos, muitos pessoas sem trabalho, e a "qualidade da força de trabalho". No ultimo caso, refere-se aos anos de estudo e qualidade dos ofícios desempenhados, que dependem dos cargos e funções exercidas (1996, pp. 87-88).

3.4.2 Relatórios sociais mensais

Existem outras modalidades de relatórios que são confeccionados mensalmente pela assistente social do PCA/PROFET. Eles relatam algumas situações peculiares dos participantes do PROFET. Esses relatórios também foram disponibilizados e selecionados pela assistente social.

São tipos de relatórios que fazem parte da descrição da dinâmica familiar de adolescentes encaminhados ao PCA por meio de outras instituições da cidade: o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Poder Judiciário. Os motivos da inserção desses jovens no PROFET são de caráter urgente, dada a situação de extrema carência financeira da família, com alto risco de vulnerabilidade social ou de desajustamento social, como de má conduta no convívio familiar e/ou social. Os motivos podem ser verificados nos referidos documentos de encaminhamentos. Os gestores do PROFET também confirmaram (por relato) tais ocorrências. Outros se referem aos adolescentes que passaram por processo de seleção para ingresso no PROFET e que necessitaram de acompanhamento de desempenho por causa de algumas situações peculiares como de comportamento no trabalho e, ainda, situações que evidenciam condições de vulnerabilidade das famílias e que por isso, necessitam de acompanhamento da assistente social.

Como exemplo dessa modalidade de encaminhamento de adolescentes, cita-se um exemplo, o documento (ofício) - CTA – Conselho Tutelar de Araxá - 053/2009, de 6 de abril de 2009, o qual determina à coordenadora do PCA: "[...] enquadre-o em uma das dez vagas que foram solicitadas para trabalhar com adolescentes em situação

de risco social"[87]. Nos dizeres finais do documento, exige-se o cumprimento da solicitação de encaminhamento de inserção do adolescente no Projeto, sob pena de ser impetrada ação judicial.

No relatório providenciado pela assistente social, que se trata do documento acima, foi constatada a situação de vulnerabilidade social da família do adolescente encaminhado ao PROFET, pois a renda *per capita* é muito baixa, em torno de R$ 100,00. A assistente social esclareceu no relatório que a solicitação do CTA foi atendida, tendo o adolescente sido dirigido à entrevista em uma empresa. O mesmo deveria regularizar os documentos pessoais e providenciar a declaração de matrícula na escola. Abaixo, está o relatório:

> Aos trinta dias do mês de Abril do ano de 2009, realizamos a visita domiciliar para conhecimento da dinâmica familiar do adolescente *(L)*, encaminhado ao PCA - PROFET (Projeto de Formação e Encaminhamento para o Trabalho) pelo Conselho Tutelar de Araxá-MG.
> A família é de composição patriarcal recomposta e está em condição financeira vulnerável, pois *o pai do adolescente (L)* está afastado do trabalho por problema na coluna, realizou perícia médica e não foi aprovado e está sem receber o benefício. Somente *o irmão* tem renda fixa (R$ 500,00). *A madrasta do adolescente (L)* tem depressão e *mas* atualmente não faz uso contínuo de medicamento. A renda *per capita* da família é baixa, cerca de R$ 100,00 e residem em moradia financiada (R$ 70,00).
> No encaminhamento recebido do órgão acima citado, obtivemos a informação declarando que o adolescente "*necessitava ser enquadrado em uma das dez vagas para adolescentes em situação de vulnerabilidade social*".
> No dia cinco do mês de Maio, atendemos o adolescente na sede o PROFET e o encaminhamos a uma entrevista de emprego (procedimento usual da Instituição). Esclarecemos que *o adolescente (L)* necessita estar freqüente na escola, tirar seus documentos pessoais e carteira de trabalho.
> Desta forma, aguardamos o desempenho do adolescente ao emprego que foi destinado, para este ser vinculado do PCA/PROFET.

O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente encaminha os adolescentes ao PROFET, com base na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, artigo 136, inciso III, alínea *a*, que trata das atribuições dos membros de Conselhos Tutelares:

---

[87] Segundo informação de profissionais do PROFET, o Conselho Tutelar solicitou dez vagas, a 6 de abril de 2006, para atender a adolescentes em situação de risco social da cidade, e que não fazem parte do Projeto.

"Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança". Para a concretização dos direitos da criança e do adolescente, conforme consta nas disposições preliminares do ECA. Cabe avaliar o efeito da intervenção desses órgãos, ou seja, até que ponto repercute negativa ou positivamente no desempenho dos incluídos, e mesmo no que se refere aos objetivos do PROFET - é possível aceitar o aprendiz sem a exigência da prova de seleção e a presença nos cursos de capacitação.

Outro exemplo de solicitação de emprego para adolescentes carentes foi um pedido do juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude, dia 9 de março de 2009. O documento tem a seguinte redação: "Pelo presente, solicito a V.S.ª que promova a inclusão dos menores supramencionados no Programa para a Criança e o Adolescente".

A partir da solicitação do juiz foi realizado o trabalho de visita à família dos adolescentes, sendo que um deles ainda não tinha idade de ingressar no Projeto. As condições da família e a inviabilidade de inserir o adolescente no PROFET, por ele ser impedido por lei, naquela ocasião, de exercer a atividade de aprendiz, foram ressaltados no relatório da assistente social, conforme mostra o relatório abaixo:

> Aos seis dias do mês de Maio do ano de 2009, realizamos a visita domiciliar para conhecimento da dinâmica familiar da adolescente *(M)*, [...] encaminhada ao PCA - PROFET (Projeto de Formação e Encaminhamento para o Trabalho).
> A família é de composição monoparental feminina e está em *condição* financeira vulnerável, pois somente *a genitora* tem renda fixa de R$ 465,00 e residem em moradia alugada (R$ 150,00). A remuneração *da genitora* vem do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pois a mesma é doente mental e faz tratamento e uso de medicação contínua. A genitora "já ficou internada por várias vezes, mas agora está controlada e passa bem com os remédios" sic.
> A adolescente está regularmente matriculada e freqüente em estabelecimento público de ensino e "tem bom comportamento" sic. *A adolescente (M)* não tem contato com o pai e também não recebe pensão alimentícia. *A genitora* nos relatou que recebe pensão alimentícia somente do filho mais novo, [...] de R$ 240,00. Porém, quem "toma conta do dinheiro e paga o aluguel e a padaria, é [...], tia e tutora *da genitora*" sic.
> Desta forma, foi possível constatar através do estudo social que a família está em situação de vulnerabilidade social, tendo renda *per capita* de R$ 235,00. Assim incluiremos a adolescente no PCA - PROFET, passando pelas etapas do Projeto, curso de capacitação e encaminhamento para o primeiro emprego. No entanto, *o filho mais novo*, não está enquadrado para nos princípios do

> Programa, pois conforme o Art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente "é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz; proíbe o trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos", tendo este apenas 12 anos de idade.

A seguir, apresenta-se outra modalidade de relatório que demonstra situações singulares que a assistente social faz o acompanhamento e registra os acontecimentos, como um caso de dispensa de uma adolescente:

> Aos quatro dias do mês de Maio do ano de 2009, realizamos visita domiciliar para conhecimento da dinâmica familiar *da adolescente (N),* atendida pelo PCA - PROFET (Projeto de Formação e Encaminhamento para o Trabalho).
> A família é de composição monoparental feminina (mãe e filhos) e está em condições vulnerável, pois *a mãe* é diarista e não tem renda fixa (R$ 300,00). Há também despesa com habitação (R$200,00). Já o pai, não reside com a família, mas contribui com pensão alimentícia (R$ 200,00) e os filhos estão vinculados ao seu plano de saúde (UNIMED).
> A adolescente se inscreveu no PROFET, foi aprovada na avaliação e encaminhada ao trabalho, porém "foi mandada embora pois foi pega bebendo cerveja no serviço" sic. Desta maneira, *a adolescente (N*) foi desligada do Projeto, assim como consta no regulamento interno do mesmo.
> Porém, no ato da visita domiciliar, *a mãe* questionou a atitude do Projeto, declarando que a filha "não sabia que isto não poderia ser feito e que deviam informá-la antes" sic.
> Esclarecemos a mãe que existem normas e princípios que regem o Projeto e também as empresas vinculadas. Sendo assim, efetuamos o desligamento da adolescente do PROFET.

Constata-se que a condição financeira da família era instável, por ser de composição monoparental feminina. A responsável pela residência não tinha trabalho fixo e recebia apenas pensão alimentícia de menos de meio salário mínimo. O relatório demonstra situação de *extrema vulnerabilidade* da família.

Há, ainda, alguns casos, que existem no seio da convivência cotidiana laços de solidariedade, apoio e ajuda mútua. Parentes repassam recursos aos seus familiares ou até pela prestação de favores, como o caso demonstrado no relatório abaixo:

> Aos vinte e cinco dias do mês de Junho do ano de 2009, realizamos a visita domiciliar para conhecimento da dinâmica familiar do *adolescente (O)*, encaminhado ao PCA - PROFET (Projeto de Formação e Encaminhamento para o Trabalho) pelo Conselho Tutelar de Araxá - MG.
> O adolescente reside com os avós maternos "desde cinco (5) anos de idade"

> [...] A família é de composição patriarcal extensa e está em condição financeira vulnerável, pois o avô *do adolescente (O)* está afastado do trabalho por vários problemas de saúde (Diabetes, Hipertensão, Artrose), realizou perícia médica e não foi aprovado e está sem receber o benefício. Somente *o tio-avô do adolescente (O)* tem renda em média de R$ 400,00, por alguns bicos.
> A avó *do adolescente (O)* nos declarou "que pela dificuldade financeira que estão passando, os filhos que moram em [*outra cidade*] mandam todo mês R$ 220,00, e uma cunhada paga a conta de telefone" sic.
> No dia vinte e seis do mês de Junho, atendemos o adolescente na sede o PROFET e o encaminhamos a uma entrevista de emprego (procedimento usual da Instituição). Esclarecemos que *o adolescente (O)* necessita estar freqüente na escola.
> Desta forma, aguardamos o desempenho do adolescente ao emprego que foi destinado, para este ser vinculado do PCA/PROFET.

Retomando o capítulo dois, constata-se que a autora Telles (2003) posicionou sobre a questão da unidade da família em favor da sobrevivência. A família apresenta-se como "pilar" que sustenta as adversidades ou os "tempos difíceis". Nesse caso, quando o responsável pelo domicílio estiver desempregado, quando há crise do emprego, estiver exercendo trabalho precário e/ou informal, ou quando a renda mensal é insuficiente para cobrir as despesas da casa etc., a sobrevivência será garantida dependendo do esforço individual dos componentes. Quanto ao jovem, ele terá o papel de "reforço" na receita para custear despesas, e mesmo sua independência financeira contribuirá com a estabilidade financeira da família.

Em conclusão, a importância de políticas públicas, como o PCA/PROFET, está em possibilitar ao jovem a oportunidade do primeiro emprego, e com isto projetar-se em um futuro melhor, inserindo-se no mercado de trabalho para no futuro concorrer para uma vaga de emprego permanente, e não mais temporária, como no tempo de aprendiz. Se essa é a expectativa de um jovem ingressante no PROFET, e se há outras buscadas pelos sujeitos envolvidos no Projeto, serão concluídos a partir dos dados coletados da pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas.

CAPÍTULO IV

A Qualificação Profissional de Adolescentes em Araxá:
avanços e desafios

A juventude é compreendida como um tempo
de construção de identidades e
de definição de projetos de futuro [...]
Soares; Rizzini; Bush (2010)

4.1 A motivação e o interesse dos participantes

O PCA/PROFET, na atualidade, tem um conceito considerável na comunidade de Araxá. Por ser uma política implantada há tempos na cidade, é comum o interesse de setores da sociedade, em aproveitar a oportunidade que o PROFET oferece: o primeiro emprego. Na medida em que os adolescentes completam a idade certa, e atendam os requisitos de ingresso (idades acima de 14 anos, estar matriculado em escolas de educação básica, ensino fundamental ou médio), as mães ou os responsáveis incentivam os filhos ou dependentes a procurarem o PROFET. Os jovens também são atentos, partindo deles próprios a iniciativa de procurar o Projeto. Muitos são informados da existência do PROFET por meio da indicação dos colegas de escola, de amigos etc. Mesmo constando que essa política é ainda desconhecida por boa parte da população.

Há de se considerar, a necessidade dos jovens de ingressar num programa de qualificação profissional. Para Gonzalez (2009, p. 120) o governo deve priorizar diferentes opções de políticas de emprego aos jovens tendo em vista as situações de desemprego e das ocupações precárias vividas por este segmento. Segundo o autor, há dois tipos de intervenção para a transição dos jovens para o mundo adulto: as *políticas de incentivo a contratação* de jovens e a da *postergação da inatividade* que (des)incentiva o início do trabalho. No caso, do PROFET, ele é visto como uma terceira opção de política, também citada pelo autor, a que combina a inserção do jovem no mercado com o prosseguimento dos estudos.

Conforme foi demonstrado neste trabalho, os jovens brasileiros são em maioria oriundos de famílias de renda baixa. A entrada do jovem no mercado de trabalho é associada à necessidade da família de acrescentar uma renda para a sobrevivência. Tanto mais desfavorável for a condição financeira da família, maior possibilidade do jovem iniciar a ocupação mais cedo e sair da inatividade. E devido a necessidade de inserção no mercado, tem sido comum a primeira ocupação juvenil ser marcada pela instabilidade e por condições de trabalho precárias e, geralmente, piores do que a do adulto (Pochmann, 2000).

Por outro lado, as pesquisas revelaram que os jovens, em tempos atuais, têm adiado a saída da casa dos pais ou responsáveis. Muitos permanecem sob o mesmo teto por um longo período ou ainda permanecem na residência dos pais até na condição de cônjuge ou de responsáveis. Essa é uma das razões para considerar o trabalho importante para complementar a renda familiar. Outras pesquisas demonstraram a conciliação de trabalho e estudo ocorrer em maior incidência entre os jovens de família com renda inferior a um salário mínimo *per capita*. Assim, o interesse do jovem em ingressar no PROFET, pode ser a garantia de trabalho e renda.

No capítulo três, foi analisada a realidade social das famílias dos participantes do PROFET. Há famílias em variadas situações de carência, principalmente a financeira. Domicílios com responsáveis monoparentais femininos, idosos (presença de pessoas fora de idade produtiva na residência), escolaridade baixa, problemas de saúde, pessoas sem trabalho fixo e outras, são situações que agravam a condição social das famílias. No geral, a renda média dos participantes não ultrapassa a um salário mínimo *per capita* (Coordenadora de Recursos Humanos - RH).

Os entrevistados, ao serem indagados acerca da condição vivida por eles e suas famílias, corroboraram algumas das realidades acima descritas. A exemplo, foi constatada a existência de famílias monoparentais tendo a mãe a responsabilidade pelos filhos e crianças, todos com idades inferiores a 18 anos. Na casa residem 5 pessoas, a mãe e seus dois filhos menores, sendo a filha mais velha, de 16 anos, a única na faixa etária jovem, que já constituiu família e tem duas crianças. A renda da família é de R$ 600,00.

Ainda, existem casos extremos de vulnerabilidade[88] de famílias no PROFET. Já foram verificados casos de famílias contarem apenas com o salário do aprendiz para cobrir as despesas da casa (meio salário mínimo[89]), conforme relato da

[88] De acordo com fundações de pesquisas, como o Sistema Educacional de Análise de Dados – SEAD, a vulnerabilidade social é classificada em alta, média e baixa com várias combinações entre a renda, nível escolar, concentração de pessoas, como de idosas, crianças, chefes de domicílio jovens etc. Com as combinações se chegam ao índice de vulnerabilidade da família (Kon, 2009, p. 80).

[89] A lei do aprendiz estabelece o pagamento um salário mínimo/horas ao contratado. Porém, a lei não impede que haja outros tipos de acordo, como por meio de convenção coletiva, o pagamento de salários de acordo com o piso pago na localidade, pagamento de vale-transporte etc. (Kon, 2009, p. 84).

Coordenadora de RH. Funcionária do PCA, há mais de 10 anos e por ter contato direto com as famílias e os participantes do Projeto, ela está sempre informada de distintas realidades sociais. Segundo ela, ingressaram recentemente dois adolescentes dos quais a renda da casa é só a deles, onde residem 5 pessoas. Neste caso ou em outros semelhantes, os profissionais do PROFET encaminham a família necessitada para ser beneficiária do SOS até que a situação delas se normalize, ou seja, os pais conseguirem emprego, ou alguma atividade remunerada, pois, como é fato, *a fome não espera*. Seguem-se outras providências, os encaminhamentos para programas do governo como Bolsa Família, BPC e outros projetos sociais. Na percepção da ausência de habilidades ou qualificação para o trabalho dos pais ou responsáveis, os profissionais do PCA fazem encaminhamentos para programas de capacitação como os promovidos na Secretaria do Desenvolvimento Humano (SDH), aos cadastrados e beneficiários do Bolsa Família.

A participação no Projeto acrescenta na qualidade de vida das famílias (conforme relato de um adolescente, de família monoparental composta por 4 pessoas). O entrevistado reside com a mãe e mais dois irmãos e, segundo ele, com o salário auferido como aprendiz, ele passou a contribuir com as despesas da casa.

> Minha mãe, ela é muito grata ao programa. Porque eu e meu irmão fomos beneficiados com o programa. Não só eu, mas meu irmão também participou do Projeto e, desde o nosso primeiro salário a gente participou das finanças da casa, das despesas da casa. Então minha família toda é muito grata ao programa (Adolescente participante – masculino).

Conforme se vê no relato acima, é comum notar o interesse de outros componentes da família em ingressar no Projeto, como os irmãos dos adolescentes aprendizes. As mães se empenham muito para que os filhos sigam o mesmo caminho dos irmãos que já passaram pelo Projeto. Para a mãe entrevistada, o Projeto foi muito bom para o filho participante atual "uma oportunidade muito boa. [...] Aí, a mesma coisa eu quero que acontece com o meu outro filho." Ela ressaltou estar antecipadamente preocupada, por atribuir ao outro filho "ser mais fraco, na escola". Assim, a mãe já argumentou ao filho para que melhore nos estudos, tendo por meta, no próximo ano, ele ser aprovado na seleção para ingresso no PROFET.

Na fala da mãe de adolescente participante atual ficou patente, no exposto feito anteriormente, a preocupação quanto à carreira profissional do filho: a entrada

precoce no mundo do trabalho e ainda de forma precária. Isso tem sido uma preocupação de pesquisadores, da sociedade civil e dos formuladores de políticas no geral. Há de se considerar ainda que, no Brasil, a freqüência desse tipo de inserção no mercado de trabalho não pode ser subestimada. Como já enfatizado, por causa da carência de recursos das famílias, a pobreza, muitos adolescentes começam desde cedo a exercer alguma atividade (muitas vezes, bastante precária) para ajudar ou até mesmo se responsabilizarem pelo orçamento doméstico familiar. Por outro lado, há de concordar com a atenuante, do quanto isso pode prejudicar os estudos dos jovens. Por causa disso, os programas de qualificação profissional podem ser uma alternativa de possibilitar ao jovem conciliar o trabalho com o estudo, pelo fato da carga horária ser compatível ao horário de escola, conforme determina a lei 10.097 que, no artigo 432, estabelece que o horário de trabalho do aprendiz não poderá exceder a 6 horas por dia. Somente poderá atingir 8 horas por dia, na condição de o aprendiz já ter concluído o ensino fundamental, e ainda deverão ser incluídas nestas horas as aulas destinadas à parte teórica da aprendizagem.

Na atualidade, uma das maiores dificuldades enfrentada pelos jovens é em decorrência da falta de vagas no mercado de trabalho formal ou a ausência da criação de novos postos de trabalho. No estudo do emprego formal na cidade de Araxá foi constatado que não tem havido muitas oportunidades de emprego. O saldo da variação de empregos foi relativamente baixo nos anos de 2003 a 2007. Há evidências da percepção na sociedade sobre as dificuldades do jovem para ser incluído no mercado de trabalho formal. Conforme diz o Representante de política local, o trabalho do PROFET tem que ser valorizado e também incrementado, devido as dificuldade do jovem de encontrar um emprego. Conforme ele diz, seria mais difícil para o jovem “se não existisse este tipo de programa.” Por isso, os jovens valorizam o PROFET:

> Eu acho essencial o PCA para a comunidade em geral. E para ingressar na carreira profissional é ótimo. E o que você aprende, o que você adquire de conhecimento vai ser para a vida inteira. Porque é o início de sua carreira. [...] Eu não vejo a comunidade hoje, sem o PCA (Adolescente participante - feminino).

No geral, além do empenho dos pais ou responsáveis, os adolescentes demonstram interesse em participar do PROFET. E como participantes tendem a

permanecer nos cursos de capacitação. De acordo com as informações da Coordenadora de RH, dos adolescentes ingressantes no Projeto e que participam do curso preparatório, 80% são inseridos no mercado de trabalho. O restante dos adolescentes, os 20% deles se enquadram na estatística dos desistentes.

A Coordenadora de RH ressaltou dois casos de desistência que ocorre com maior freqüência: primeiro, são os adolescentes que sai da condição de aprendiz por um salário melhor; e, em segundo, aqueles que durante o curso de preparação desistem também da escola. Observa-se aqui a correlação dos dados que tratam da evasão das escolas de Araxá, com a que ocorre no PROFET.

Os adolescentes de idades de 14 a 16 anos, são os que em maior número tem procurado o PROFET. Por isso, a evasão escolar pode ocasionar a exclusão também do Projeto, pois se exige do adolescente a regulamentação do curso, ou seja, a matrícula e freqüência em escolas. Porém, não foi possível constatar se a evasão dos aprendizes tem maior incidência dos que cursam o ensino fundamental ou médio. Pois, como foi observado no capítulo um, a evasão é mais relevante no município nas matrículas de nível médio.

Há também outros tipos de desistência, e que ocorrem durante a realização do curso de capacitação, referem-se à migração, quando há mudança de cidade.

Ainda sobre os casos de desistência, na opinião da Coordenadora de RH os adolescentes desistentes do Projeto durante os cursos de capacitação são aqueles que "não conseguem entender que eles estão num processo de aprendizagem. Ele não é um trabalhador. Ele é mesmo um adolescente em formação com a possibilidade de depois ser inserido mesmo como adulto no mercado de trabalho". Pode-se sugerir daí que o interesse maior do adolescente pelo projeto é o primeiro emprego. Enfim, a desistência do Projeto não é significativa, considerando que a grande maioria dos adolescentes permanece até o final do curso de preparação e são encaminhados para o mercado de trabalho e com uma boa absorção nas empresas da cidade (Coordenadora de RH).

No primeiro emprego, os jovens encontram dificuldades, tanto na realização das atividades como nas relações de trabalho. A fala a seguir, retrata como os primeiros contatos dos jovens com as chefias imediatas, gerentes ou gestores, geram inseguranças e o "medo de errar" no desempenho das atividades:

> A minha dificuldade que tive, e até, eu agradeço muito minha primeira chefia, que me questionava muito, me punha muito para frente. Justamente por isso: eu era muito tímida em fazer uma coisa que não era pra fazer. Entendeu! Era muito limitada. Eu mesmo me limitava. [...] Era medo de errar. [...] A gente tem esse medo que acho que todo mundo tem esse medo. Será que *tô* fazendo certo, se eu *tô* fazendo errado. Será se eu fizer isto vai prejudicar em alguma coisa. Então o que eu mais tive dificuldade é até pegar a essência da coisa. Você pegou, então é assim: eu tenho este período para fazer, este período para entregar. O que eu vou fazer, dá tempo, até pegar a confiança naquilo que a gente faz. Então, a minha dificuldade foi realmente as minhas limitações impostas. Será que eu posso fazer isto, será que eu não posso fazer isto. Então são estas as dificuldades que eu tive (Adolescente participante - feminino).

Para a adolescente, esta situação prevaleceu na sua primeira experiência de emprego, conforme enfatizou: "eu não tinha noção nenhuma de emprego, nenhuma". Foi na segunda experiência que a adolescente, ao ter contato com as pessoas, informações, como também percebendo a maneira de cada chefia conduzir as atividades, teve que ir se adaptando ao modo de conduzir as atividades das referidas chefias, o que na percepção dessa adolescente "é ótimo, tudo é experiência."

A adolescente, até o momento da entrevista, havia passado por duas experiências de emprego. A primeira empresa passou por uma reestruturação na área administrativa e, com as mudanças ocorridas, a adolescente foi despedida. Ela retornou para o PROFET e foi encaminhada para outra empresa a fim de terminar o contrato de aprendiz.

Do mesmo modo, surgem outras abordagens que se referem às dificuldades enfrentadas no primeiro emprego. A opinião a seguir sugere o problema da primeira experiência também estar relacionado à adaptação:

> Eu acho que as dificuldades assim, foi em questão mesmo da adaptação. Porque até então eu entrei na empresa, eu tinha dezesseis anos, já havia trabalhado em outros lugares, mas por pouco tempo, temporário, [...] Eu não tinha domínio nem conhecimento do que eu fazia. Eu acho que no começo a dificuldade mesmo foi em questão de aprender, de conhecer mesmo o que eu estava fazendo e adaptar nessa nova rotina. Porque eu tinha contato com os diretores de empresa, com pessoas importantes, com vários gestores e até então isto era muito novo para mim (Ex-participante bem sucedida[90]).

---

[90] Atualmente, a jovem ocupa um cargo importante, sendo responsável por um Departamento de Recursos Humanos - RH de uma empresa de médio porte de Araxá onde ela exerce a função de Analista de Recursos Humanos. A jovem entrevistada ingressou no PROFET aos 16 anos e hoje está com 20 anos. Segundo o próprio relato da jovem, a promoção na empresa deveu ao seu esforço pessoal. Ela iniciou

No relato descrito, é possível perceber situações precárias de trabalho vivenciadas pela jovem: temporário ou instável. Não foi possível precisar que tipo de trabalho a jovem havia realizado antes de ingressar no PROFET. O que se pode deduzir é que os primeiros contatos, no mundo do trabalho da referida jovem, não foram suficientes para que ela percebesse a dimensão necessária do que seja, de fato, uma primeira experiência de emprego.

Conforme foi tratado no capítulo dois, autores como Pochmann (2001) e Dupas (1998) sugerem que o trabalhador, nos últimos tempos, perdeu em termos expressivos, tanto na qualidade como na quantidade de seus empregos. Somando-se a isto, a perda dos direitos adquiridos como resultado da luta empreendida pelo proletariado. Com a predominância da globalização econômica financeira e da interferência das multinacionais no processo de (re)ordenamento dos espaços produtivos mundiais, ela refletiu em precárias condições de trabalho. A perda dos empregos ocasionou a informalidade crescente, principalmente nos países pobres, nos quais as mudanças do capitalismo repercutiram de forma mais negativa do que os países de centro. Castel (2008) enfatizou a flexibilidade na produção para aumentar os lucros das grandes empresas. Com isso, a sociedade assalariada, organizada a partir do trabalho sob proteção do Estado, passa por um processo de *desassalariamento*, ou seja, vem predominando a precariedade nas relações contratualistas de trabalho e a informalidade.

O enfoque dado às dificuldades dos adolescentes no primeiro emprego mostra a importância de o adolescente ser qualificado antes de ingressar no mercado de trabalho. Os cursos de capacitação tornam-se essenciais para proporcionar aos adolescentes maior segurança no desenvolvimento das atividades e funções nas empresas. Eles poderão ajudar aos adolescentes até nos primeiros contatos com os gestores, diretores, com maior tranqüilidade e de maneira mais natural. Os relatos dos adolescentes das dificuldades de adaptação no trabalho podem ser considerados um viés importante para análise da eficácia dos cursos de capacitação.

---

como aprendiz do PCA, tendo permanecido por um ano, na função de auxiliar de Recursos Humanos. Após esse tempo, houve a promoção para *Trainee* de Recursos Humanos e três meses, depois ela foi promovida a Assistente de Recursos Humanos.

Nesse sentido, suponho que essa questão precisa ser colocada como prioridade nos cursos de capacitação e os profissionais, envolvidos nesta etapa percebam a importância de preparar também os jovens para esses primeiros contatos, já que no dizer dos adolescentes, eles chegam ao mercado *sem nenhuma noção* acerca do mundo do trabalho. Nessa perspectiva, a importância dos cursos de capacitação está em proporcionar as primeiras informações aos participantes do PROFET. No dizer da adolescente participante atual: "a etapa mais importante é o período que está aqui dentro. Porque a informação é tudo."

Na opinião da jovem, ex-participante do Projeto, o PCA funciona bem e não falta empenho dos gestores da instituição para inserir o adolescente no mercado de trabalho. Ela atribui como dificuldades do PROFET a falta de vagas e também a oferta de maiores oportunidades aos aprendizes do PCA/PROFET por parte do empresariado local. Ela concorda também que falta maior colaboração dos empresários em "olhar com bons olhos, até mais, o PCA" o que se percebe no relato a seguir:

> Têm muitas inscrições lá, muitos jovens querendo trabalhar, porque falta vaga aqui em Araxá, que é difícil também surgir vaga que *tá* faltando, muitas. [...] Falta oportunidade. E ainda as empresas têm muito receio, né, de pegar os "PCAs" porque são muito novinhos. Às vezes, pensam que eles não vão ter responsabilidade.

As falas de alguns entrevistados, como a do Representante da política local, contradizem com a suposta "falta de responsabilidade" atribuída aos adolescentes por parte do empresariado com a justificativa do fator idade para trabalharem nas empresas. Para ele, os aprendizes têm se esforçado com a oportunidade do primeiro emprego. O relato a seguir, demonstra o enunciado:

> [...] o perfil que eu vejo é que eles são pessoas esforçadas que estão aí, vamos chamar numa 'selva' que é o mercado de trabalho hoje, né! Que exige cada vez mais de quem está entrando e que as oportunidades, as vagas vão diminuindo e a quantidade de pessoas que procuram por elas vão aumentando. Então eu vejo assim, que, pelo que eu sei pelo que eu converso [...] com a equipe lá, que muitos quando vencem a sua condição de aprendiz são aproveitados, continuam na empresa. Então, é sinal que o trabalho foi bem feito (Representante da política local).

A partir das constatações do entrevistado, pode-se dizer que a oferta e a demanda por vagas no mercado tornam-se um divisor de águas quando a relação dual

prevalece no mundo do trabalho. Porque, por um lado, diminui a oportunidade de emprego e, por outro, aumentam os que procuram emprego. Por causa disto, os empresários ao ofertarem vagas no mercado passam a exigir alguns quesitos do trabalhador: tanto a qualificação como a experiência prévia. Esses podem ser alguns dos motivos para muitos adolescentes terem permanecido nas empresas até o final do contrato de aprendiz.

Para Pochmann (2001), a partir dos anos de 1970, os trabalhadores passaram a constituir “um excedente de mão-de-obra” (p. 81). Nessa situação, eles passaram a formar duas categorias, a dos desempregados abertos e a dos subempregados. O autor enfatizou que, “o desemprego em massa na economia global não constitui uma novidade histórica, assim como sua forte interface com a pobreza e a exclusão social.” (p. 82). Alguns autores conjeturam a exclusão social a partir da perda do emprego formal que se transforma em desempregados de longa duração. A falta de oportunidades de emprego agrava-se nos países pobres, sobretudo devido à ausência de políticas sociais que atendam universalmente toda a população. Dupas (1998) enfatizou a questão da renda da população nos países pobres, ser dependente do trabalho. E as conseqüências se tornam dramáticas, à medida que aumenta a *cadeia dos excluídos*.

Outras formas de exclusão social incidem sobre os jovens, que têm encontrado dificuldades para fixar-se em ocupações estáveis (Pochmann, 2004). Pode-se dizer que o empenho dos aprendizes, no cumprimento das atividades de trabalho com mais responsabilidade, pode ser apontado como resultado dessa tendência, e outras dificuldades acrescidas à diminuição de vagas no mercado.

A perda do emprego formal tem sido uma constante, desde o final do século passado, quando se iniciou a reestruturação da produção nas empresas para aumentar a acumulação de capital, com investimentos em tecnologia, de novas técnicas de trabalho (*jus in time e kanban,* no toyotismo). Daí por diante, a sociedade enfrenta os efeitos perversos dessas mudanças: o desemprego, relações de trabalho mais precárias na produção, nas formas de subcontratos, terceirização, redução de horas de trabalho etc. Lazzareschi (2009). Cada dia há menos vagas, homens e mulheres saem em busca de encontrar um labor, ou seja, qualquer um, conforme os estudos da precarização estrutural do trabalho (Antunes, 2010).

A diminuição da oferta de vagas em postos de trabalhos formais, o aumento do desemprego solapam a capacidade do trabalhador de pleitear uma vaga conforme as suas preferências. Devido à necessidade de contar com a primeira experiência para se estabilizar num emprego, o jovem pode deparar com situações em que ele seja obrigado a se sujeitar, como por exemplos as atividades consideradas limitadas. Situação similar a do enunciado, foi constatada durante as entrevistas, no relato do adolescente participante acerca de sua primeira atividade exercida como aprendiz. Ele afirma não ter gostado de sua primeira função na empresa, apesar de exercê-la apenas por um mês. Consciente das dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, sem nenhuma experiência, a atitude do adolescente foi de:

> Eu queria pelo menos uma experiência de trabalho. Então, eu fiz tudo para passar na entrevista e graças a Deus eu consegui. Passei. Agora a função em si, eu não gostei. Como eu não gostei o que eu pensei: eu vou tentar pegar cantinho em algum serviço administrativo, alguma coisa que eu podia ajudar. Então como trabalhava num local operacional e todo local operacional tem a parte administrativa eu visitava o administrativo e perguntava alguma coisa que podia ajudar (Adolescente participante – masculino).

Para o adolescente, a função era limitada, e ele considerou que poderia contribuir mais, pois era *Aprendiz de Repositor* num centro de distribuição de produtos. Embora se deva ressaltar que o fato de ter ocorrido esta experiência com o adolescente entrevistado, não significa que isso seja uma constante. Durante a pesquisa foi possível constatar que o Projeto é fiscalizado pelo MTE e os gestores procuram seguir a CBO, na qual constam as funções profissionais que requerem a aprendizagem.

Retomando a questão da primeira experiência de emprego relatada pelo adolescente, mediante a situação encontrada, sua atitude foi de buscar contatos em outros setores da empresa, com o intuito de pleitear uma vaga de auxiliar administrativo. Após algum tempo, ele conseguiu ocupar a vaga de uma funcionária que pediu demissão na empresa e passou a exercer a função de auxiliar num setor administrativo. A partir daí surge uma nova atividade que, para ele, era desafiadora:

> [...] me exigiu mais. Porque aí já era ligado à competência eu já tinha que saber mesmo fazer um trabalho, já era ligada a comportamento e envolvia um tanto de coisas, atendimento: tinha atendimento com fornecedor, atendimento com os próprios clientes que às vezes ligavam lá e com a

> Diretoria que até então eu não tinha. [...] Então isso serviu para meu desenvolvimento pessoal e profissional.

A Representante de empresa confirmou que os casos de desistência de aprendizes são poucos. Pelo menos 80% dos adolescentes cumprem o contrato até o final, firmado entre a empresa e o PCA/PROFET. Nos poucos casos de desistência, o motivo pode ser associado também à falta de desafio, situação similar à demonstrada acima. Ela relatou que houve um caso de uma adolescente que a procurou e disse que "já havia aprendido tudo e tinha domínio do que estava fazendo. A atividade não me desafia mais, e sei que posso ir além disto. Tem outra atividade que eu possa aprender?" (Representante de empresa).

Ainda para a entrevistada, os aprendizes, por iniciativa própria, ao procurar os gestores da empresa e expor as suas dificuldades, facilitam o direcionamento deles para outras áreas:

> Quando acontece isto facilita. Por que aí na primeira oportunidade que há a gente já tenta direcionar a pessoa para aprender mais. Até porque o PCA é para aprender. É aprendiz. Então, para se identificar para poder conhecer outras áreas. Tem abertura para isso. Mas, assim, tem alguns que são mais fechados, às vezes não falam, às vezes estão com problemas na família, não se abrem, e se comprometem, às vezes faltam. Mas, assim, são raros os casos.

Os casos demonstrados apontam para o direcionamento de uma análise da motivação, a vontade de aprender dos adolescentes. Isso pode também assinalar como causa dos índices de evasão do Projeto se situar em patamares baixos. As palavras da adolescente participante trazem essa conotação:

> Eu iniciei trabalhando na rede *Ouro Minas*[91] que é de hotelaria. Então eu fiquei um ano e dois meses trabalhando no hotel. Eu trabalhei como recepcionista e passei por várias áreas que achei interessante que deu para mim ver aonde que mais me adaptei.

A pesquisa demonstrou que empresas vêem os adolescentes do PROFET de forma positiva. Foi citado um exemplo de atuação de aprendizes no setor de auditoria de uma empresa onde dez deles exercem suas funções. Consiste numa atividade específica em que os aprendizes acompanham o débito e o crédito de cada consultor. Embora seja

---

[91] Rede de hotel que administrou o Grande Hotel do Barreiro e as termas de Araxá.

uma atividade operacional, o exercício da função demanda responsabilidade, e precisa de uma ordem. Nessa função os aprendizes têm contato com gerentes, há situações de conflitos que, eles têm de resolver, usar do bom senso, e ainda usar várias habilidades. Segundo a entrevistada, na observância de situações como a apresentada é que os gestores conseguem avaliar o desempenho deles. Assim, considera-se adequado o aproveitamento nessa área. Foram ressaltadas qualidades dos aprendizes quanto à freqüência ao trabalho e à participação. Ela enfatiza:

> Em termos de freqüência de virem até a empresa, em termos de participar, de não ter falta, esse tipo de coisa, a gente não tem problemas. O desempenho é muito bom. Além desta situação de comportamento, de habilidade técnica mesmo [...] É porque lá no PCA eles têm também um acompanhamento.

A entrevistada percebe também a motivação dos aprendizes, "até mais que os funcionários da empresa, os nossos *colaboradores*"[92] o que ela atribui à primeira oportunidade de ingressar numa empresa de grande porte. "Eles vêem isso como positivo" e assim, os aprendizes valorizem a oportunidade do primeiro emprego.

4.2 A percepção dos entrevistados: das etapas e do funcionamento

Para ingressar no PROFET o primeiro critério observado é a *matrícula* do adolescente em escolas de Educação Básica, ou seja, demanda que ele tenha vínculo escolar, principalmente aos que não tiverem concluído o ensino fundamental. A Lei da Aprendizagem, no artigo 428, aponta as seguintes condições para programas de formação profissional:

> A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

---

[92] O termo *colaborador* tem sido usado para designar os trabalhadores multifacionais e flexíveis, ou seja, adaptado as novas exigências da empresa que passou por uma reestruturação e utiliza técnicas inovadas na produção, o novo taylorismo e fordismo (Antunes, 2010, p. 107).

Se o adolescente não tem o comprovante de matrícula no momento da inscrição no PROFET, solicita-se que ele regularize a situação. Somente após a efetivação de matrícula e apresentar-se com o comprovante, o adolescente poderá se inscrever para a *prova de seleção*.

O critério que adota a prova de seleção como forma de ingresso no Projeto começou a ser utilizado a partir da segunda metade desta década, possivelmente de 2006 em diante. Por isso, existem jovens que ingressaram no Projeto sem participar dessa etapa, como foi o caso da adolescente indicada como bem sucedida para nos conceder a entrevista.

No geral, a avaliação dos entrevistados acerca da prova de seleção coincide em alguns pontos e varia em outros aspectos, nos quais eles entendem que poderiam ser aperfeiçoados nessa etapa. Uma versão diz que é quase unânime a afirmação de que a prova tem um conteúdo acessível, de formação elementar que permite qualquer adolescente ou jovem passar por esse processo, sem maiores dificuldades. O relato a seguir demonstra a opinião do adolescente participante, que corrobora a pressuposição de ter sido necessário adotar o critério de seleção, e fornece também subsídios para comprovar a acessibilidade da prova.

> [...] como anos atrás o fluxo de adolescentes estavam muito grande e todos os adolescentes de 14 anos até mais ou menos 19 e 20 anos estavam querendo participar do PROFET [...] Então, o programa adotou a prova. E a prova, na minha opinião, ela é um critério legal e bacana porque uma pessoa de 19 anos faz a prova, mas uma pessoa de 14 anos também tem o mesmo potencial para realizar a prova. Ela não tem um nível difícil. É uma prova seletiva mesmo. É só para *customizar* a quantidade de aprendizes. Então, o critério, ele realmente ajudou muito o Projeto e também os aprendizes (Adolescente participante – masculino).

Na percepção do entrevistado, "se o nível da prova já é muito fácil, e se o candidato não conseguir o mínimo, nem cinqüenta por cento" isso dificultará o ingresso no mercado, pelo fato de as empresas estarem exigindo nos últimos tempos, profissionais mais qualificados para o trabalho. A despeito das colocações feitas pelo adolescente, retomo Pochmann (2001, p. 41. Na opinião do autor:

> Neste cenário de fim de século, o mundo do trabalho tenderia a refletir as mutações técnico-produtivas, marcadas pela maior insegurança no emprego e por elevada concorrência no interior da população ativa. De certa forma,

> novos conhecimentos científicos e tecnológicos estariam associados às exigências empresariais de contratação de empregados com polivalência multifacional, maior capacidade motivadora e habilidades laborais adicionais no exercício do trabalho.

Retomando a opinião dos entrevistados acerca da *prova de seleção*, no aspecto ressaltado anteriormente, acerca do conteúdo exigido dos candidatos, "a maioria das pessoas que fazem o exame de seleção são de escolaridade de ensino fundamental" (Adolescente participante – feminino). Isso reforça a acessibilidade da prova e demonstra uma exigência elementar.

Nas palavras do Representante da política local, esse critério "é adequado em virtude da quantidade de jovens que procuram o PROFET e da capacidade nossa de absorver esses jovens." Assim para ele, esse processo, se não considerado o mais justo, é o possível de se fazer na atualidade. Como sugestão de outros critérios a serem implantados, no processo de seleção, ele diz:

> [...] acho também que é um tema que merece uma análise mais profunda de serem aprimorados esses critérios de seleção. [...] Eu acho que poderia assim: acompanhar, por exemplo, com o que têm hoje outros testes que estão sendo desenvolvidos na área de educação para que não só uma prova ser determinante, mas às vezes um histórico escolar daquele jovem né, e como se fosse aproveitado o histórico escolar, o perfil, a vida escolar desses jovens, poderia ser levado em conta. Porque às vezes no dia da prova, eu mesmo confesso, pessoalmente, que quando presto concurso assim, fico nervoso. Então eu acho que pode ser desenvolvidos outros meios que somado a prova poderia peneirar melhor aí esses candidatos, né.

Sobre esse ponto de vista, vem à tona o questionamento da possibilidade de jovens não obterem a aprovação no processo de seleção. E por causa disto, a alternativa do candidato é esperar uma nova oportunidade de ingresso, ou seja, de participar do teste no ano seguinte. O relato a seguir, confirma a pressuposição:

> Eu acho assim, que os adolescentes que não conseguem passar na prova poderia ter um pouco de mais chance. [...] Eu tenho mais um adolescente que se Deus quiser o ano que vem eu vou *inscrever ele* [...] Mas ele é fraco na escola. [...] Aí se ele não tiver essa oportunidade, como é que a gente vai fazer. [...] Eu acho que é uma coisa que podia ser discutido lá dentro, né. O que fazer para esses jovens que não conseguem passar na prova. Ter que esperar o próximo ano, a próxima etapa de novo, se inscrever de novo. Eu conheço muitos adolescentes que falaram: 'Ah, eu não vou lá de novo. Eu não vou conseguir' e *tão* aí trabalhando em qualquer coisa [...] Trabalhando muito, acaba mais ainda atrapalhando nos estudos (Mãe de adolescente participante).

O relato acima aponta para a análise do processo seletivo em si. Nesse sentido, sugere-se uma discussão acerca do problema dos adolescentes que possam ficar excluídos do Projeto. Essa situação pode ocorrer na ocasião em que esses adolescentes, com vontade própria ou em virtude do incentivo dos pais ou responsáveis, resolvem participar do Projeto.

Levando em consideração a citação acima, outro ponto a ser analisado, refere-se ao trabalho ideal, ou seja, decente. “O trabalho decente é aquele adequadamente remunerado, exercício em condições de liberdade e de equidade, capaz de garantir condições dignas de vida” (Soares; Rizzini; Bush, 2010, p. 46).

Para os autores, “a implicação direta é que não está em questão a ocupação em si, mas o grau de proteção social dos indivíduos inseridos na ocupação” (2010, p. 47).

As condições específicas de um trabalho decente para os jovens são as ocupações com carteira de trabalho assinada. O *emprego com carteira assinada* garante o recolhimento para a Previdência Social, o limite de jornada de trabalho estabelecido em lei, de 44 horas por semana, e os incentivos como de vale-alimentação, vale-transporte, assistência médica e outros. Assim, o indivíduo estabelece relações sociais com o empregador na forma de trabalho protegido (Soares; Rizzini; Bush, 2010, p. 46).

Nesse sentido, Antunes (2010) reforça as perdas da classe trabalhadora com o aumento das contratações informais, da conjuntura dos anos de 1990 em diante. Decorrem daí, os trabalhadores “desprovidos de direito e sem carteira de trabalho” (p.106). Essa idéia também está contida no trabalho de Telles (1993), na referência da autora à diminuição do trabalho formal, afirmando que os trabalhadores tendem a cair na informalidade.

Os *cursos de capacitação* são outra etapa do processo de aprendizagem e também uma exigência para o adolescente participar do Projeto. Segundo a Coordenadora de RH, eles constituem a fase anterior a do aprendiz que é quando o adolescente já está na empresa. “Realmente é noção. A gente se aperfeiçoa e aprofunda quando ele começa a ser registrado.” Ela explicou que o contrato de trabalho do adolescente é determinado conforme o processo de aprendizagem. A exemplo, ela citou o curso de auxiliar administrativo. A duração do curso é de 18 meses tendo uma carga

horária mínima de 800 horas de teoria e prática. E no mínimo, 400 horas devem ser trabalhadas com “aulas das matérias básicas”, sob o seguinte enfoque:

> [...] o programa que nós utilizamos é um programa de acordo com aquele que eles vão utilizar. Por exemplo: a Matemática que eles usam é matemática que é adotada para a empresa; a parte do Português também é a mesma coisa; a parte de atividades sociais eu trabalho com eles na parte de cultura, na parte de ética, comportamento no trabalho, são essas coisas que são trabalhados, auto-estima, principalmente, responsabilidade e, além disso, eles têm palestras com empresários também (Coordenadora de cursos).

Kon (2009) considera a capacitação essencial para habilitar a pessoa para o exercício de uma determinada função, pois assim ela passa a ser qualificada para o trabalho. Para a autora, da capacitação surge a “possibilidade de acesso às oportunidades de trabalho, que por sua vez, têm suas características modificadas a cada dia” (Kon, 2009, p. 97). A capacitação deve acompanhar as mudanças sociais, econômicas, culturais e as inovações surgidas da tecnologia para o mercado. De forma que os jovens tenham acesso a essas informações, para o atendimento das exigências do mercado. Além disso, a autora enfatizou o desenvolvimento de competências durante a capacitação, para que possibilite à pessoa em formação, os instrumentais necessários para maior capacidade e domínio na realização das atividades.

Na visão de adolescentes participantes, os cursos são básicos para a entrevista e também para o mercado de trabalho:

> Eu acho que o que eles preparam para o adolescente antes de ser encaminhados para trabalhar, antes de ser encaminhado para a entrevista, eu acho que é o básico. Porque o que acontece: o que não fosse tudo que eles me deram aqui a gente vai para o mercado de trabalho sem saber nada. Porque eu não tinha noção. A gente tem uma noção [...] assim de uma coisa que vai ser, de uma expectativa. Mas a gente não sabe na verdade o que é, o que é esperado da gente, o que a pessoa *tá* esperando. Esperando o que? Então eles preparam a gente psicologicamente e também prepara a gente numa forma de cursos (Adolescente participante – feminino).

Já para o outro adolescente, o curso facilita o começo, ou seja, a chegada no mercado de trabalho devido à falta de experiência. Assim, ele diz:

> O curso dá uma visão geral, pouco tempo, bem simplista, só que dá uma base sim. Nunca tinha trabalhado. Então não tinha experiência nenhuma, não tinha noção. O curso te prepara justamente para isso, para o primeiro momento. [...] Esse curso preparatório, como ele é introdutório, ele é comum a todas as

> funções: é abordado com ele (*aprendiz*), entrevistas, como se portar, no geral, comum a todas as funções (Adolescente participante – masculino).

Referindo-se ao enfoque dado pelos adolescentes citados, das possibilidades dos cursos de capacitação e o que eles podem oferecer-lhes, a Coordenadora de RH também confirma a hipótese de que as aulas proporcionadas aos alunos do curso objetivam a preparação para as entrevistas de emprego. Segundo ela, para os adolescentes se apresentarem na empresa, na condição de não-profissionais, as entrevistas costumam não precisar informações de alguma experiência de atividades de trabalho do candidato à vaga. O que os empresários ou gestores de RH procuram indagar do adolescente, muitas vezes, refere-se às questões pessoais. "Não é uma entrevista." Ela ressaltou alguns pontos da entrevista com os adolescentes que são: a estrutura familiar, algum trabalho escrito desenvolvido nas aulas durante os cursos de capacitação, o boletim escolar, algum tipo de representação, como de Representante de Sala na escola, se eles desenvolvem algum trabalho voluntário etc.

Assim sendo, a preocupação dos gestores consiste em preparar os adolescentes para o momento da entrevista, quando este se dirige à empresa, devidamente selecionado, conforme o "perfil do candidato" esperado pelo empregador (Coordenadora de cursos).

Na opinião da Representante de empresa, os treinamentos realizados pelo PROFET, como o de *informática*, facilitam muito para a empresa, pois os jovens já chegam com uma *bagagem*, e desempenham melhor a função. No entanto, para ela os treinamentos deveriam ser mais efetivos, cobrar mais, ou seja, os adolescentes poderiam ser mais bem treinados. Segundo ela, o teste é básico (Word, Excel básico), simples e que a partir de um curso oferecido pela empresa seria resolvido.

Face à análise acima enfatizada acerca dos testes de informática, há ponderações feitas pela Representante de empresas. Em primeiro lugar, ela levantou o aspecto generalizante da questão. Assim, explicou que essa limitação não incide somente aos aprendizes, e que essa deficiência é verificada no geral. Em segundo, acrescentou que é difícil fazer uma avaliação das aulas de informática do PROFET, pelo fato do desconhecimento de como eles funcionam. Essa constatação fundamenta-se apenas nos testes dos aprendizes realizadas na empresa.

Segundo a Coordenadora de RH, houve casos de adolescentes que afirmaram ter conhecimento de informática e fizeram o teste sem passar pelo curso de informática no PROFET e, por sua vez, não obtiveram um resultado satisfatório. A atitude dos gestores foi a de “recolher os adolescentes” a fim de treiná-los por dois meses, para que eles pudessem repetir novamente o teste, na perspectiva de serem aprovados. Assim ela diz:

> [...] A gente fez até uma experiência. Deixou um adolescente que falou que tinha experiência em informática e sem fazer aula ele foi (*fazer o teste na empresa*) [...] E, então ele não passou. E não foi só um, foram vários. E o que a gente fez, recolheu esse adolescente e deu aula para ele durante dois meses e o colocou para fazer o teste de novo e ele passou (Coordenadora de RH).

Na percepção da Coordenadora, o fato do adolescente não ter realizado o curso de informática no PROFET e, ao fazer o teste na empresa, não ser considerado hábil, torna-se uma referência positiva. Na medida em que ele alcança sucesso, em outra oportunidade, após o treinamento.

Percebe-se que a participação dos adolescentes no curso de informática não é obrigatória. A adolescente justificou a realização do curso por um critério exigido pelas empresas, mas não foi a partir de exigência do Projeto:

> Qualquer empresa necessita que o funcionário saiba. Até a entrevista que eu fiz, um dos critérios era ter conhecimento sobre o *Excel*. [...] O curso de informática é até voluntário. Eles fazem as turmas de acordo com o número de participantes e que querem fazer o curso. Então, qualquer pessoa que quiser fazer o curso, tem esta oportunidade (Adolescente participante – feminino).

Nos cursos de informática do PROFET as aulas centram no “básico de todas as matérias”. Para adolescentes que vão trabalhar diretamente com a informática, priorizam-se os cursos de reforço dos programas de Word e Excel. O procedimento aplicado nas aulas de informática segue o disposto demonstrado na citação a seguir, conforme foi relatado pela Coordenadora de RH:

> O que a gente tenta usar na sala de aula é bem próximo da realidade da seção que ele vai trabalhar. Aí o que a gente faz na integração: nas aulas de português para ele poder aprender a redigir um ofício; nas aulas de matemática para ele ter o raciocínio para aplicar as ferramentas de uma planilha; da criatividade dele para ele poder fazer uma apresentação no Power

> Point, mesmo sendo o básico a gente tenta passar o básico para as coisas mais importantes.

Durante a realização dos cursos, os gestores do PROFET percebem as deficiências no *sistema de ensino* na atualidade. Indagados sobre o aproveitamento escolar, como a capacidade de escrita e compreensão dos adolescentes, os gestores disseram que percebem as dificuldades nas disciplinas de Português e Matemática no decorrer dos cursos. Segundo a Coordenadora de RH, há adolescentes em que a escrita põe em dúvida a série cursada na escola como também a metodologia adotada no ensino atual. O relato é da Coordenadora de cursos e confirma a proposição:

> De acordo que passa o nosso ensino atualmente, que a gente sabe que existe alguma falha ali, nesta parte do ensino, eu não vou dizer que é do Professor, que é da Diretora, mas é o próprio sistema que está mudando a cada dia que passa. A dificuldade que eles passam é a parte de escrita, que a letra deles não é legível. Até meninos de *2º Grau* até hoje ainda escrevem errado. [...] E a parte de Matemática, volto a falar: é o momento em que nós estamos vivendo que é a globalização; é tudo automatizado. Hoje, nas escolas é raridade o professor que deixa o menino usar o próprio raciocínio pra fazer a conta. Tem alguma continha pra fazer, que seja *simples* ele vai à calculadora. Ele não procura pensar [...]

Diante deste quadro, a entrevistada ressaltou que nos cursos, os professores procuram evitar a calculadora, ainda pelo fato de nos vestibulares não aceitarem o uso desse tipo de recurso durante a realização das provas.

Quanto aos profissionais que ministram os cursos de capacitação, para o Representante da política local deveria haver mais contratações de profissionais com qualificação necessária. Ele explicitou que, devido às questões financeiras limitadas, há aproveitamento de profissionais de outros Subprogramas para atuarem no PROFET. Para ele, embora esses profissionais exerçam seus trabalhos com "muita boa vontade, comprometimento, mas às vezes, eles não têm a qualificação necessária, real para exercerem aquela função". Por isso, o Projeto deveria dispor de mais recursos para investir nesses profissionais, sendo mais eficazmente treinados e com maior qualificação, tanto para os que já são atuantes nos cursos como para novas contratações. Na opinião do entrevistado, o investimento em profissionais é necessário devido ao dinamismo do mercado de trabalho que demanda sempre o "aperfeiçoamento profissional".

Diante da realidade apresentada acima, da falta de recursos do PROFET, que possa refletir na qualidade dos cursos de capacitação, a seguir apresento outras dificuldades enfrentadas pelo PCA/PROFET na atualidade, que são relacionadas ao atendimento de *especialistas* destinados aos adolescentes. Quando há a necessidade de algum tipo de atendimento eles buscam fora do Projeto, como fonoaudiólogos, médicos, dentistas etc. Segundo a Coordenadora de RH, atualmente estão sendo atendidos cinco adolescentes com fonoaudióloga no próprio consultório da profissional. Dos cinco adolescentes que estão em tratamento, dois atuam no mercado de trabalho e três estão freqüentando os cursos de capacitação. Ainda, o PROFET, conforme já foi enfatizado, necessita do trabalho de profissionais de outros Subprogramas, como é o caso da psicopedagoga, do *Sentinela* (capítulo 3), que atende encaminhamentos solicitados pelo Projeto.

O Representante da política local também relatou a sua experiência de gestor do PCA, em questões das dificuldades enfrentadas pelo PCA/PROFET, abaixo está o seu depoimento:

> Do período em que eu fui Presidente o que eu tenho a relatar é o seguinte: Eu pude ver mais perto a dificuldade que é de fornecer ao PROFET todos os recursos que ele tem ou deveria ter por direito, por necessidade, para que o trabalho seja melhor desenvolvido. O que aconteceu foi que quando esse período que eu assumi era um período eleitoral que engessou muito a gestão. Por que? Porque o PROFET é um Subprograma do PCA. O PCA é uma entidade que tem a personalidade jurídica própria, vida própria, porém a sua diretoria é vinculada à administração municipal e ele conta com verbas das empresas parceiras, conveniadas que absorvem os nossos adolescentes, elas nos repassam recursos. Mas, o PCA como um todo ele vive de verba pública de doação, de subvenção da Prefeitura. Então, se a administração tem dificuldade financeira, de arrecadação, de cumprimento orçamentário, isso reflete no Programa por que recebe uma verba menor. Certo! Eu costumo falar assim que o PCA não fabrica, ele não produz, não fabrica nada, não vende, não compra e vende para obter lucro. Então, ele sobrevive com dificuldade por causa disto. Por estar atrelado. Eu acho que infelizmente. O ideal seria que ele tivesse uma vida própria realmente distinta da administração para ter tanta liberdade administrativa quanto financeira.

O *espaço físico* também foi considerado como uma dificuldade do PROFET. Os envolvidos diretos ou indiretamente no Projeto, desde os adolescentes participantes atuais como os gestores, argumentaram que o espaço destinado ao funcionamento do PCA/PROFET não mais é suficiente para atender os adolescentes

bem como para o desenvolvimento das atividades. Por isso, a administração atual do PCA tenta resolver a questão do espaço físico (Coordenadora de RH).

Do mesmo modo, a Coordenadora de cursos enfatizou as dificuldades do espaço físico, pois, para ela, o critério da prova de seleção se fez necessário, devido a essas questões:

> Com a demanda de meninos que fazem inscrição, não existe uma outra maneira a não ser a seleção. [...] Foi adotado o critério de seleção porque o nosso espaço não comporta, pela procura, por isso que temos adotado a seleção. [...] Tem que ser desta maneira pela falta de espaço.

Dessa maneira, ela enfatiza que o PROFET não consegue acomodação para todos os adolescentes inscritos, devido principalmente, à falta de espaço físico, que já não comporta atendimento a todos os adolescentes nos cursos de capacitação.

Para o adolescente participante atual, que se encontra em final de contrato com o PCA, e que, atualmente trabalha nas próprias dependências do PROFET, portanto, conhecedor das limitações do Projeto em função da falta de espaço, diz:

> Realmente a estrutura fica a desejar. Ela poderia ser melhorada. A gente poderia achar outro local. [...] Mas a própria cidade de Araxá não tem um local. Para comportar a grandeza do PROFET tinha que ser uma escola. Até porque os aprendizes vêm e têm tantos cursos que a gente tem que dar. [...] Com certeza tem que ser melhorado. Nem tinha não, tem que ser melhorado. De agora para frente vai ter que colocar isto em pauta como prioridade.

Do mesmo modo, a Coordenadora de cursos ressaltou a ausência de uma biblioteca montada pela falta de espaço adequado. Há uma quantidade notável de livros de matemática que foram doados. São livros modernos, no entanto não há um lugar disponível para alocar esses livros nas dependências do Projeto. Para ela, "seria ideal se a gente pudesse montar a parte da biblioteca, o horário, uma sala de estudo para eles, individual de estudo, até da escola mesmo, e vir fazer aqui um reforço." Com relação à sala de informática, informou que, embora seja pequena, o espaço conta com equipamentos modernos e que todos os computadores foram trocados.

Foram ressaltadas outras dificuldades do Projeto, devido às instalações físicas ocuparem um espaço restrito. Uma das conseqüências é a impossibilidade da adequação de novos cursos para os adolescentes. "A gente trabalha com os meninos até dia de sábado, aquele que já estão nas empresas" (Coordenadora de cursos). Segundo

ela, todos os horários já estão ocupados e ainda, haveria a necessidade de mais 4 ou 5 salas, devido a exigência de um número **x** de alunos por sala e os cursos ocupam somente um espaço grande para todas as aulas.

Embora na atualidade o PROFET necessite de algumas adequações, conforme as sugestões dos entrevistados, como maior autonomia administrativa e financeira, um espaço físico mais amplo para melhor condução das atividades desenvolvidas, há de se considerar a evolução do Projeto nos últimos anos, que foi gradativo. A instituição já existe há 25 anos e iniciou com a *Guarda Mirim*[93], conforme a proposta de criação que se verifica no Requerimento 71/1983. Desde a implantação do Projeto, havia a preparação dos jovens para o trabalho, nas funções de *estagiários* nas empresas, conforme já demonstrado no capítulo três. A evidência de um impulso institucional ocorreu a partir do ano 2000, com a publicação da Lei da Aprendizagem, quando esta passa a ser referência para a formação teórica e prática dos aprendizes. A Coordenadora de RH fez um relato do crescimento do PCA ao longo dos últimos anos, desde que assumiu esse Projeto:

> Na verdade quando eu assumi o projeto, nós tínhamos 20 adolescentes que trabalhavam só na Prefeitura. A gente não tinha nenhuma empresa. Aí o nosso crescimento ele foi gradativo. Eu acho que hoje, em 93, eu acho, foi um ano assim importante porque foi quando a gente conseguir fechar um convênio com a *CBMM*. [...] Em 93, como ainda não tinha a Lei da Aprendizagem, porque *ela* foi em 2000, de uma vez só a *CBMM* fez um contrato com 10 adolescentes; a *Padaria Pão Nosso*, eu lembro que na época colocou 25 adolescentes para trabalhar de uma vez só. Mas, de lá para cá cresceu muito. A cada ano a gente teve um crescimento significativo. Eu lembro que teve um ano que nós fechamos, com registrados, que foi em 98 - foi logo que a gente ganhou, nós tivemos entre os 10 primeiros projetos da *Fundação Abrinq* – nós fechamos o ano com 500 adolescentes. 93 foi um ano importante, 98 também. Hoje a gente tem um potencial para dobrar o nosso atendimento.

O relato a seguir demonstra a expansão do PROFET, e quando surge a necessidade de ampliação das estruturas físicas:

---

[93] O PCA, ainda nos dias de hoje faz o encaminhamento de adolescentes para trabalharem no estacionamento rotativo da cidade. Como foi tratado no capítulo 3, a FADA (associação beneficente da cidade de amparo a pessoas com necessidades específicas) recebeu a concessão da Prefeitura para coordenar o trabalho nos estacionamentos. Os recursos arrecadados destinam-se ao pagamento dos adolescentes e outras despesas, como de alimentação (café da manhã e almoço) para os contratados do estacionamento. Os outros recursos são direcionados em benefício da própria associação.

> Eu lembro que quando começamos era numa salinha, assim o escritório do PROFET, era uma salinha, cedida aqui na secretaria[94], num outro imóvel, aliás. O local para o treinamento e prova era alugado. Então, quando há poucos anos conseguimos, com um trabalho de equipe do PROFET, junto à diretoria do PCA, conseguimos alugar esse imóvel, onde funciona hoje a sede administrativa aí, a parte de treinamentos, de prova, o laboratório de informática. Então, quer dizer, houve uma evolução do início até agora. Houve uma evolução, cresceu também pela demanda foi crescendo. No começo era limitado, mas hoje acho que o local já não comporta bem. [...]

Apesar do grande avanço da instituição, ainda existem pessoas que desconhecem o Projeto, desde famílias até órgãos públicos. Por isso, o trabalho de divulgação deve ser contínuo, como na atualidade; ele se realiza por meio do site do PCA, nos jornais de empresas conveniadas e, em outras épocas, utilizou-se da mídia, uma rádio de transmissão da cidade. Os gestores, com o intuito de divulgar o Projeto, têm a pretensão de:

> A nossa próxima etapa é fazer folhetos explicativos, deixando nas empresas, em escolas. Porque o nosso contato com diretores de escola principalmente da rede municipal é grande. Porque geralmente os alunos problemas é o que elas querem encaminhar para nós. As escolas em Araxá a gente tem contato. Só quando muda de gestão, muda de Diretor é que a gente começa tudo de novo (Coordenadora de RH).

Os percalços de o PCA ser *vinculado à administração pública e política* foram mencionados. Nesse caso, a propaganda pode ser prioridade ou não do governo. Segundo a Coordenadora de RH, a instituição cresceu paulatinamente, tanto em relação ao número de empresas conveniadas quanto de adolescentes. No ano de 2009, houve um cadastro de 1.100 adolescentes. A previsão é de que a procura pelo Projeto aumente, e a explicação dessa realidade se fundamenta na idade dos adolescentes. "Porque quem tinha 10, 12 anos, tempos atrás, agora está com 14 anos e pode fazer o cadastro." (Coordenadora de RH). Assim, com o aumento da divulgação e da participação de adolescentes, têm ocorrido casos verídicos de alguns se originarem de famílias que já participaram do Projeto, tais como o irmão, depois o outro irmão, o primo, o tio etc.

Enfim, na percepção da Coordenadora de RH, o Projeto tem apresentado resultado e tem sido possível dar continuidade, mesmo com as mudanças de gestão. E

---

[94] O local a que o entrevistado se refere é a Secretaria de Desenvolvimento Humano (SDH), onde funciona também a parte administrativa e a Presidência do PCA. Em outro imóvel estão dispostos os espaços para o atendimento aos adolescentes, tanto os administrativos e dos profissionais, como os reservados aos cursos de capacitação.

ainda, pode-se dizer, o projeto é profícuo, apesar das dificuldades ressaltadas pelos envolvidos no que se refere ao espaço físico, às dificuldades financeiras e outras.

4.3 A percepção da inclusão social

Mediante as análises já apresentadas pelas pessoas envolvidas direto ou indiretamente no PCA/PROFET, apresento a visão dos entrevistados acerca do cumprimento dos objetivos e metas do Projeto.

Há consenso entre autores da ciência política e sociólogos que as políticas no Brasil são focalizadas, de forma que definem as "populações-alvo" a serem atendidas. No caso do PCA/PROFET, o foco é a inserção do jovem no mercado de trabalho.

A crítica de especialistas recai sobre as políticas públicas pela delimitação do espaço de ações de enfrentamento à pobreza, com recursos públicos com fins clientelísticos e de cunho paternalista (Pochmann, 2007, p. 83). O autor defendeu o desenvolvimento local, sustentável e solidário, baseado em novos paradigmas, ou numa nova gestão pública. Para ele, demandaria "um novo formato administrativo para a área social, capaz de conceder agilidade, racionalidade e maior eficiência do gasto público." (2007, p. 84).

Ressalto a opinião do Representante da política local, para o qual os programas do governo, em todas as esferas, municipais, estaduais e federais deveriam trabalhar em sintonia. A sugestão do entrevistado é que uma entidade apoiasse a outra, já que todas têm como objetivo a inclusão social. Para ele, já existe cooperação, mas nada impede que ela possa ser mais bem incrementada e haver maior estreitamento de laços para "trabalhar em rede". De forma que, essa é a maneira de facilitar o atendimento das demandas dos programas e que existem em outras áreas, para enfim, "refletir no público do PCA". Pode-se notar que o pensamento do entrevistado está condizente com a proposta do autor citado para os governos municipais, que preconiza uma "gestão articulada e integrada das distintas esferas de gasto" (Pochmann, 2007, p. 84).

Nesta perspectiva, Spósito e Carrano (2007) concordam que, no momento em que propõe implementar as políticas, deve-se considerar as dificuldades de recursos e as limitações dos bens públicos, e assim levar em conta também as várias negociações e os consensos.

Passando à análise dos objetivos do PROFET, a inserção de jovens aprendizes no mercado de trabalho, abaixo está o posicionamento do Representante da política local:

> Eu vejo como de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade de Araxá como um todo. Porque é uma oportunidade difícil de conseguir, se não existisse este tipo de programa que faz captação desses adolescentes, e faz uma verificação da sua real necessidade, de realmente ter essa oportunidade do PROFET. Então, pela maneira que é desenvolvida a análise sócio-econômica, da família, o perfil do jovem e como é feito todo esse processo com o objetivo final de colocá-lo no mercado de trabalho acho que é uma coisa que tem ser valorizada e cada vez mais incrementada.

Em outra vertente da análise, a participação das empresas é colocada em questionamento quanto ao envolvimento e colaboração no Projeto. O PCA é visto como sendo "carente de apoio. As empresas lá fora não têm noção da expansão do PCA, o que é o PCA" (Adolescente participante – feminino). No entanto, para a adolescente, falta mais divulgação tendo em vista a busca de mais participação por parte dos empresários. E ainda, a importância de acrescentar mais parcerias, facilitaria novos projetos para possibilitar novas oportunidades. Para ela, o PCA necessita de:

> [...] mais cursos de capacitação, vendo mais parcerias de outras escolas que pode *tá apoiando* projetos, porque é muito importante cursos hoje [...] Até para os próprios adolescentes, *tá tendo* as mesmas oportunidades que outro que *tá formando*. Tem alguns que fazem cursos, outros não fazem curso nenhum. Aqui não fazem distinção. Vendo esta possibilidade do aluno que entra pelo PCA e ingressa na carreira de trabalho, *tá vendo* um apoio de alguma escola, escolas de idiomas ou escola de alguma coisa. Quantos mais cursos eles poderem *tá oferecendo* aqui é melhor.

Nesse sentido, o Representante da política local, ao ser questionado, se de acordo com os objetivos do PROFET - a qualificação dos jovens para o mercado de trabalho - ele tem cumprido a meta, ele se manifestou dizendo que o Projeto "poderia avançar mais se tivesse mais ajuda, incentivo da sociedade, e de poder contar mais com

o apoio das próprias empresas parceiras como um todo”. E, ainda para ele, considerando as condições de trabalho na atualidade, o PROFET tem se superado, mas ressalta: “o potencial é grande ele ainda pode ser explorado e melhorado.”

Já para a Representante de empresa de grande porte de Araxá, a participação do empresariado no Projeto está na medida certa, ou seja, a empresa está fazendo sua parte. Para ela, deve-se considerar que os aprendizes são iniciantes e as vagas ocupadas devem estar de acordo com as funções que eles possam desempenhar. Essas considerações podem ser constatadas na fala a seguir:

> Dentro do possível a gente pensa assim: as vagas que a gente têm e não exigem, que não eram complexas e que dá para desenvolver, dar uma oportunidade para as pessoas que estão iniciando, a gente sempre faz isto. Até porque, a gente sabe da dificuldade que é para conseguir o primeiro emprego. Principalmente por não ter experiência, normalmente as empresas exigem isso. Então, assim, a gente tem uma satisfação muito grande, com isso. E, pelo nível das pessoas que a gente recebe, pelo desempenho delas, isso nos incentiva ainda mais a promover isso na empresa. Então, eu acho que, o que a gente faz não que seja suficiente, mas eu acho que a gente tá fazendo dentre das nossas possibilidades [...] Assim, não teria como fazer além disso. Por que a gente depende também da demanda disto. Não adianta simplesmente abrir uma vaga e colocar um PCA numa área onde ele não irá adaptar ou vai ser muito complexo, né, pra ser uma atividade inicial. Então sempre que a gente tem disponibilidade e tem condição a gente faz, de *tá oferecendo*. Só aqui no *CDA* tem 24 pessoas, dentro desta modalidade. Só de aprendiz.

Retomando o posicionamento do Representante da política local, quanto à participação das empresas tendo em vista o cumprimento das metas e objetivos do Projeto, para ele, “o ideal seria que fosse um processo natural”. Ressaltou que, em Araxá, a relação do PROFET com as empresas está “fluindo bem”, embora existam casos de empresas que para abrir vagas, conforme determina a Lei da Aprendizagem, precise da fiscalização do MTE.

O aspecto ressaltado pelo entrevistado é condizente com a opinião de autores que preconizam a existência de muitas vagas nas empresas ainda a serem ocupadas por jovens aprendizes. Isso se deve ao fato de muitas empresas ainda não terem aderido a programas de capacitação de jovens. Kon assim diz:

> Apesar de toda a regulamentação e a obrigatoriedade das empresas possuírem uma cota de jovens aprendizes contratados em seu quadro funcional, sabe-se

> que ainda grande parte das empresas ainda não se adequou a essa norma e existe um grande potencial de contratação no país (Kon, 2009, p, 85).

Para o Representante da política local deveria haver um processo de conscientização para "levar as informações necessárias e trazendo esses empresários para participar do PROFET." As empresas teriam uma visão não só dos benefícios fiscais e econômicos, mas também uma visão de responsabilidade social.

Quanto às vagas destinadas a jovens aprendizes, conforme já enfatizado, a cota mínima reservada é de 5%. Há empresas com a reserva de 10%, mas o limite máximo é de 15%. A notificação do MTE para as empresas de Araxá situa no percentual mínimo de contratações (Coordenadora de RH).

A Coordenadora de RH é otimista quanto ao trabalho que desenvolvem. Ela diz que há um resultado positivo, do momento que o adolescente ingressa no Projeto e quando ele termina o processo de aprendizagem. Em sua opinião, por meio do Projeto é possível conseguir solucionar algumas dificuldades, especificamente na informática, como se verifica no trecho a seguir:

> Porque ele melhora na escola, é nítido. Porque a gente tem um acompanhamento, do Boletim, da fala da própria família [...]. O adolescente entra lá (*no PROFET*) a informática na cabeça dele é o MSN e o ORKUT, quando ele sai a gente vê que ele consegue ser aprovado numa prova de informática. A gente sempre tem a vaga no setor de Auditoria, ele melhora as ferramentas dentro do Word, do Excel. Então são coisas assim que a gente vê realmente a melhora. Geralmente como comparação a gente faz assim: quando ele entra a gente dá uma redação para ele e fala: *Qual a importância do trabalho para você* e guarda na pasta dele. Quando ele sai a gente faz a mesma redação e *vê que melhorou muito* [...] Eu falo muito do antes e do depois que a gente consegue até ver como ele evoluiu. Tem uma evolução muito boa.

Os adolescentes, tanto os participantes atuais, como os que já passaram pelo PROFET, valorizam a experiência adquirida e acham que o Projeto acrescentou algo na vida deles. Segue o relato da adolescente entrevistada que foi participante por apenas alguns meses, e que por questões familiares foi impedida de continuar a sua experiência de emprego. Ela teve dificuldade de conciliar trabalho e os dois filhos pequenos. Mesmo contando com o pouco tempo de experiência no PROFET ela fez a seguinte avaliação:

> O PCA, eu acho que é ele um programa muito bom porque hoje em dia tem vários adolescentes que envolvem com coisas erradas. Eu acho que ele é um meio de tirar aos adolescentes disso, sabe. De ajudar com o primeiro emprego, porque hoje é difícil. Eu acho que para mim foi uma experiência muito boa. Ajuda muitos adolescentes. [...] E acho que para várias outras pessoas também. Por que hoje em dia tem muitos adolescentes que passam por muita dificuldade e lá é mais rápido de aprender e ter o primeiro emprego. [...]

A adolescente mostra que tem percepção da vulnerabilidade dos jovens e por isso acha que o PROFET ajuda tanto a evitar "os riscos sociais", e também a oferecer o primeiro emprego. Pelo fato, de a questão da situação de "riscos" da população jovem apresentar indicadores preocupantes quanto ao desemprego e da *precarização social*, os governos têm priorizado a elaboração de programas e projetos voltados à inclusão social dos jovens (Spósito e Carrano, 2007). A política mais recente é o *Projovem*, programa socioeducativo, conforme demonstrado no capítulo dois.

A jovem que também já participou do PROFET, e que na atualidade ocupa a posição de gestora de um Departamento de Recursos Humanos na empresa onde trabalha, analisa a sua participação como aprendiz trazendo-lhe grande amadurecimento, tanto pessoal como profissional. Abaixo está o posicionamento da experiência que ela teve no Projeto e a expectativa de vida que sucedeu, posteriormente.

> [...] Acrescentou muito, me deu muita bagagem. Eu amadureci muito pessoalmente falando. Muito profissionalmente também. Eu era uma pessoa muito insegura, eu era uma pessoa muito tímida. Então assim, eu fui desenvolvendo muito isso em mim, né. Hoje eu me considero uma pessoa muito madura, [...] Às vezes o pessoal não acredita que eu tenho só 20 anos e que *tô*, hoje, responsável por um Departamento. Até então, eu nunca vi uma pessoa com uma história parecida *com* a minha. Me acrescentou muito coisa que eu pude dar a minha vida pessoal, a minha vida profissional. Então só acrescentou coisas boas para mim. Me fez ser uma pessoa mais firme, uma pessoa mais segura. Uma pessoa que tem um foco, uma pessoa que sabe batalhar também. E também a partir do PROFET, que é pelas funções que eu tava desenvolvendo eu tomei conhecimentos dos cursos que tinha aqui em Araxá, e tomei ainda mais vontade de ingressar numa faculdade [...]

O adolescente participante atual teve uma oportunidade semelhante à apresentada acima. Ele ressaltou as dificuldades dos jovens no percurso do ensino médio em definir a profissão, e também das dificuldades em conciliar os estudos e o trabalho. Como se verá adiante no depoimento do adolescente, esse fato o fez repensar, em alguns momentos, a sua participação no PROFET, já que passou por duas

experiências de aprendiz, primeiro numa empresa privada e depois continuou no setor administrativo como auxiliar do Setor de Recursos Humanos no PROFET. A partir daí, ele optou por ingressar na Faculdade, nesta área. Por isso, ele define o PROFET como "oportunidade" por ajudá-lo na definição de que carreira deveria seguir. Na avaliação do adolescente, o Projeto lhe proporcionou "um rumo na vida." Assim justificou:

> Porque essa fase do ensino médio é aquelas tantas perguntas, dúvidas, né. Conciliar, às vezes, trabalho com escola já não é tão fácil. Porque a escola não vê que você *tava* trabalhando, ela passa trabalho, passa tarefa. [...] Às vezes você tinha que ficar até mais tarde, chegava da escola cansado, tinha que fazer uma tarefa para entregar em dia. E, trabalhando no PROFET e, no ensino médio, *pensava*: *será que esta valendo a pena? Como será o meu futuro*? [...] Acho que todo adolescente tem questões essas perguntas. Quando a gente começa a trabalhar, *se* preocupa mais com as coisas pessoais, né. *O que eu vou ser da vida? O que eu vou fazer profissionalmente*? Então quando eu comecei a trabalhar isso ficou mais forte, essas preocupações ficaram mais fortes. [...] E, quando eu estava no Ensino Médio, com tantas perguntas, pensando em tantas coisas a fazer, o que fazer, quando eu vim aqui me deu um rumo. Me adaptei muito com a função, e aonde eu fiz vestibular e passei. Deu um rumo na vida pessoal e profissional.

Na visão da jovem-adolescente entrevistada, o PROFET representa para ela, outros incentivos além do benefício direto, a independência financeira advinda do trabalho. Assim diz:

> É lógico que a remuneração pra gente já é o principal incentivo. Mas a experiência não tem preço. [...] Acho que eu sou muito suspeita para falar, mas eu fiquei encantada com o PCA. Porque, aqui a gente tem tudo. Tem todas as ferramentas para a gente *tá ingressando* e procurando aquilo que realmente gosta. Porque meu primeiro emprego, ah!... Ele foi tudo. Porque a gente aprende a conviver com as pessoas diferentes. A gente aprende a conversar com várias pessoas com gêneros totalmente diferentes. Então busca aquilo que realmente você quer. Então a gente aprende fazendo o que é realmente necessário.

Pelos relatos dos adolescentes acima demonstrados, pode-se inferir que o trabalho realizado pelo PROFET vai além da experiência do primeiro emprego do adolescente como aprendiz, como se nota no realce dado pela adolescente participante em relação à experiência e à aprendizagem acrescentada da convivência com outras pessoas, que ela considera um percurso essencial à transição.

O Projeto também pode ajudar na prevenção de "riscos sociais", como o envolvimento com drogas, álcool, gravidez precoce, por serem temas de trabalho

desenvolvidos durante os cursos de capacitação (Coordenadora de RH). Nesses tipos de atividades os adolescentes participam em campanhas de conscientização com a população da cidade, assim como os trabalhos podem estender-se por cidades vizinhas. A mãe de adolescente informou que o filho atuou em campanhas de prevenção de drogas na cidade e foi até a cidade de Uberaba (próxima de Araxá) numa casa de recuperação. Além disto, o filho teve a oportunidade de assistir a várias palestras.

Os responsáveis pelos adolescentes, no caso da mãe entrevistada, falou do filho antes e depois de participar do processo de aprendizagem no PROFET. Segundo ela, o filho tinha uma grande expectativa de futuro. Ele se preocupava com o tipo de ocupação em que deveria trabalhar e visava à independência financeira. A mãe vê as atividades desenvolvidas no PROFET como *tudo* as quais ela atribui como sendo *o curso* realizado pelo filho. E que se não fosse pelo PCA, com as dificuldades existentes na atualidade, talvez o filho não tivesse alcançado tudo o “que ele já tem hoje”. Assim ela conjetura que seu filho, com idade de 16 apenas, “e com toda essa responsabilidade”, para ela, “ele pode conseguir coisas bem melhores.”

Outro ponto a ressaltar, são as novas possibilidades do jovem em definir o futuro, como já foi analisado anteriormente, com a fala de jovens que estão matriculados em curso superior e que se enquadram na estatística[95] e de almejar para suas vidas outras possibilidades, conforme a visão da Coordenadora de RH:

> [...] quando eles deixam a condição de aprendiz vira um profissional, [...] que realmente almeja uma carreira. A gente percebe isso até mesmo pelo índice que a gente tem de condição obrigatória de estudar, que aqueles adolescentes melhoram a qualidade de estudo. São adolescentes que quando terminam o processo de aprendizagem é época de fazer vestibular e eles fazem. [...] Alguns têm dificuldades financeiras, mas a grande maioria conseguem bolsa. E isso tudo a gente vê que realmente isso tem acontecido, uma melhora, uma qualidade, a evolução, principalmente a questão do adolescente enquanto profissional.

Dos relatos apresentados acima, percebe-se que as pessoas têm percepção do potencial que os participantes desenvolvem por meio desta política de inserção de jovens no mercado de trabalho. E que, a partir daí, almejam outras possibilidades de

[95] Não foi possível precisar, em dados estatísticos, como para fazer a verificar quantos adolescentes egressos iniciam um curso superior e outros tipos de acompanhamento de trajetórias de ex-participantes. A administração do PROFET ainda carece de um setor para fazer a tabulação de dados.

melhorar suas condições de vida. Mesmo que a experiência seja elementar, começa a ser *plantada a esperança*, como a permanência no mercado de trabalho, emprego estável e o ingresso numa faculdade.

A pesquisa teve também como foco a percepção dos entrevistados sobre uma *política de inclusão social*. A questão foi dirigida a uma autoridade, já referida anteriormente, o Representante da política local e gestor que precedeu a presidência atual do PCA. O mesmo questionamento foi dirigido aos coordenadores do PROFET. No geral eles crêem que o primeiro emprego é etapa importante na vida do jovem. A partir da primeira experiência já há uma perspectiva de continuar no mercado de trabalho ou na própria empresa. Assim, avaliam o PROFET de forma positiva:

> Muitos jovens, como te falei anteriormente, já saem da condição de aprendiz e a própria empresa, devido ao comportamento, ao desempenho desse profissional, o que ela faz? Ela o acolhe como funcionário próprio. E, mesmo quando isso não ocorre, por um motivo ou outro, o adolescente que passou por essa experiência, por esse período, ele está muito mais capacitado a continuar no mercado de trabalho, em outras empresas ou mesmo em outro ramo que ele não atuou, mas essa primeira experiência, a primeira arrancada, eu acho que é fundamental na vida de cada um (Representante da política local).

Enfim, os envolvidos no PROFET, protagonistas ou não, o representante das autoridades locais e as pessoas que ocupam cargos na administração, os participantes diretos ou indiretos, os adolescentes e responsáveis demonstraram perceber a importância da inclusão social, mesmo que essa temática não esteja explícita nas falas de todos os atores, ou seja, pronunciada abertamente. Mas a idéia da inclusão social está presente, no geral, nas palavras dos entrevistados: de como eles se percebem e também como se sentem a partir da participação no Projeto. O que tem acrescentado em suas vidas, tanto no aspecto pessoal e na perspectiva de crescimento profissional.

Pochmann (2003b) estudou as estratégias de inclusão social da cidade de São Paulo, das populações periféricas que sofreram um processo de exclusão social, pelos efeitos perversos da política neoliberal adotada pelos governos nos anos de 1990. (2003b, p. 214) Nas medidas adotadas tendo por fim o combate à exclusão social o autor sustenta que:

> [...] qualquer estratégias de enfrentamento à exclusão que se restrinja a programas assistenciais massivos, e não proponha alterar os princípios de organização social, acaba por esbarrar na complexidade da exclusão social na cidade, comprometendo a eficácia global da estratégia (Pochmann, 2003b, p. 214).

Assim sendo, inúmeras são as alternativas para promoverem a inclusão social em âmbito do poder local. Várias são os problemas existentes, sobretudo devido à necessidade de intervenção dos governos, a partir dos anos de 1990. Os problemas da juventude tornaram-se evidentes. A grande maioria de jovens, principalmente os dos centros urbanos estavam vivendo uma conjuntura de riscos sociais como drogas, criminalidade e também de desemprego. Atualmente as políticas públicas visam ao desenvolvimento local e, no caso de programas de qualificação profissional, como o PROFET, além do treinamento, na forma de cursos e palestras, promovem a inserção do jovem no mercado de trabalho e, posteriormente, possibilitam a geração de renda. Os programas de qualificação profissional oferecem ainda outras vantagens, como a oferta da experiência de trabalho, sob forma de Proteção Social, garantida em lei. O trabalho protegido nos dias de hoje, constitui ainda a grande aspiração, especialmente da parte dos jovens.

Considerações finais

O desafio é grande se pensarmos na precariedade no processo de socialização do jovem na sociedade como foco no trabalho e na educação; nos mecanismos inadequados e insuficientes de inserção do jovem (na sociedade, no mundo do trabalho, no estudo etc.); [...] e finalmente, na carência de espaços de participação da juventude em políticas voltadas à qualidade de vida.

(Novaes, 2006, p. 69)

O presente trabalho centrou sua análise no município de Araxá, levando em conta as situações e dados apresentados nos capítulos anteriores e os resultados da pesquisa, de acordo com o procedimento metodológico adotado, na forma de entrevistas. A política analisada foi o PCA/PROFET que tem como objetivo primordial a inserção de jovens aprendizes no mercado de trabalho. Ao colocar como ponto central para o meu objeto de estudo a análise de uma política pública que tem por finalidade a qualificação profissional de jovens carentes, ele pressupõe a necessidade de situar os processos, meios e objetivos incluídos na administração pública local e em setores da sociedade civil, para o atendimento da exclusão e a obtenção da inclusão social como fazendo parte integrante dessa configuração.

Pode-se entender *inclusão social* como uma realidade societária, na qual toda a população de um Estado-Nação e no caso de um município, possa atingir uma vida plena, ou em termos mais limitados, uma cidadania plena. A literatura a respeito levanta a questão de que são metas ambiciosas e mesmo utópicas. Se o Estado do Bem-Estar Social exemplificou possibilidades nessa direção, com os limites conhecidos e as medidas neoliberais que o condicionaram e foram e vêm eliminando conquistas significativas nos poucos países que o implementaram, a conclusão é a de que é preciso realizar estudos concretos de situações concretas. Cada sociedade traz questionamentos abrangentes que envolvem sua história, determinações externas, forças sociais que a constituem, medidas públicas e privadas, metas obtidas e derrotas sofridas, e assim por diante. O que fica evidente em inúmeras investigações sobre o Brasil, e que adquirem ângulos mais específicos nos casos dos entes federados, os municípios.

A política realizada em Araxá, com os objetivos e metas direcionados ao atendimento de crianças e adolescentes, por meio do PCA, nasceu antes do surgimento das políticas públicas de juventude. Conforme observaram autores como Spósito e Carrano (2007), já vinham sendo realizadas políticas nos municípios com as tendências de descentralização das ações governamentais, tanto estaduais como municipais, após a Constituição de 1988. De forma que os governos tiveram mais autonomia para implementar políticas públicas em suas localidades.

As pesquisas demonstraram que o PROFET, Subprograma do PCA, teve maior atuação a partir do ano 2000, com a publicação da Lei da Aprendizagem, 10.097

de 19 de dezembro de 2010. De forma que, a orientação da formação e encaminhamento dos adolescentes para o mercado de trabalho, passou estar em conformidade com os parâmetros definidos pela referida lei.

Os capítulos apresentados foram os referenciais para o estudo da política escolhida para análise, tanto no que concerne aos dados quantitativos iniciais para subsidiar a pesquisa, quanto ao referencial teórico delineado de acordo com autores de renome das ciências sociais.

O capítulo um iniciou-se com o histórico da formação e constituição da cidade de Araxá, lugar de onde se delineia a política de inclusão social de jovens. O histórico traçou as questões singulares da terra de Araxá, das riquezas naturais, as águas sulfurosas e minerais, que impulsionaram o desenvolvimento local. As atividades econômicas realizadas foram em função das águas, da pecuária, da exploração de minerais, seguindo do turismo e do comércio e serviços que, ainda nos dias atuais são os principais setores que provocam o dinamismo da economia no município. Além do aspecto econômico, as condições sociais da população de Araxá foram analisadas a partir dos indicadores de pobreza publicados pelo IBGE relativos ao ano de 2003. Os dados apontaram para uma situação de desigualdade social em patamares aceitáveis se comparamos à realidade brasileira daquele ano. Porém, como foi analisada no capítulo dois, a desigualdade no Brasil se expressa em todas as dimensões da sociedade, com um efeito atenuante entre as classes e segmentos sociais diversos.

Desse modo, as políticas de inclusão social têm um papel relevante para tornar possível a *amenização* das disparidades encontradas na sociedade. E as políticas públicas destinadas aos jovens partem da preocupação local, como uma ação micro.

Passando aos dados do emprego e desemprego e da educação em Araxá, foram analisados os últimos anos, referenciados pelo período de 2003 a 2007, tendo por base dados coletados em sites oficiais, institutos de pesquisa local e em órgãos públicos municipais. A evolução do emprego formal demonstrou haver um baixo saldo de emprego, principalmente entre os anos de 2005 a 2007. E verificando a variação absoluta de empregos do município em relação à do Estado, percebeu-se que houve um decréscimo. Mediante as análises, o resultado aponta para a dificuldade de empregos em Araxá.

No plano nacional constatou-se que os indicadores de emprego do período em análise (2003-2007) trouxeram vantagens entre os jovens, inclusive em gênero, ou seja, os homens tendem a ocupar mais vagas no mercado de trabalho.

Em Araxá, dados do primeiro emprego evidenciaram um percentual de 12,05% de todas as contratações, também referentes ao período analisado. Ainda os dados revelaram que a diferença em gênero para o segmento juvenil não foi significativa nas contratações relativas ao ano de 2007, apontando para uma análise mais aprofundada sobre esta questão.

Quanto à educação em Araxá, as pesquisas apontaram que as políticas adotadas estão em consonância com a LDB, tendo em vista a necessidade de atender a demanda do município. Questões relativas à exclusão dos jovens na educação foram constatadas com maior relevância no ensino médio, pelos indicadores de evasão, e nas taxas de distorções de idade, com maior incidência na rede estadual de ensino.

No capítulo dois, primeiramente foi apresentado um estudo da globalização e de seus efeitos perversos no mundo do trabalho. Nas últimas décadas do século XX, precisamente a partir dos anos de 1970, as multinacionais tiveram um papel efetivo nas mudanças provocadas para adequar a produção para fins mais econômicos e rápidos. O resultado foi a precarização dos empregos, com efeitos mais contundentes nos países periféricos. Assim, o estudo partiu do pressuposto de que a globalização é sustentada pelo *consenso neoliberal*, e que provoca mudanças estruturais com tendência a aumentar as desigualdades sociais nos países pobres e concentrar a renda nos países de centro.

Após o estudo da globalização econômica, foram expostos os argumentos dos distintos autores indicados, mesmo tendo em vista concepções ora convergentes, ora divergentes, nas categorias analíticas enfatizadas – desigualdade social, pobreza, exclusão social – que mantêm conexões expressivas e interligadas entre si.

Houve um destaque para a questão social, que é estrutural e persiste na sociedade brasileira, entre o *arcaico e o moderno*, como ocorre nas diferenças regionais do Brasil que demonstram o dualismo predominante, de norte a sul do país. Por causa disto, surgem debates importantes de estudiosos e também de movimentos sociais. A acentuação da pobreza e da exclusão social como manifestação da questão social se

coloca como questionamentos nas relações entre os segmentos sociais e o Estado. Assim, "em diferentes lugares, procura-se conhecer, equacionar, controlar, resolver ou exorcizar suas condições ou efeitos" (Ianni, 1993, p. 2).

Em seguida, passando ao conceito e as definições da linha de pobreza, sob a percepção de autores que, em sua maioria, convergem na proposição das dificuldades em mensurar a pobreza, considerando a distinção de necessidades básicas de uma sociedade, de acordo com a situação de desenvolvimento e do aspecto cultural de um país: os modos de viver, os costumes e os valores.

Na categoria exclusão social, dentre as análises das diversas colocações de dos autores arrolados nos estudos da temática em questão, pode-se sustentar que a sociedade contemporânea enfrenta os efeitos contrários das inovações tecnológicas e a flexibilização em âmbito da produção, com a (re)estruturação nas empresas. Além do desemprego, ocasionado pela falta de vagas no mercado, decorre também a ausência de cidadania, que provoca a exclusão de milhões de pessoas, pois conforme foi tratado, o Brasil carece do *Welfare* de toda a população. A situação acima descrita foi agravada a partir dos anos de 1990, com a adoção de medidas neoliberais dos governos (Wanderley, 2008; Pochmann, 2004). E como se observou no início deste trabalho, os jovens foram mais afetados em três vezes mais do que os adultos, naquela crise. A população jovem aumentou, enquanto os postos de trabalho diminuíram, e com as poucas vagas, a tendência foi a contratação maior de adultos.

O último item do capítulo dois apresentou um histórico das políticas sociais e do surgimento das políticas públicas de juventude. Quanto às políticas sociais, ficou patente a questão da Proteção Social, que desde as primeiras legislações é excludente, diferente do que ocorreu com trabalhadores do mercado formal de trabalho, que tiveram os direitos garantidos em lei. O aspecto das imperfeições das políticas sociais foi ressaltado. O clientelismo, a focalização, setorialização etc., impedem, em grande parte, o acesso universal aos programas e projetos do governo (Pochmann, 2004).

Em relação às políticas públicas destinadas ao segmento juvenil, não houve um tratamento específico até a criação do ECA nos anos de 1990. Naquela década, os problemas sociais dos jovens foram agravados, a exclusão social tornou-se visível,

causando preocupação da sociedade, principalmente, nos centros urbanos. Com a vulnerabilidade dos jovens, aumentaram a criminalidade, drogas, álcool, violência.

Nos últimos governos iniciaram-se projetos com a finalidade de incluir os jovens. Nos anos de 1995 a 2002 houve a criação de vários programas destinados aos jovens, sejam eles vinculados a diferentes ministérios, ou diretamente relacionados com a presidência da República.

A partir do governo Lula, foram criados fóruns, Secretarias e Conselhos representando a juventude, como o CONJUV e leis recentes, que criaram projetos sócio educativos, como o Projovem, em 2005. No entanto, pelo fato dos projetos serem recentes, não há estudos dos resultados e da eficácia dos que foram implementados, ou que estão sendo realizados nas localidades.

O capítulo três fez um histórico do PCA. A instituição nasceu da iniciativa de um vereador, que no ano de 1983 apresentou uma proposta de criação do Conselho Municipal do Bem Estar do Menor, por meio de um documento: o Requerimento 71/1983. O projeto foi aprovado na Câmara Municipal e a partir daí surgiram as medidas para a fundação do Projeto na cidade, com a criação de leis pertinentes. Nos anos de 1990, com a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o COMBEM foi reestruturado e, com a criação da Lei 3.655, no ano 2000, passa a denominar Programa para a Criança e o Adolescente (PCA).

Seguiu-se um detalhamento das etapas: prova de seleção, cursos de capacitação e encaminhamento para o trabalho. Outros aspectos do Projeto analisados foram os encaminhamentos de adolescentes em "situação de risco social", pelos órgãos públicos da cidade ligados aos direitos da criança e do adolescente: o Conselho Tutelar e a Promotoria da Infância e da Juventude.

Ao longo da dissertação do capítulo três, fez-se um estudo do perfil das famílias dos participantes. Notou-se que as famílias são um elo importante na participação de todos na garantia da sobrevivência. Nesse caso, o trabalho dos jovens se justifica devido às tendências atuais revelarem que eles têm adiado a saída da casa dos pais, e ainda que todos os residentes do domicílio, de certa maneira, contribuem com o orçamento da casa. Isto para evitar o estigma da pobreza e, nas situações de exclusão social de entes familiares, o que é mais caracterizado na perda de um emprego fixo.

Nesse caso, o jovem pode contribuir com as despesas da casa, contando com uma renda acrescentada do trabalho.

Por fim, o capítulo quatro revela as conclusões da pesquisa de campo. Nesta etapa, foram analisadas as falas dos entrevistados, de acordo com a participação e envolvimento no processo da trajetória do PCA/PROFET dos últimos anos (2007-2009).

As entrevistas direcionadas aos gestores e ao Representante da política local foram relacionadas às etapas do Projeto: a avaliação do funcionamento e de sugestões de aperfeiçoamento; a participação das empresas parceiras como contratantes dos aprendizes; o perfil dos adolescentes e da avaliação quanto aos objetivos e metas de inserção de jovens no mercado de trabalho.

A entrevista direcionada à Representante de empresas buscou a percepção da atuação e interesse dos aprendizes, e também a avaliação da participação da empresa. Em relação à mãe entrevistada, ela partiu da análise do filho antes e depois de participar do PROFET, e das expectativas para o futuro.

Por último, o questionamento feito aos adolescentes, tanto os atuais como os que já participaram, teve por foco a avaliação das etapas, a preparação para o mercado de trabalho, as primeiras experiências no desenvolvimento das funções nas empresas, o que o PROFET acrescentou em suas vidas, e também as perspectivas de emprego.

Por meio da utilização e da análise das entrevistas, este trabalho buscou responder questões específicas como um meio de atingir a intenção inicial da pesquisa, que consiste em inferir se de fato o PROFET constitui uma política de inclusão social. A seguir, serão delineados alguns pontos essenciais da pesquisa, que fornecem as informações para a aproximação dos resultados.

A realidade social dos jovens participantes definiu o norte inicial da pesquisa. A consulta prévia a documentos da instituição levou a crer que os adolescentes eram originários de camadas populares e de famílias carentes, e que, geralmente, se deparam com situações financeiras instáveis. Os relatos dos entrevistados confirmaram a realidade vivida pelos jovens. Além da constatação de que a realidade dos jovens do município de Araxá é similar a vivida por grande parte dos jovens brasileiros: renda baixa e de idades que conciliam estudos e trabalho, hipótese que se

confirmou a partir das pesquisas realizadas por institutos de pesquisas brasileiros mostradas no capítulo um.

No geral, o público do PROFET cursa o oitavo ano do ensino fundamental, até a terceira série do ensino médio, sendo em maior número os que têm garantido a participação. Sugere-se que daí parte a motivação e o interesse pelo PROFET.

Ingressando no PROFET, os adolescentes podem exercer as atividades de trabalho e de estudo. As horas de trabalho são flexíveis com um "horário especial para o exercício de atividades" (Brasil, Decreto 5.598, artigo 7º).

Outro fator a destacar advém da preocupação dos responsáveis quanto o futuro dos filhos. No relato da mãe entrevistada, ficou evidente que a motivação principal é o primeiro emprego com carteira assinada e com os direitos garantidos. Para ela, o PROFET representa uma carreira mais promissora para os filhos, tanto no trabalho como nos estudos. Ela deseja para o outro filho a mesma experiência acrescida pelo irmão participante.

Os estudos demonstraram ainda, que os jovens tendem a permanecer no Projeto, segundo indicaram os gestores. Da fase do treinamento ao trabalho prático, o de aprendiz na empresa, 80% deles terminam o processo de aprendizagem.

Concluiu-se com a pesquisa uma conjuntura desfavorável de emprego, o que permitiria associar à procura pelo PROFET, levando-se em consideração a dinâmica do emprego formal, em que o mercado de trabalho nos últimos anos (2003-2007) não tem conseguido criar postos de trabalhos suficientes para absorver a demanda da PEA local, e, ainda, as exigências dos empresários pela qualificação profissional. Sendo assim, pode-se dizer que a motivação pelo Projeto parte das adversidades atuais no mundo do trabalho. Por esta razão, o PROFET representa para os adolescentes uma oportunidade, valorizada por eles.

Passo às considerações dos entrevistados, acerca das etapas. Constatou-se que a primeira, ou seja, a prova de seleção, tornou-se uma necessidade que esse critério fosse adotado, tendo em vista o aumento da procura. Os adolescentes e gestores acham a prova de seleção justa, por ser de fácil conteúdo, de forma que todos os interessados tenham a mesma oportunidade de ingresso.

Algumas sugestões para a Prova de seleção foram colocadas. A mãe do

adolescente acha que os “reprovados” deveriam ter a chance de participar da aprendizagem. O Representante da política local sugeriu adequar outros critérios: o histórico escolar do adolescente e não somente a prova ser determinante, além de outros, como os adotados atualmente na área de educação.

A etapa de treinamento, ou a fase dos cursos de capacitação, na opinião dos adolescentes são essenciais, já que eles chegam sem nenhuma noção de emprego e sem experiência. Esse fato foi confirmado pela Coordenadora de RH: “O anterior a ele ser aprendiz realmente é noção. A gente se aperfeiçoa e aprofunda quando ele começa a ser registrado.” Para eles, as noções ajudam para os primeiros contatos na empresa. Posteriormente, eles vão desenvolvendo as potencialidades no decorrer do exercício das atividades. No período de capacitação dos jovens, eles são preparados para a entrevista de emprego, além da realização de palestras, aulas de informática e de algumas disciplinas como Português e Matemática.

Das aulas de informática observou-se que o conhecimento prévio, anterior ao ingresso no PROFET, às vezes não é suficiente para realizar os testes de emprego nas empresas. Isso demandaria maior investimento em recursos e salas mais ampliadas para comportar todos os alunos.

Já as aulas de disciplinas básicas demonstraram-se bastante importante, tanto no desempenho dos adolescentes nas funções, como na forma de reforçar o ensino regular. Os gestores têm notado falhas advindas do conhecimento prévio dos adolescentes nas disciplinas ministradas, evidenciadas especificamente na escrita, na gramática e no cálculo.

Em relação aos treinamentos específicos da função no PROFET, não foram mencionados por eles, mas apenas os treinamentos realizados nas empresas onde trabalham ou trabalharam.

Acerca da questão acima, a Coordenadora de RH ressaltou que há projetos no sentido de alugar salas em estabelecimentos de ensino para realizar os cursos de capacitação e treinamento. Também salientou as parcerias com a Secretaria de Educação, UNIARAXÁ e *BIT Company*[96], para disponibilizarem profissionais da área

---

[96] Em Araxá, esta empresa realiza projetos sociais de iniciativa própria. Um desses projetos o *Projeto*

para ministrarem os cursos.

Avaliando a etapa da realização do trabalho prático de aprendiz nas empresas, no geral os adolescentes têm um bom conceito. A Representante de empresas percebe que os adolescentes são bastante motivados, o que ela atribui à descoberta das atividades laborais numa empresa de grande porte. Já o Representante da política local levantou a questão da dificuldade de empregos, que justifica o esforço e a responsabilidade dos adolescentes.

Em relação às dificuldades do Projeto, as questões levantadas pelos entrevistados relacionam a necessidade de ampliação do espaço físico para desenvolvimento das atividades e a carência de recursos financeiros para atender a todos os Subprogramas. "O PCA hoje trabalha com uma verba limitada que é uma subvenção só do município. Mas essa subvenção não é só para atender o nosso setor" (Coordenadora de RH). Por outro lado, como enfatizou o Representante da política local, a autonomia financeira proporcionaria maior eficácia no direcionamento dos recursos.

Uma dificuldade de âmbito maior é a relação do próprio governo com o Programa, e como os empresários que poderiam ter maior conhecimento para garantir suas participações, fazendo sugestões de currículos e na abertura de mais vagas, independente do estabelecido em lei.

Finalmente, respondendo à questão central do trabalho, mediante os dados apresentados, o PROFET constitui uma política de inclusão social, primeiramente, pelo fato de os adolescentes atendidos serem de famílias carentes.

Profissional do Futuro (PROFUT), que inclui o trabalho voluntário de jovens de 14 a 22 anos nas escolas públicas e nas entidades sociais, tendo por finalidade experiência para o primeiro emprego. Este projeto já envolveu 700 jovens. Segundo o empresário, outro projeto que foi iniciado no ano de 2004 é o *Meninos da Chapadinha.* Nele inclui o atendimento de crianças carentes de bairros periféricos e tem por meta ajudar 12 crianças a ingressarem no ensino superior em 2018. Os beneficiários têm aulas de reforço escolar, praticam esportes (como incentivo), além de contar com assessoria em outras áreas, como a saúde. O projeto visa ajudar as famílias das crianças, que incluem também os irmãos.

Os programas de capacitação profissional podem ser muito úteis para ajudar os jovens de família de renda baixa, conforme foi constatado, e esse é o motivo principal do jovem necessitar sair do estado de inatividade mais cedo. Por esse motivo, o PCA/PROFET pode ser considerado como um elemento de política pública de inclusão social, por garantir ao adolescente carente o primeiro emprego e o acesso à renda.

Em segundo, mesmo com todas as dificuldades apontadas, de acordo com a visão dos próprios adolescentes, os gestores têm se empenhado em desenvolver um trabalho com os adolescentes para a fase posterior: o encaminhamento para o trabalho.

Embora fossem ressaltadas as dificuldades dos adolescentes, tanto nos primeiros contatos com gestores das empresas e, depois no exercício das funções, observou-se que devido ao interesse e empenho, eles logo procuram superar as dificuldades, na própria desenvoltura das atividades.

Deve-se levar em conta também, que o índice de desistência é baixo. Além disso, a maioria tende a permanecer na empresa, ou continuar no mercado, ou até mesmo alcançar sucesso, como o caso ressaltado da adolescente bem-sucedida que atualmente trabalha como responsável por Departamento. Assim, pode-se dizer que o PROFET está atingindo as metas e os objetivos, com os limites assinalados.

Por último, o motivo relacionado às dificuldades de emprego, já ressaltado neste trabalho, pode ser analisado como, senão o mais relevante, aquele que influência bastante na procura pelo PROFET; tanto no que se refere à conjuntura de empregos local, como da exigência dos empresários de habilidades prévias do trabalhador para exercerem funções que demandam algum tipo de experiência. Nesse sentido, observa-se que a primeira experiência de trabalho é fundamental, e que ela pode definir algum norte ao jovem, principalmente para aquele que não tem muitas perspectivas em relação a sua carreira profissional, devido às condições financeiras desfavoráveis.

Como questão para pesquisas futuras gostaria de ressaltar dois pontos:

i) De que forma os representantes do governo e da administração poderiam ter mais conhecimento do trabalho realizado pelo PROFET ou colaborarem com ele de alguma maneira;

ii) Como as empresas também, poderiam colaborar mais com o PROFET, oferecendo

sugestões para os currículos.

Fecho as considerações do trabalho, ressaltando o aspecto de que as políticas públicas de juventude, ainda que recentemente formuladas, constituem um meio de atingir todos os jovens de que delas necessitem, e, como uma proposta planejada do governo, elas ainda não são adequadas e suficientes. Mas, considerando algumas diretrizes e as práticas adotadas, como essa partindo dos municípios, elas apontam para uma possibilidade efetiva de construção. Mesmo que, a exemplo do estudo demonstrado, o PCA/PROFET em si não seja capaz de atender a todas as necessidades, ou seja, a realização total de suas metas e dos objetivos.

Referências

Abramo, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *In*: Fávaro, Osmar (Orgs). *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO. MEC. ANPEd, 2007, pp. 73-90.

Almeida, Maria Hermínia Tavares de. Recentralizando a federação? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, pp. 29-40, jun. 2005.

Antunes, Ricardo. *Adeus ao trabalho?:* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

Aquino, Luseni. Introdução: A juventude como foco das políticas públicas. *In:* Castro, Jorge Abrahão de; Aquino, Luseni Maria C.; Andrade, Carla Coelho de. (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009, pp. 25-39.

Araxá. Câmara Municipal. *Lei 1.963, de 25 de abril de 1985.* Considera de Utilidade Pública o Conselho Municipal do Bem Estar do Menor de Araxá. Araxá: Câmara Municipal, 1985.

Araxá. Câmara Municipal. *Requerimento 71, de 30 de junho de 1983.* Solicita a criação do Conselho Municipal do Bem Estar do Menor de Araxá. Araxá: Câmara Municipal, 1983.

Araxá. *Estatuto – PCA* – Programa para a Criança e o Adolescente. Araxá: 10 de jun. 2005.

Araxá. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá – IPDSA. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável* - Dimensão Econômica. Araxá: IPDSA, 2008.

Araxá. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá – IPDSA. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável* - Dimensão Social. Araxá: IPDSA, 2008.

Araxá. Prefeitura Municipal de Araxá. *Plano Decenal Municipal de Educação* – PDME: 2006-2015. Araxá: Secretaria de Educação, 2006.

Araxá. Prefeitura Municipal. *Lei 1.920, de 12 de setembro de 1984.* Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Bem Estar do Menor de Araxá. Araxá: PMA, 1984.

Araxá. Prefeitura Municipal. *Lei 3.655, de 8 de maio de 2000*. Dispõe sobre a Reformulação da Legislação que trata da política municipal de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Araxá: PMA, 2000.

Araxá. Secretaria de Desenvolvimento Humano. *Projetos em andamento – PCA.* Histórico da Entidade*: PCA.* Araxá: Secretaria de Desenvolvimento Humano, s/d.

Arretche, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, jun. 1999.

Barreiro, José Carlos. O cotidiano e o discurso dos viajantes: criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX (Adaptado). *In*: Barreiro, José Carlos. *Tradição, cultura e protesto popular no Brasil*: 1780 – 1880. 1998. (Tese de Doutorado). São Paulo, Departamento de História – UNESP. São Paulo, 1998.

Behring, Elaine Rossetti; Ivanete Boschetti. *Política social:* fundamentos e história*.* São Paulo: Cortez, 2006.

Belfiore Wanderley, Mariangela. Refletindo sobre a exclusão. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XVIII, n. 55, pp.74-83, nov. 1997.

Bógus, Lucia; Yasbek, Maria Carmelita; Belfiore Wanderley, Mariangela. Apresentação. *In*: Yazbek, Maria Carmelita; Belfiore-Wanderley, Mariangela. (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 3.ed. rev. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2008. pp-11-12.

Brasil. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

Brasil. *Decreto 5.598*. Regulamenta a contratação de aprendizes. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 02 dez. 2005.

Brasil. *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA). Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Brasil. Ipea. PNAD 2006. *Primeiras Análises*: Demografia, educação, trabalho, previdência, desigualdade de renda e pobreza. Brasília / Rio de Janeiro, set. de 2007.

Brasil. *Lei 10.097*. Dispõe sobre a alteração dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943. Publicada no DOU de 20.12.2000.

Brasil. MDS. *Projovem Adolescente*: Adolescências, juventudes e socioeducativo: concepções e fundamentos. Brasília: MDS, 2009a.

Brasil. MDS. *Projovem Adolescente*: Traçado metodológico. Brasília: MDS, 2009b.

Brasil. Ministério da Educação. *PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação*: SAEB: ensino médio: matrizes de referências, tópicos e descritores. Brasília: MEC, 2009c.

Brasil. MTE. *Manual da Aprendizagem*. O que é preciso saber para contratar o jovem aprendiz. Brasília: MTE, Assessoria de Comunicação, 2008.

Braverman, Harry. *Trabalho e capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

Castel, Robert. As armadilhas da exclusão. *In:* Bógus, Lúcia; Yazbek, Maria Carmelita; Belfiore-Wanderley, Mariangela. (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 3.ed. rev. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2008. pp. 21-54.

Castel, Robert. Transformações da questão social. *In:* Bógus, Lúcia; Yazbek, Maria Carmelita; Belfiore-Wanderley, Mariangela. (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 3. ed. rev. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2008. pp. 227-254.

Cruz, Heloísa de Faria. Mercado e polícia – São Paulo, 1890/1915. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 7, n. 14, pp. 115-130, mar./ago. 1987.

Demo, Pedro. *Charme da exclusão social*. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

Demo, Pedro. *Combate à pobreza:* desenvolvimento como oportunidade. São Paulo: Autores Associados, 1996.

Draibe, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo social*, Universidade de São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2003.

Dupas, Gilberto. A lógica da economia global e a exclusão social. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 34, set./dez. 1998.

Foot, Francisco; Leonardi, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

Furtado, Celso. *O Brasil pós-milagre*. 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Globalização: os desafios da nova ordem econômica no mundo do trabalho. *Revista Fundacentro*, Ministério do Trabalho e Emprego, v. 3, n. 13, pp.7-9, 1999.

Gonzalez, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? *In:* Castro, Jorge Abrahão de; Aquino, Luseni Maria C.; Andrade, Carla Coelho de. (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009, pp. 111-128.

Harvey, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

Ianni, Octávio. A questão social. *São Paulo em Perspectiva*, pp. 2-10, jan./mar. 1991.

Kerbauy. Maria Teresa Miceli. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 2005, pp. 193-203.

Kon, Anita (Orient.) Parte 2: Capacitação profissional: capacitação profissional de jovens em situação de risco na Região Central Município de São Paulo: subsídios para a

inserção social. *In:* Bock, Ana Mercês Bahia; Cruz, Myrt Thânia Souza. (Coord.). *O mundo do trabalho e o desafio da inclusão social*: relato de uma experiência no centro de São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 2009. pp. 69-102.

Kowarick, Lúcio. O conceito de exclusão social. *In:* Véras, Maura Pardini Bicudo. *Por uma sociologia da exclusão social*: o debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999, pp. 138-142.

Lavinas, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, v. 4, n. 1, pp. 25-59, out. 2003.

Lazzareschi, Noêmia. *Trabalho ou emprego?* São Paulo: Paulus, 2007.

Lima, Glaura Teixeira Nogueira. *Das águas passadas à terra do sol*: ensaio sobre a história de Araxá. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999.

Martins, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia alemã*: Feuerbach - a oposição entre as concepções materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2007.

Menor Abandonado: assunto palpitante na Câmara Municipal. *Correio de Araxá*, v. 27, n. 1.448, pp. 02-03, 6 de jul. 1983.

Moreira, Lílian. Nióbio. A descoberta não era urânio... *Revista Minérios & Minerales*, ano 22, ed. 277, v. 1, pp.66-67, jul./ago. 2004.

Novaes, Regina Célia Reyes et alii. *Política Nacional de Juventude*: diretrizes e perspectivas. São Paulo: CONJUVE, 2006.

Novaes, Regina Célia Reyes. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. *In*: Fávaro, Osmar (Org.). *Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007, pp. 253-281.

Novaes, Regina Célia Reyes. Prefácio. *In:* Castro, Jorge Abrahão de; Aquino, Luseni Maria C.; Andrade, Carla Coelho de. (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009, pp. 14-22.

O Trem da História – Boletim informativo do setor de Patrimônio histórico da Fundação Cultural Calmon Barreto, Araxá, v. 3, n. 10, pp. 4-5, jul./set. 1993.

O Trem da História – Boletim informativo do setor de Patrimônio histórico da Fundação Cultural Calmon Barreto, Araxá, v. 5, n. 17, p. 7, abr./jun. 1995.

O Trem da História – Boletim informativo do setor de Patrimônio histórico da Fundação Cultural Calmon Barreto, Araxá, v. 6, n. 19, pp. 4, 6-11, jan./mar. 1996.

O Trem da História – Boletim informativo do setor de Patrimônio histórico da Fundação Cultural Calmon Barreto, Araxá, v. 8, n. 25, pp. 11-12, jan./abr. 1998.

O Trem da História – Boletim informativo do setor de Patrimônio histórico da Fundação Cultural Calmon Barreto, Araxá, v. 8, n. 26, pp. 6,7, 12, maio/set. 1998.

O Trem da História – Boletim informativo do setor de Patrimônio histórico da Fundação Cultural Calmon Barreto, Araxá, v. 8, n. 27, pp.11-12, out./dez. 1998.

O Trem da História – Boletim informativo do setor de Patrimônio histórico da Fundação Cultural Calmon Barreto, Araxá, v. 9, n. 28, p. 10, jan./abr.1999.

Oliveira, Íris Maria de. Cultura política, direitos e política social. In: Boschetti, Ivanete et alii (Orgs.) *Política social no capitalismo*: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

Pochmann, Marcio et alii (Orgs.) *Atlas da exclusão social, volume 5*: agenda não liberal da inclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.

Pochmann, Marcio. (Org.*) Outra cidade é possível:* alternativas de inclusão social em São Paulo. São Paulo: Cortez, 2003b.

Pochmann, Marcio. (Org.) *Políticas públicas municipais*: o desafio do desenvolvimento local. São Paulo: DataSOL, 2007.

Pochmann, Marcio. *A batalha pelo primeiro emprego*: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

Pochmann, Marcio. *Atlas da exclusão social no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003a.

Pochmann, Marcio. *O desafio da inclusão social no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

Pochmann, Marcio. *O emprego na globalização*: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001. (Coleção Mundo do Trabalho).

Revista Identidade, v. 3, n. 20, nov./dez. 2009.

Rocha, Sonia. *Pobreza no Brasil*. Afinal do que se trata? Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2003.

Romão, Wagner de Mello. O espaço das diferenças: construindo opiniões sobre as políticas públicas de juventude. *In:* Novaes, Regina Célia Reyes et alii. *Política Nacional de Juventude*: diretrizes e perspectivas. São Paulo: CONJUVE, 2006.

Seer, H. J.; Moraes, L. C.; Riffel, B. F. *História geológica do oeste mineiro* – CBMM/CODEMIG, 2004 (CD-Rom).

Sevcenko, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil 3*. República: da Belle Époque à Era do Radio. São Paulo: Editora Schwarcz; Companhia das Letras, 1998.

Silva, Enid Rocha Andrade da; Andrade, Carla Coelho de. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. *In:* Castro, Jorge Abrahão de; Aquino, Luseni Maria C.; Andrade, Carla Coelho de. (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009, pp.43-69.

Silva, Maria Ozanira da Silva e et alii. Comunidade solidária: contradições e debilidades. *In:* Silva, Maria Ozanira da Silva e (Coord.) *O Comunidade Solidária*: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil. São Paulo: Cortez, 2001. pp. 71-91.

Soares, Alexandre B.; Rizzini, Irene; Bush, Malcom (Coords.) *Juventude e elos com o mundo do trabalho*: retratos e desafios. São Paulo: Cortez, 2010.

Sposati, Aldaíza de Oliveira et alii. *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*: uma questão em análise. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Sposati, Aldaíza de Oliveira. Exclusão social abaixo da linha do Equador. *In:* Véras, Maura Pardini Bicudo. *Por uma sociologia da exclusão social*: o debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999, pp. 126-137.

Sposati, Aldaíza de Oliveira. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de Diadema*. Pontifícia Católica de São Paulo – PUCSP. Diadema: Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais – CEDEST, 2007.

Spósito, Marília P.; Carrano, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *In:* Fávero, Osmar (Org.). *Juventude e contemporaneidade*. Brasília: UNESCO. MEC, ANPEd, 2007, pp. 179-215.

Stoer, Stephen et alii. *Os lugares da exclusão social*: um dispositivo de diferenciação pedagógica. São Paulo: Cortez, 2004.

Telles, Vera da Silva. Dilemas do Brasil contemporâneo. *Caderno Centro de Recursos Humanos*, Salvador, n. 19, 1993.

Torres, Raquel; Pereira, Sandra. O capital financeiro em questão. *Revista Poli*, Rio de Janeiro, v.1, n. 4, pp. 2-7, mar./abr. 2009.

Véras, Maura Pardini Bicudo. *Por uma sociologia da exclusão social*: o debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999.

Véras, Maura Pardini Bicudo. *Trocando olhares*: uma introdução à construção sociológica da cidade. São Paulo: Studio Nobel; EDUC, 2000.

Wanderley, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. *In:* Bógus, Lúcia; Yazbek, Maria Carmelita; Belfiore Wanderley, Mariangela. (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 3. ed. rev. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2008. pp. 55-166.

Wanderley, Luiz Eduardo W. Enigmas do social. *In*: Bógus, Lúcia; Yazbek, Maria Carmelita; Belfiore Wanderley, Mariangela. (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. 3. ed. rev. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2008. pp. 167-226.

Wanderley, Luiz Eduardo W.; Raichelis, Raquel. (Orgs.). *A cidade de São Paulo*: relações internacionais e gestão pública. São Paulo: EDUC, 2009.

Yasbek, Maria Carmelita. A política social brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social. *Caderno do CEAS*, n. 164, 1996.

Sites consultados

Araxá. *Fostafo – Mina de Araxá – Serrana*. Disponível em: www.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT2002-186-00.pdf. Acesso: em 06/08/2009.

Araxá. *Mineração de Nióbio em Araxá*. Disponível em: www.codemig.com.br/ Acesso em: 05/08/2009.

Brasil. *IBGE Cidades, Mapa de Pobreza e Desigualdade* - Municípios Brasileiros 2003, Araxá-MG. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/. Acesso em: 21/09/2009.

Brasil. *Indicadores Socioeconômicos.* B.5 Proporção de pobres. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br. Acesso em: 18/12/2009.

Brasil. MTE. *Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda* - Dados por Município. Disponível em: http://perfildomunicipio.caged.gov.br/ Acesso em: 21/09/2009.

Brasil. PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano: pobreza e desigualdade, 2005.* Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: 17/12/2009.

Brasil. Anuário Estatístico RAIS: emprego. Disponível em http://anuariorais.caged.gov.br/. Acesso em: 10/05/2010.

Kowarick, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 17/12/2009.

Malta Campos, Maria. Educação e políticas de combate à pobreza. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, set./dez./ 2003. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 17/12/2009.

Mellazo, Everaldo Santos. *Mapeando a distribuição da renda no espaço intra-urbano de Presidente Prudente/SP.* Disponível em: http://www4.fct.unesp.br. Acesso em: 24/12/2009.

Monteiro, Carlos Augusto. Fome e desnutrição: A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 17, n. 48, maio/ago. 2003. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 17/12/2009.

Oliveira, Edson Marques. Empreendedorismo social, combate à pobreza e desafios para a geração de emancipação social no Brasil. *Revista Expectativa*, v.3, n.3, 2004. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br. Acesso em: 18/12/2009.

Pereira Júnior, Rui Fernandes et alii. *Nióbio.* Sumário mineral (2007). Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/. Acesso em: 06/08/2009.

ANEXOS

1. Roteiros Semi-Estruturados para Entrevista[97] - PCA/PROFET

1.1 Entrevista dirigida à adolescente participante atual do PCA/PROFET. A entrevista foi realizada no dia 26 de abril de 2010. Tempo de Gravação: 1 hora, 10 minutos e 20 segundos.

Tema 1: Avaliação do PROFET em termos da prova de seleção.

1.1 A prova de seleção, como critério de ingresso no PROFET, acha justo ou injusto.
1.2 Achou a prova de seleção difícil, concorrida etc.
1.3 O que pode ser aperfeiçoado na prova de seleção.

Tema 2: Avaliação do PROFET em termos dos cursos básicos de capacitação, aulas de informática, aulas de reforço.

2.1 Evidencie os aspectos positivos.
2.2 Evidencie as dificuldades.
2.3 Fale sobre os profissionais se as palestras ou aulas foram boas.
2.4 Gostou de ter participado. Tempo de curso.
2.5 Os cursos ajudaram para trabalhar na empresa.

Tema 3: Encaminhamento para o trabalho.

3.1 Fale da entrevista de emprego.
3.2 Conseguiu o trabalho na primeira entrevista.

Tema 4: Trabalho de aprendiz.

4.1 Gosta do trabalho exercido na empresa.
4.2 As atividades que já exerceu ou está exercendo.
4.3 Tem feito treinamento no PROFET para exercer as atividades na empresa.
4.4 O treinamento é suficiente ou insuficiente.
4.5 Tempo de treinamento até agora.
4.6 Quais são as suas maiores dificuldades na empresa.

Tema 5: Relacionamento família/PROFET.

5.1 Há bom relacionamento entre sua família e o PROFET.
5.2 Funcionários do PROFET já visitaram sua família.

---

[97] Previamente, as pessoas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) bem como, elas foram informadas das temáticas a serem abordadas na entrevista. Esta fase ocorreu num curto espaço de tempo e por isto, foi bastante exaustiva. Apesar disto, as entrevistas foram, demasiadamente, preciosas. Os entrevistados contribuíram significativamente e responderam, prontamente, as questões da pesquisa. Ressalto, porém, que nem todos os aspectos contidos no roteiro e que foram respondidos pelos entrevistados foram objetos de análise na pesquisa por não constituírem das questões centrais deste trabalho.

5.3 Alguma vez sua família foi até o PROFET. Evidencie o motivo.

Tema 6: Avaliação geral do PROFET.

6.1 Qual a etapa do PROFET que você mais gostou. Justifique a sua resposta.
6.2 O que pode ser melhorado no PROFET.
6.3 Acha que a experiência proporcionada pelo PROFET te ajudará para arrumar outro emprego.
6.4 Acha que o PROFET tem acrescentado muito em sua vida.

1.2 Entrevista dirigida à jovem egressa bem sucedida do PCA/PROFET. A entrevista foi realizada no dia 26 de maio de 2010.
Tempo de Gravação: 32 minutos e 54 segundos.

Tema 1: Avaliação do PROFET em termos da prova de seleção.

1.1 Como você ficou sabendo do PROFET.
1.2 Como foi seu ingresso no PROFET: pela prova de seleção, por encaminhamento etc.
1.3 Caso foi por meio de prova, responder:
 1.3.1 A prova de seleção, como critério de ingresso no PROFET, acha justo ou injusto.
 1.3.2 Achou a prova de seleção difícil, concorrida etc.
 1.3.3 O que pode ser aperfeiçoado na prova de seleção.

Tema 2: Avaliação do PROFET em termos dos cursos básicos de capacitação, aulas de informática, aulas de reforço.

2.1 Evidencie os aspectos positivos.
2.2 Evidencie as dificuldades.
2.3 Sobre o trabalho dos profissionais: as palestras ou aulas foram boas.
2.4 Gostou de ter participado dos cursos de capacitação.
2.5 Os cursos te ajudaram para trabalhar na empresa.

Tema 3: Encaminhamento para o trabalho.

3.1 Fale da entrevista de emprego.
3.2 Conseguiu o trabalho na primeira entrevista.

Tema 4: Trabalho de aprendiz.

4.1 Tempo de trabalho como aprendiz.
4.2 Gostou de trabalho exercido na empresa como aprendiz.
4.3 Quais as atividades exercidas como aprendiz.
4.4 Durante o contrato de trabalho fez treinamento no PROFET para exercer as atividades na empresa.
4.5 O treinamento foi suficiente ou insuficiente.
4.6 Tempo de treinamento.
4.7 Quais foram as suas maiores dificuldades na empresa.

Tema 5: O trabalho como contratada.

5.1 Tempo de contrato na empresa.
5.2 Qual o cargo que você iniciou.
5.3 Fale-me do processo em que você foi contratada, por vaga surgida e/ou eficiência. Evidencie o critério e escolha para o cargo.
5.4 Havia outros aprendizes que estavam concorrendo à vaga.

5.5 O período de aprendiz te ajudou para você exercer a função como contratada.
5.6 A função exercida na atualidade.
5.7 Tem contato com aprendizes do PROFET. Participa do processo de seleção.
5.8 Indicaria o PROFET para outros adolescentes e jovens.

Tema 6: Relacionamento família/PROFET.

6.1 Houve bom relacionamento entre sua família e o PROFET.
6.2 Funcionários do PROFET visitaram sua família.
6.3 Alguma vez sua família foi até o PROFET. Evidencie o motivo.

Tema 7: Avaliação geral do PROFET.

7.1 A etapa do PROFET que mais gostou. Justifique a sua resposta.
7.2 O que pode ser melhorado no PROFET.
7.3 Você acha que o PROFET te acrescentou muito em sua vida.

1.3 Entrevista dirigida ao Representante da política local. A entrevista foi realizada no dia 27 de maio de 2010.
Tempo de Gravação: 46 minutos e 46 segundos.

Tema 1: A inserção do adolescente no mercado de trabalho.

1.1 Como você vê o PROFET em termos dos objetivos propostos que é a inserção do jovem no mercado de trabalho.
1.2 O PROFET está cumprindo a meta.

Tema 2: Avaliação do PROFET.

2.1 Quais são os aspectos positivos.
2.2 Evidencie as dificuldades: o que pode ser melhorado ou aperfeiçoado no PROFET.
2.3 Acha que o critério de seleção é adequada.
2.4 As provas podem ser melhoradas.
2.5 Há algum entrave que possa impedir a execução dos objetivos que é preparar o jovem para o mercado de trabalho.
2.6 O que pensa dos encaminhados de adolescentes por meio do Conselho Tutelar ou pelo Juiz de Direito.

Tema 3: Relacionamento com a família do adolescente.

3.1 Como é a estrutura das famílias em termos econômicos e sociais.
3.2 Existe algum critério para elas participarem do PROFET.
3.3 A condição social é prioridade para ingresso no PROFET.

Tema 4: Conhecimento do perfil dos participantes.

4.1 Como são.
4.2 Como se comportam durante as etapas, como nos cursos de capacitação básica ou treinamento.
4.3 Como se comportam na entrevista.
4.4 Os egressos: há algum acompanhamento de como eles estão e a trajetória deles.

Tema 5: Experiência no cargo de Presidente do PCA.

5.1 Levantar os aspectos positivos e as dificuldades na gestão anterior.
5.2 Levantar os aspectos positivos e as dificuldades enfrentadas pelo PROFET na atualidade.
5.3 Ressaltar a evolução do PCA.

Tema 6: Empresas parceiras.

6.1 Número de empresas conveniadas.
6.2 Elas têm ajudado no cumprimento das metas do PROFET.

6.3 Como vê a participação das empresas parceiras no PROFET.

Tema 7: Avaliação geral do PROFET.

7.1 Quanto à estrutura física: os equipamentos e materiais didáticos utilizados no treinamento, o espaço físico.
7.2 Quanto aos profissionais envolvidos: são eficientes, são capacitados na área de treinamento.
7.3 Acha que o PROFET tem ajudado os adolescentes arrumarem um emprego fixo.

Tema 8: Percepção sobre a inclusão social.

8.1 Existem programas/projetos da administração municipal (estadual, federal) com as finalidades de inclusão. Elas contam com a colaboração de setores da sociedade civil (ONGs, movimentos, Terceiro Setor, igrejas, etc.).
8.2 Acha de fato que o PROFET propicia ou tem propiciado a inclusão social.

1.4 Entrevista dirigida à Representante de empresas. A entrevista foi realizada no dia 08 de junho de 2010.
Tempo de Gravação: 34 minutos e 59 segundos.

Tema 1: Parceria – PROFET/empresa.

1.1 Tempo de parceria.
1.2 Como a parceria foi realizada: espontânea ou foi procurada por agentes públicos.
1.3 Está satisfeito(a) com a parceria.
1.4 O relacionamento empresa-PROFET.

Tema 2: Os aprendizes e o desempenho na empresa.

2.1 Quantos aprendizes já passaram pela empresa.
2.2. Tempo médio que trabalharam.
2.3 Quais as atividades que já exerceram.
2.4 Como avaliam o compromisso, o comportamento.
2.5 Como avaliam o desempenho deles.
2.6 Como os aprendizes se comportam nas entrevistas (timidez, bom desempenho, criatividade etc.).

Tema 3: Desistência ou demissão.

3.1 Todos os aprendizes chegam a cumprir o contrato de trabalho até o final.
3.2 Há muitos demitidos. Os motivos.
3.3 Há muitos evadidos. Os motivos.
3.4 Quantos adolescentes ficam na empresa após final de contrato.
3.5 Há muitos promovidos. Critérios observados.

Tema 4: Origem da família.

4.1 Tem conhecimento da origem sócio-econômica dos aprendizes.
4.2 Tem algum contato com a família.

Tema 5: Cursos de capacitação.

5.1 Tem conhecimento dos cursos de capacitação no PROFET.
5.2 Como são treinados.
5.3 Tempo de treinamento.
5.4 Tipos de treinamento e/ou para quais ofícios.
5.5 Acha que o PROFET os capacita de forma adequada.

Tema 6: Avaliação geral do PROFET.

6.1 Como a empresa vê a parceria neste projeto. Tem participado de maneira suficiente ou poderia contribuir mais.

1.5 Entrevista dirigida à adolescente desistente do PCA/PROFET. A entrevista foi realizada no dia 22 de junho de 2010.
Tempo de Gravação: 24 minutos e 16 segundos.

Tema 1: Avaliação do PROFET em termos da prova de seleção.

1.1 A prova de seleção, como critério de ingresso no PROFET, achou justo ou injusto.
1.2 Achou a prova de seleção difícil, concorrida etc.
1.3 O que pode ser aperfeiçoado na prova de seleção.

Tema 2: Avaliação do PROFET em termos dos cursos básicos de capacitação, aulas de informática, aulas de reforço.

2.1 Evidencie os aspectos positivos.
2.2 Evidencie as dificuldades.
2.3 Fale sobre os profissionais se as palestras ou aulas foram boas.
2.4 Gostou de ter participado.
2.5 Te ajudou para trabalhar na empresa.

Tema 3: Encaminhamento para o trabalho.

3.1 Fale da entrevista de emprego.
3.2 Conseguiu o trabalho na primeira entrevista.

Tema 4: Trabalho de aprendiz.

4.1 Gostou do trabalho exercido na empresa.
4.2 Quais as atividades que exerceu durante o tempo de aprendiz.
4.3 Fez treinamento no PROFET para exercer as atividades na empresa.
4.4 O treinamento foi suficiente ou insuficiente.
4.5 Quais são as suas maiores dificuldades na empresa.
4.6 Evidencie o(s) motivo(s) da desistência do PROFET.

Tema 5: Relacionamento família/PROFET.

5.1 Houve bom relacionamento entre sua família e o PROFET.
5.2 Funcionários do PROFET visitaram sua família.
5.3 Alguma vez, sua família foi até o PROFET. Evidencie o motivo.

Tema 6: Avaliação geral do PROFET.

6.1 A etapa do PROFET que você mais gostou. Justifique a resposta.
6.2 O que pode ser melhorado no PROFET.
6.3 Acha que a experiência adquirida no PROFET ajudará você arrumar outro emprego.
6.4 Indicaria o PROFET a um amigo ou outra pessoa.
6.5 Você acha que o PROFET acrescentou algo em sua vida.

1.6 Entrevista dirigida à mãe de adolescente participante atual do PCA/PROFET. A entrevista foi realizada no dia 22 de junho de 2010. Tempo de Gravação: 27 minutos e 12 segundos.

Tema 1: Avaliação do PROFET em termos da prova de seleção.

1.1 A prova de seleção, como critério de ingresso no PROFET, seu filho comentou se achou justo ou injusto.
1.2 Ele achou a prova de seleção difícil, concorrida etc.
1.3 O que você acha que pode ser aperfeiçoado na prova de seleção.

Tema 2: Avaliação do PROFET em termos dos cursos básicos de capacitação, aulas de informática, aulas de reforço.

2.1 Evidencie os aspectos positivos.
2.2 Evidencie as dificuldades.
2.3 O filho falou sobre os profissionais se as palestras ou aulas foram boas.
2.4 Ele gostou de ter participado das atividades.
2.5 Os cursos de capacitação no PROFET ajudaram seu filho para trabalhar na empresa.

Tema 3: Encaminhamento para o trabalho.

3.1 O que ele achou da entrevista de emprego.
3.2 Ele Conseguiu o trabalho na primeira entrevista.

Tema 4: Trabalho de aprendiz.

4.1 Ele gosta do trabalho que está exercendo na empresa.
4.2 Quais as atividades que ele está exercendo.
4.3 Ele está fazendo ou fez treinamento no PROFET para exercer as atividades na empresa onde trabalha.
4.4 O treinamento é suficiente ou insuficiente.
4.5 Tempo de treinamento.
4.6 Quais as maiores dificuldades dele na empresa.

Tema 5: Relacionamento família/PROFET.

5.1 Há bom relacionamento entre sua família e o PROFET.
5.2 Funcionários do PROFET já visitaram sua família.
5.3 Alguma vez, sua família foi até o PROFET. Evidencie o motivo.
5.4 Já participou de alguma atividade ou evento do PROFET.

Tema 6: Avaliação geral do PROFET.

6.1 Qual a etapa do PROFET que acha que ele mais gostou. Justifique a resposta.
6.2 O que pode ser melhorado no PROFET e o que você acha de positivo.

6.3 Acha que PROFET ajudará seu filho a arrumar outro emprego.
6.4 Quais são as suas expectativas quanto ao futuro de seu filho depois do PROFET.
6.5 Você acha que o PROFET vai acrescentar muito na vida dele.
6.6 Como você vê o seu filho antes e depois do ingresso no PROFET.

1.7 Entrevista dirigida à Coordenadora dos cursos de capacitação do PCA/PROFET. A entrevista foi realizada no dia 23 de junho de 2010. Tempo de Gravação: 43 minutos e 02 segundos.

Tema 1: A inserção do adolescente no mercado de trabalho.

1.1 Como você vê o PROFET em termos dos objetivos propostos que é a inserção do jovem no mercado de trabalho.
1.2 Ele está cumprindo a meta.
1.3 Motivos da desistência dos participantes.

Tema 2: Visão do PROFET.

2.1 Os aspectos positivos.
2.2 Evidencie as dificuldades, o que pode ser melhorado ou aperfeiçoado no PROFET.
2.3 Acha que o critério de seleção é adequado.
2.4 As provas podem ser melhoradas.
2.5 Há algum entrave que possa impedir a execução dos objetivos que é preparar o jovem para ingressá-lo no mercado.

Tema 3: Relacionamento com a família do adolescente.

3.1 Como se estruturam as famílias termos econômicos e sociais.
3.2 Existe algum critério os adolescentes participarem do PROFET.
3.3 Priorizam a condição social para ingresso no PROFET.

Tema 4: perfil dos participantes.

4.1 Como são.
4.2 Aproveitamento escolar, capacidade de escrita e de compreensão.
4.3 Como se comportam durante as etapas, como nos cursos de capacitação básica ou treinamento.
4.4 Como se comportam na entrevista.
4.5 Sobre os egressos há algum acompanhamento de como eles estão e a trajetória deles.

Tema 5: Avaliação dos cursos de capacitação.

5.1 Quanto ao espaço físico, equipamentos e materiais didáticos estão adequados.
5.2 São adequados, suficientes para atender as empresas, se o tempo de curso é suficiente.
5.3 Quanto aos profissionais envolvidos:
    5.3.1 São eficientes, capacitados na área, as áreas atendidas são suficientes.
    5.3.2 Curso de informática: adequado, equipamentos, tempo.
5.4 As temáticas trabalhadas: são adequadas para as primeiras noções de trabalho.
5.5 Freqüência dos alunos no curso.
5.6 Interesse dos alunos pelas atividades.

Tema 6: Avaliação geral do PROFET

6.1 Acha que o PROFET tem ajudado os adolescentes arrumarem um emprego fixo.

1.8 Entrevista dirigida ao adolescente participante atual do PCA/PROFET. A entrevista foi realizada no dia 24 de junho de 2010.
Tempo de Gravação: 36 minutos e 20 segundos.

Tema 1: Avaliação do PROFET em termos da prova de seleção.

1.1 A prova de seleção, como critério de ingresso no PROFET, acha justo ou injusto.
1.2 Achou a prova de seleção difícil, concorrida etc.
1.3 O que pode ser aperfeiçoado na prova de seleção.

Tema 2: Avaliação do PROFET em termos dos cursos básicos de capacitação, aulas de informática, aulas de reforço.

2.1 Evidencie os aspectos positivos.
2.2 Evidencie as dificuldades.
2.3 Fale sobre os profissionais se as palestras ou aulas foram boas.
2.4 Gostou de ter participado. Tempo de curso.
2.5 Os cursos ajudaram para trabalhar na empresa.

Tema 3: Encaminhamento para o trabalho.

3.1 Fale da entrevista de emprego.
3.2 Conseguiu o trabalho na primeira entrevista.

Tema 4: Trabalho de aprendiz.

4.1 Gosta do trabalho exercido na empresa.
4.2 Quais as atividades que já exerceu ou está exercendo.
4.3 Tem feito treinamento no PROFET para exercer as atividades na empresa.
4.4 O treinamento é suficiente ou insuficiente.
4.5 Tempo de treinamento até agora.
4.6 Quais são as suas maiores dificuldades na empresa.

Tema 5: Relacionamento família/PROFET.

5.1 Há bom relacionamento entre sua família e o PROFET.
5.2 Funcionários do PROFET já visitaram sua família.
5.3 Alguma vez, sua família foi até o PROFET. Evidencie o motivo.

Tema 6: Avaliação geral do PROFET.

6.1 Qual a etapa do PROFET que você mais gostou. Justifique a resposta.
6.2 O que pode ser melhorado no PROFET.
6.3 Acha que a experiência proporcionada pelo PROFET te ajudará para arrumar outro emprego.
6.4 Acha que o PROFET tem acrescentado muito em sua vida.

1.9 Entrevista dirigida à Coordenadora de Recursos Humanos do PCA/PROFET.
A entrevista foi realizada no dia 25 de junho de 2010.
Tempo de Gravação: 1 hora, 11 minutos e 13 segundos.

Tema 1: A inserção do adolescente no mercado de trabalho.

1.1 Como você vê o PROFET em termos dos objetivos propostos que é a inserção do jovem no mercado de trabalho.
1.2 Ele está cumprindo a meta.
1.3 Motivos da desistência dos participantes.

Tema 2: Visão do PROFET.

2.1 Os aspectos positivos.
2.2 Evidencie as dificuldades: o que pode ser melhorado ou aperfeiçoado no PROFET.
2.3 Acha que o critério de seleção é adequado.
2.4 As provas podem ser melhoradas.
2.5 O que pensa dos encaminhados de adolescentes por meio do Conselho Tutelar ou pelo Juiz de Direito.
2.6 Há algum entrave que possa impedir a execução dos objetivos que é preparar o jovem para ingressá-lo no mercado.

Tema 3: Relacionamento com a família do adolescente.

3.1 Como se estruturam as famílias termos econômicos e sociais.
3.2 Existe algum critério os adolescentes participarem do PROFET.
3.3 Priorizam a condição social para ingresso no PROFET.

Tema 4: Perfil dos participantes.

4.1 Como são.
4.2 Aproveitamento escolar, capacidade de escrita e de compreensão.
4.3 Como se comportam durante as etapas, como nos cursos de capacitação básica ou treinamento.
4.4 Como se comportam na entrevista.
4.5 Sobre os egressos há acompanhamento de como eles estão e a trajetória deles.

Tema 5: avaliação geral do PROFET.

5.1 Quanto a estrutura física:
    5.1.1 Os equipamentos e materiais didáticos utilizados no treinamento, o espaço físico.
5.2 Quanto aos profissionais envolvidos:
    5.2.1 São eficientes, capacitados na área, as áreas atendidas são suficientes.
5.3 Sobre os cursos de capacitação no geral:
    5.3.1 São adequados, suficientes para atender a empresa, se o tempo é suficiente.

5.3.2 Curso de informática: adequado, equipamentos, tempo.

5.4 As empresas parceiras:

5.4.1 Acha que as empresas têm participado e colaborado e em que elas ajudam.

5.5 Acha que o PROFET tem ajudado os adolescentes arrumarem um emprego fixo.

2. ESTATUTO

PCA – PROGRAMA PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

CAPÍTULO I

SEÇÃO I
DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º - O Programa para a Criança e o Adolescente, neste Estatuto e para todos os fins denominado PCA é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de personalidade Jurídica de Direito Privado, cuja sede e foro é localizada no Município de Araxá/MG.

SEÇÃO II
DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O PCA – Programa para a Criança e o Adolescente, obedecidos aos preceitos da Lei Federal nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 3.655/2000, objetiva:

I- Implementar as ações de proteção à criança e ao adolescente, definidas nas políticas de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.
II- Aplicação de medidas socioeducativas.

§ 1° - Na consecução dos seus objetivos o PCA – Programa para a Criança e o Adolescente executará serviços de apoio, orientação e promoção da criança, do adolescente e de sua família, preferencialmente, aqueles em situação de risco.

§ 2° - O PCA – Programa para a Criança e o Adolescente terá como metas o desenvolvimento de atividades sócio-educativas e psicopedagógicas com crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, promovendo a sua inserção na comunidade e no mercado de trabalho e favorecendo sua auto-realização, bem como de sua família.

Art. 3º - O PCA – Programa para a Criança e o Adolescente prestará serviços gratuito a todo o seu público-alvo, sem qualquer tipo de discriminação sócio-cultural, econômica, financeira, racial, cor, sexo ou religião.

SEÇÃO III
DA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES

Art. 4º - O PCA – Programa para a Criança e o Adolescente desenvolverá atividades específicas que serão denominadas Subprogramas, sujeitas à avaliação anual e parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cuja continuidade dependerá ainda, da ausência de oferta por órgão ou entidade.

§ 1° - Os Subprogramas serão instituídos através de Resolução do Conselho Gestor, na forma do caput deste artigo.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO, COMPETÊNCIA E ESTRUTURA

SEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º - O PCA – Programa para a Criança e o Adolescente será constituído por um Conselho Gestor, uma Diretoria e um Conselho Fiscal, os quais terão a seguinte composição:

I- O conselho Gestor será integrado:

a) Por um representante da Área de Comunicação da Prefeitura Municipal, designado pelo Prefeito Municipal.
b) Por um representante das Escolas Infantis e ou Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino, designado pelo Prefeito Municipal.
c) Por um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, um representante da Secretaria Municipal de Educação e um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Parcerias, designados pelo Prefeito Municipal.
d) Dois representantes da Câmara Municipal.

§ 1° - O ato do Chefe do Executivo e do Legislativo que indicar os Membros do Conselho Gestor, indicará também os seus respectivos suplentes.

§ 2° - O Conselho Gestor iniciará suas atividades após a sua primeira reunião, a qual contará com a participação de um membro do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, segmento das Entidades Não-Governamentais, cabendo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano, convocar a referida reunião.

I- A Diretoria Executiva do P.C.A. - Programa para Criança e o Adolescente será composta por um Presidente, um secretário e um Tesoureiro, escolhidos pelos membros do Conselho Gestor, entre seus pares, sejam eles titulares ou suplentes.

II- O Conselho Fiscal será constituído por:

a) Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, de reconhecido conhecimento nas áreas financeira e contábil.
b) Um representante da Câmara Municipal, indicado pela Presidência.

c) Um membro indicado pelo Conselho Gestor, que não o integre, de reconhecido conhecimento nas áreas financeira e contábil.

SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 6° - Ao Conselho Gestor compete:

I- Traçar as normas e diretrizes fundamentais da Entidade e deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto.
II- Indicar os mecanismos necessários à implementação do Plano Anual de Trabalho.
III- Aprovar o Orçamento Anual da Entidade, após a promulgação da Lei Orçamentária Anual do Município e solicitar, quando necessário, a abertura de créditos suplementares, especiais ou emergenciais.
IV- Deliberar, após parecer do Conselho Fiscal, sobre as contas do PCA, encaminhando cópias das mesmas à Contabilidade da Prefeitura Municipal e a outros colaboradores.
V- Publicar anualmente os Relatórios Contábeis mais importantes referentes ao ano anterior.
VI- Aprovar, através de Resoluções, a estrutura administrativa do PCA.
VII- Empossar os Membros da Diretoria.
VIII- Gerir e administrar o PCA.
IX- Elaborar e divulgar o Relatório Anual de Gestão, contendo as metas atingidas no exercício.

Parágrafo Único: Compete ainda ao Conselho Gestor elaborar e encaminhar aos Órgãos Financiadores os seus Projetos, buscando recursos complementares para implementação de suas ações, tendo como prioridade os Subprogramas instituídos por resolução do Conselho Gestor e aprovados pelo CMDCA.

Art. 7° - Ao Conselho Fiscal compete:

I- Emitir parecer sobre as contas do PCA, pronunciar-se previamente sobre operações de crédito e alienação de bens móveis ou imóveis.
II- Opinar, quando solicitado pelo Conselho Gestor, sobre assuntos contábeis e econômico-financeiros; bem como, requisitar e examinar em qualquer tempo, documentos, livros e papéis relacionados com a administração financeira.

Art. 8° - À Diretoria compete:

I – Ao Presidente:

a) Representar o PCA, em juízo ou fora dele.
b) Substabelecer representantes.
c) Emitir cheques e fazer pagamentos, assinando-os sozinho ou em conjunto com o Tesoureiro.
d) Representar o PCA perante os Bancos, assinando a documentação pertinente, inclusive as Prestações de Contas, individualmente ou em conjunto com o Tesoureiro.
e) Interpretar e fazer cumprir o Estatuto.
f) Praticar os atos de administração do PCA, incluídos os relativos a pessoal.
g) Ordenar as despesas do PCA.
h) Elaborar os Subprogramas a serem implementados de acordo com as Diretrizes emanadas do CMDCA.
i) Prestar contas dos recursos recebidos.
j) Desenvolver outras atividades correlatas.

II - Ao Secretário:

a) Responsabilizar-se pela correspondência do PCA.
b) Elaborar e transcrever atas de Reunião da Diretoria e do Conselho Gestor.
c) Manter atualizados os arquivos referentes á administração do PCA.
d) Desenvolver outras atividades correlatas.

III - Ao Tesoureiro:

a) Manter atualizados as movimentações financeiras do P.C.A. – Programa para a Criança e o Adolescente.
b) Emitir cheques e fazer pagamentos, assinando-os sozinho ou em conjunto com o Presidente.
c) Representar o PCA perante os Bancos, assinando a documentação pertinente, inclusive as Prestações de Contas, individualmente ou em conjunto com o Presidente.
d) Realizar os controles econômico-financeiros, contábeis e orçamentários do P.C.A. – Programa para a Criança e o Adolescente.
e) Desenvolver outras atividades correlatas.

Art. 9° - O Conselho Gestor reunir-se-á, ordinariamente, semestralmente, para aprovar o Programa de Trabalho do Exercício seguinte e opinar sobre a Prestação de Contas do Exercício Anterior.

§ 1° - O conselho Gestor reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocado pela maioria dos seus membros, dos membros do Conselho Fiscal ou pelo Presidente da Diretoria.

§ 2° - As Reuniões do Conselho Gestor serão presididas pelo Presidente da Diretoria, que exercerá o direito de voto pessoal e em casos de empate, também o voto de qualidade.

Art. 10 - Os Membros do Conselho Gestor, da Diretoria e do Conselho Fiscal não receberão nenhuma remuneração, lucros ou dividendos, vantagens ou bonificações, sob nenhuma forma, devendo ser a totalidade de todas as rendas apuradas ao atendimento beneficente e gratuito de suas finalidades.

Art. 11 - O mandato dos Membros do Conselho Gestor, da Diretoria e do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato do Prefeito Municipal, permanecendo, entretanto a ***Diretoria*** responsável pela Administração Financeira e Contábil, mantendo-se legalmente no cargo até que a nova administração seja nomeada pelo Prefeito Municipal.

§ 1° - As matérias submetidas à apreciação do Conselho Gestor serão deliberados por maioria simples.

SEÇÃO III
DA ESTRUTURA

Art. 12 - O P.C.A. – Programa para a Criança e o Adolescente será dotado de estrutura administrativa própria, proposta pela Diretoria e aprovada em Resolução do Conselho Gestor.

I - Na estrutura administrativa do P.C.A. – Programa para a Criança e o Adolescente serão especificados os cargos e funções a serem preenchidos.

II - A remuneração para o exercício de cargos ou funções existentes na estrutura administrativa do PCA, não serão superiores aos valores pagos pelo Executivo Municipal.

III - O regime empregatício do pessoal contratado para o quadro de funcionários será o celetista, ou outro, aprovado em Resolução do Conselho Gestor, inclusive para o pessoal necessário à implementação de atividades de curta duração e ainda por prazo determinado.

IV- Para o preenchimento dos cargos funcionais existentes na estrutura organizacional e administrativa do PCA poderão ser aproveitados Servidores Públicos Municipais, colocados a *disposição* da Entidade, em atendimento a solicitação do Conselho Gestor.

CAPÍTULO III
DO PATRIMÔNIO, ORCAMENTO E CONTAS.

SEÇÃO I
DO PATRIMÔNIO

Art. 13 - O patrimônio físico e financeiro do P.C.A. – Programa para a Criança e o Adolescente será constituído por:

I - Transferências financeiras efetuadas pela União, Estado ou Município, consignados em seus orçamentos anuais, na forma de subvenção.
II - Doações, legados ou auxílios feitos por Entidades Públicas ou Privadas, Nacionais e Internacionais.
III - Transferências de recursos do FMDCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
IV - Resultado financeiro da aplicação de seus recursos.
V - Direitos e rendas de seus bens e serviços.

§ 1° - Os direitos, bens, rendas e receitas do P.C.A. - Programa para a Criança e o Adolescente somente poderão ser utilizados na consecução de seus objetivos.

§ 2° - O P.C.A. – Programa para a Criança e o Adolescente não distribui lucros, dividendos ou quaisquer outras vantagens, inclusive patrimoniais, aos Membros do Conselho Gestor, Diretoria e Conselho Fiscal, mantenedores e instituidores, não fará qualquer remuneração à Diretoria no todo ou em parte, nem remeterá dinheiro para fora do País.

§ 3° - Em caso de dissolução do P.C.A. – Programa para a Criança e o Adolescente, o seu Patrimônio remanescente será distribuído às Entidades Congêneres existentes no Município, por indicação do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 4° - Os bens havidos por doação do Município somente poderão ser alienados para fins do disposto no § 1° desse artigo.

SEÇÃO II
DO ORÇAMENTO E DAS CONTAS

Art. 14 - O P.C.A. – Programa para a Criança e o Adolescente elaborará até Dezembro, de cada exercício, o seu orçamento anual.

Art.15 - O P.C.A. - Programa para a Criança e o Adolescente manterá controles e contabilidade de suas receitas, respeitada a origem das transferências a ele realizada.
Art. 16 – Até 1° de Março de cada ano as contas do P.C.A. – Programa para a Criança e o Adolescente referentes ao exercício anterior, devidamente apreciadas pelos Conselhos Gestor e Fiscal serão publicadas em jornal de circulação local e encaminhadas com o respectivo Relatório de Gestão ao Prefeito Municipal.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.17 - Os casos não previstos no presente Estatuto serão deliberados através de Resolução do Conselho Gestor.

Art. 18 - O presente Estatuto entra em vigor após estar devidamente registrado no Cartório do Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas.

ARAXÁ/MG, 10 DE JUNHO DE 2005.